



UNIFACS

DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

ULISSES PEREIRA RIBEIRO

**O TRABALHO PARA ALÉM DAS ESTATÍSTICAS: OS SENTIDOS DA
EXPERIÊNCIA LABORAL DE MORADORES DE UM BAIRRO DE BAIXA RENDA
DO NORDESTE BRASILEIRO**

Salvador
2023

ULISSES PEREIRA RIBEIRO

**O TRABALHO PARA ALÉM DAS ESTATÍSTICAS: OS SENTIDOS DA
EXPERIÊNCIA LABORAL DE MORADORES DE UM BAIRRO DE BAIXA RENDA
DO NORDESTE BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS) da Ânima Educação, como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza, Dr.
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Licks Almeida Silva.

Salvador
2023

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Biblioteca da Universidade
Salvador Unifacs

Ribeiro, Ulisses Pereira

O trabalho para além das estatísticas: os sentidos da experiência laboral de moradores de um bairro de baixa renda do Nordeste brasileiro./ Ulisses Pereira Ribeiro.- Salvador: UNIFACS, 2023.

176 f. : il.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS) da Ânima Educação, como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza, Dr.

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Licks Almeida Silva.

1. Trabalho. 2. Centralidade do trabalho. 3. Injustiça socioespacial.
I. Souza, Laumar Neves de Souza. II. Silva, Ana Licks Almeida. III. Título.

CDD: 306.36

TERMO DE APROVAÇÃO

ULISSES PEREIRA RIBEIRO

O TRABALHO PARA ALÉM DAS ESTATÍSTICAS: OS SENTIDOS DA EXPERIÊNCIA LABORAL DE MORADORES DE UM BAIRRO DE BAIXA RENDA DO NORDESTE BRASILEIRO

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS), pela seguinte banca examinadora:

Laumar Neves de Souza – Orientador _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Universidade Salvador (UNIFACS)

Ana Licks Almeida Silva – Coorientadora _____
Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Universidade Salvador (UNIFACS)

Carolina de Andrade Spinola _____
Doutora em Geografia pela Universitat de Barcelona (UB), Espanha.
Universidade Salvador (UNIFACS)

Edison Rodrigues Barreto Junior _____
Doutor em Economia pela Université Sorbonne Paris Nord (USPN), França.
Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).
Professor em destacamento na Universidade de Ottawa (Ottawa), Canadá.

Jose Euclimar Xavier de Menezes _____
Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Salvador (UNIFACS)

Silvia Maria Santos Matos _____
Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Salvador, 19 de maio de 2023.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me permitiu concluir esta etapa da formação acadêmica, conquistada com muito esforço e dedicação.

À minha Família – pais, esposa e filhos – por estar comigo, apoiando-me durante a realização do curso.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), cuja bolsa de doutorado foi imprescindível para a consecução dos meus estudos durante o curso e para o desenvolvimento desta Tese.

Ao Professor Laumar Neves de Souza, que me orientou no processo de elaboração desta Tese e em todos os demais que o antecederam. Sua atenção, paciência e conhecimento foram fundamentais.

À Professora Ana Licks Almeida Silva, que deu grande contribuição no processo de orientação, principalmente a respeito do método de análise qualitativa utilizado nesta Tese, além das ideias que colaboraram para a sua sustentação teórica.

Ao Professor Jose Euclimar Xavier de Menezes, cujo olhar filosófico e experiência acadêmica foram fundamentais no direcionamento teórico do trabalho.

À professora Carolina de Andrade Spinola, que, além da atenção e orientações prestadas a respeito de demandas acadêmico-administrativas ligadas ao PPDRU, sob sua coordenação, contribuiu significativamente com ideias relevantes para aprimorar a apresentação dos resultados da pesquisa desenvolvida.

À Professora Silvia Maria Santos Matos, que propôs ideias de grande importância para aprimorar a apresentação dos resultados desta Tese.

Ao Professor Edison Rodrigues Barreto Junior, que participou de minha formação como pesquisador desde os projetos de iniciação científica e que, na presente empreitada, como membro da minha banca, propôs melhorias fundamentais para meu trabalho do ponto de vista teórico e de sua organização.

Ao PPDRU, pelo apoio fundamental no caminhar da minha formação.

À Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social de Aracaju/SE, que me forneceu os dados do Cadastro Único, bem como autorizou o meu acesso ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro 17 de Março e permitiu que fosse tão bem atendido pela sua coordenadora, Jôse, e pelas demais servidoras da unidade. Meu agradecimento especial à Psicóloga Cristiane e à Assistente Social Janaína.

Às pessoas que, voluntariamente, me concederam as entrevistas utilizadas para

obtenção dos dados necessários à consecução desta Tese.

Ao professor Alcides Araújo que, gentilmente, fez a revisão do texto da Tese.

A todos que contribuíram, de algum modo, para a realização deste trabalho.

RESUMO

Nesta Tese, buscou-se compreender os sentidos do trabalho contidos nos discursos de moradores do bairro 17 de Março, Aracaju/SE. Sua consecução foi norteadada pelo problema: qual(is) sentido(s) é(são) atribuído(s) ao trabalho por moradores de um bairro de baixa renda do Nordeste do Brasil em consonância com suas experiências laborais e o contexto recente do capitalismo no país? A discussão teórica sustenta-se numa visão crítica, marxista, estruturalista e espacial a respeito do processo de reprodução das relações sociais de produção, das mutações do mundo do trabalho e da relação entre morar e trabalhar no contexto do desenvolvimento/crise do sistema capitalista. Compreendendo que tal discussão seja essencial para o processo de significação do trabalho, a tese parte do sujeito cuja realidade econômica e socioespacial é determinada pelo seu lugar, ou não-lugar, no capitalismo contemporâneo. Assim, enquanto sujeito social, suas visões de mundo são determinadas, destruídas e reconstruídas no contexto das transformações e contradições do capitalismo mundial. Diante do exposto, buscando atingir o objetivo da Tese, a pesquisa empírica foi realizada numa área de Aracaju/SE, cujas especificidades sócio-históricas guardam fina relação com a face precária dos processos capitalistas de divisão social do trabalho e de segregação socioespacial no contexto da expansão urbana, ocorrida na periferia da periferia capitalista. Ressalta-se, ainda, que a pesquisa desenvolvida tem natureza qualitativa e foi viabilizada através da análise do discurso de 18 trabalhadores, moradores do bairro em referência. Esse número de entrevistados atende ao objetivo da pesquisa, uma vez que obedeceu aos critérios de saturação teórica dos dados. A Tese apoiou-se, também, em pesquisa bibliográfica, documental e em dados das bases do CadÚnico. Salienta-se que os resultados obtidos confirmam o que é apontado pela literatura sobre a relação entre morar e trabalhar, que evidenciam questões ligadas às ideias de (in)justiça socioespacial e ao direito à cidade. Os sujeitos analisados conferem um sentido vital e positivo ao trabalho, mas as suas experiências laborais e histórias de vida são marcadas por uma realidade de privação de direitos sociais e do exercício da cidadania. Em síntese, suas visões sobre trabalho/trabalhar filiam-se à ideologia hegemônica, assimilando, inconscientemente, princípios basilares vigentes da sociedade brasileira como norteadores dos seus enunciados e de suas ações sobre o seu presente e o seu futuro no mundo do trabalho. Citam-se, como exemplos, a lógica da meritocracia e da liberdade de decisão/escolha no mercado. Porém, considerando as suas vivências e experiências laborais diante da realidade material e histórica, a que estão submetidos, verificaram-se desencontros, também inconscientes, dos seus enunciados com o discurso hegemônico, revelando o reconhecimento das suas limitadas chances de competição no mercado de trabalho e de efetiva transformação das suas vidas.

Palavras-chave: Experiência laboral; centralidade do trabalho; injustiça socioespacial; Nordeste; Aracaju/SE.

ABSTRACT

In this Thesis, we sought to understand the meanings of work contained in the speeches of residents of the 17 de Março neighborhood, Aracaju/SE. Its achievement was guided by the problem: what meaning(s) is(are) attributed to work by residents of a low-income neighborhood in Northeast Brazil, in line with their work experiences and the recent context of capitalism in the country? The theoretical discussion is based on a critical, Marxist, structuralist and spatial view of the process of reproduction of social relations of production, changes in the world of work and the relationship between living and working in the context of the development/crisis of the capitalist system. Understanding that such a discussion is essential for the work meaning process, the thesis starts from the subject whose economic and socio-spatial reality is determined by his place, or non-place, in contemporary capitalism. Thus, as a social subject, their worldviews are determined, destroyed and rebuilt in the context of transformations and contradictions of world capitalism. Given the above, seeking to achieve the objective of the Thesis, the empirical research was carried out in an area of Aracaju/SE, whose socio-historical specificities are closely related to the precarious face of capitalist processes of social division of labor and socio-spatial segregation in the context of urban expansion that occurred on the periphery of the capitalist periphery. It should also be noted that the research carried out has a qualitative nature and was made possible through the analysis of the speeches of 18 workers, residents of the neighborhood in question. This number of respondents meets the objective of the research, since it complied with the theoretical saturation criteria of the data. The thesis was also supported by bibliographical and documentary research and data from the CadÚnico databases. It should be noted that the results obtained confirm what is pointed out by the literature on the relationship between living and working, which highlight issues related to the ideas of socio-spatial (in)justice and the right to the city. The analyzed subjects give a vital and positive meaning to work, but their work experiences and life stories are marked by a reality of deprivation of social rights and the exercise of citizenship. In summary, their views on work/working are affiliated with the hegemonic ideology, unconsciously assimilating current basic principles of Brazilian society as guiding their statements and their actions about their present and their future in the world of work. Examples include the logic of meritocracy and freedom of decision/choice in the market. However, considering their experiences and work experiences in the face of the material, historical reality that they are subjected to, there were disagreements, also unconscious, of their statements with the hegemonic discourse, revealing the recognition of their limited chances of competition in the labor market and effective transformation of their lives.

Keywords: Work experience; work centrality; socio-spatial injustice; North East; Aracaju/SE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O fio condutor teórico da tese: relações entre variáveis.....	19
Figura 2 – Mobilidade social no mundo – países selecionados – 2018.....	56
Figura 3 – Fronteira entre os bairros Paraisópolis e Morumbi em São Paulo, 2020 .	67
Figura 4 – Imagens da fome no Brasil em 2021	70
Figura 5 – Relações no Edifício Social da sociedade capitalista.....	79
Figura 6 – Mapa da divisão política de Sergipe, 2020.....	94
Figura 7 – Região de influência da cidade de Aracaju - 2018	100
Figura 8 – Áreas Especiais de Interesse Social do município de Aracaju/SE	108
Figura 9 – Pontos de referência da localização geográfica do bairro 17 de Março .	109
Figura 10 - Invasão do Arrozal, às margens do Canal Santa Maria	110
Figura 11 – Invasão do Canal de Santa Maria	110
Figura 12 - Vista aérea parcial do bairro 17 de Março (A).....	110
Figura 13 - Vista aérea do bairro 17 de Março (B)	111
Figura 14 – Vista aérea do bairro 17 de março – Área do futuro Conjunto Habitacional Irmã Dulce dos pobres (Mangabeiras)	111
Figura 15 – Vista aérea do bairro 17 de Março – Primeira etapa.....	112
Figura 16 – Vista aérea do bairro 17 de Março – Segunda etapa	112
Figura 17 – Os termos que dão sentido ao vocábulo trabalho para os participantes da pesquisa.....	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil - Taxas acumuladas de crescimento do valor adicionado a preços básicos, no 4º trimestre do ano em relação ao mesmo período do ano anterior (%) - 2000 - 2020	33
Gráfico 2 – Brasil - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) – média móvel trimestral de jan/2012 a dez/2020.....	34
Gráfico 3 – Número de pessoas desempregadas no mundo no período de 1992 a 2020 (milhões de pessoas)	45
Gráfico 4 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo a unidade territorial: Brasil e Grandes Regiões (%) - 2012-2020	46
Gráfico 5 – Produto Interno Bruto dos estados do Brasil - 2019	95
Gráfico 6 – Participação dos setores de produção no Valor Adicionado Bruto em Sergipe - 2018.....	98
Gráfico 7 – Taxa de desocupação média da força de trabalho de Sergipe no período de 2012 a 2022	99
Gráfico 8 – Estimativa populacional dos dez municípios sergipanos mais populosos, 2022	101
Gráfico 9 – Número de pessoas do bairro 17 de março, inscritas no CadÚnico, maiores de 15 anos, que trabalham, segundo o grau de instrução, 2020.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estratégias de reprodução social	73
Quadro 2 – Síntese das concepções teóricas que contribuem para definir as categorias de análise do estudo	90
Quadro 3 - Exposição ao trabalho infantil na infância e na adolescência e situação de trabalho futura	130
Quadro 4 - Os termos que dão sentido ao vocábulo trabalho, segundo os participantes da pesquisa	141
Quadro 5 - Ações, planos e dificuldades enfrentadas para um futuro melhor de trabalho	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo a unidade territorial: Brasil e Grandes Regiões (%) - 2012-2020	47
Tabela 2 - IDHM do Brasil e das UF – 2021	94
Tabela 3 – Número de pessoas, segundo a sua situação em relação à renda <i>per capita</i> familiar no CadÚnico, por municípios sergipanos selecionados - 2022	104
Tabela 4 – Número de pessoas, segundo a sua situação em relação à renda <i>per capita</i> familiar no CadÚnico, por municípios sergipanos selecionados - 2022	104
Tabela 5 - Faixa de renda familiar <i>per capita</i> , em dez. 2020	114
Tabela 6 - Número de pessoas que moram no bairro 17 de Março, inscritas no CadÚnico, que trabalham por conta própria (“bico”, autônomo), segundo o grau de instrução e faixa etária, 2020	115
Tabela 7 – Variáveis de perfil dos participantes da pesquisa – 2022.....	120
Tabela 8 - Principais atividades desenvolvidas durante a infância e a adolescência - 2022	126

LISTA DE SIGLAS

ABET	Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABRPU	Áreas de Baixa Renda da Periferia Urbana
AD	Análise de Discurso
AEIS	Área Especial de Interesse Social
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ANTD	Agenda Nacional de Trabalho Decente
ARE	Aparelhos Repressivos de Estado
CADÚNICO	Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COVID	(co)rona (vi)rus (d)isease
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDC	Padrão de Desenvolvimento Capitalista
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
PLP	Padrão Liberal Periférico
PMA	Prefeitura Municipal de Aracaju
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PSDI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
RMA	Região Metropolitana de Aracaju
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TD	Trabalho Decente
UFS	Universidade Federal de Sergipe
VAB	Valor Adicionado Bruto
ZEU	Zona de Expansão Urbana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 METODOLOGIA.....	23
3 MUTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	30
3.1 OS ELEMENTOS DE NATUREZA CONJUNTURAL E ESTRUTURAL QUE MODIFICARAM O SENTIDO DO TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE	33
3.2 AS NOVAS FEIÇÕES DO TRABALHO EM FACE DO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	38
3.3 TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	41
3.3.1 O reconhecimento institucional da centralidade do trabalho na sociedade capitalista	44
3.4 A CONFIGURAÇÃO DE UM TEMPO DE EXCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO	46
3.4.1 Trabalho Decente: reconhecimento político-institucional da necessidade de se resgatar a cidadania para as multidões de trabalhadores marginalizados.....	51
4 MORAR EM ÁREAS DE BAIXA RENDA DA PERIFERIA URBANA E TRABALHAR: SEGREGAÇÃO E INJUSTIÇA SOCIOESPACIAIS NO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI	55
4.1 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA E INJUSTIÇA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	59
4.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CONFLITOS NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA	63
4.3 SEGREGAÇÃO E INJUSTIÇA SOCIAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO	66
4.4 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS POBRES: SIGNIFICADO E AÇÕES	72
4.4.1 Estratégias de sobrevivência: alguns elementos teóricos	73
5 PAPEL DA IDEOLOGIA NO PROCESSO DE (RE)PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	77
5.1 SÍNTESE GERAL DA LÓGICA DA REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO	82

5.2 IDEOLOGIA EM ALTHUSSER	83
5.3 INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA E DOS APARELHOS DE ESTADO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO SOCIAL	87
5.4 SÍNTESE DAS CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS QUE CONTRIBUEM PARA DEFINIR AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DA TESE.....	92
6 A CONFIGURAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO ATUAL ONDE SE SITUA O BAIRRO 17 DE MARÇO	96
6.1 CONFIGURAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE ARACAJU	102
6.2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO BAIRRO 17 DE MARÇO	108
7 OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA MORADORES DO BAIRRO 17 DE MARÇO	121
7.1 SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA E SEUS PERFIS DE NATUREZA PESSOAL E FAMILIAR.....	122
7.2 A RELAÇÃO ENTRE MORAR E TRABALHAR NO CONTEXTO ESTUDADO	134
7.3 AS EXPERIÊNCIAS LABORAIS E IDENTIDADES COM O TRABALHO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	142
7.3.1 Filiação discursiva e ideológica dos discursos dos sujeitos entrevistados	149
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	166
APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ENTREVISTA.....	168
ANEXO A – LEI 4.024/2011 – CRIAÇÃO DO BAIRRO 17 DE MARÇO.....	170

1 INTRODUÇÃO

Esta Tese discute um assunto caro para as ciências humanas e sociais, qual seja o trabalho na formação social capitalista contemporânea. Salienta-se que diante da variedade de formas existentes de trabalho, da posição na estrutura social do agente que observa a atividade e de outros fatores sociais, econômicos e políticos, pode-se perceber concepções e sentimentos distintos sobre trabalho. Neste sentido, trata-se de um conceito ambivalente, que pode ser compreendido entre os polos prazer e sofrimento. Neste conceito, “[...] é passível de conter resistências e conflitos, depende de afetividades e emoções, está repleto de diferentes formas de poder e dominação e é ainda suscetível de gerar quer coesão e emancipação, quer descompensações e mal-estar [...]” (AREOSA, 2013, p.30).

Em linha com o ideário hegemônico na formação social vigente, Abramo (2015) concebe o trabalho como fonte de sustento. Segundo a autora, é a partir dele que os trabalhadores buscam atender às suas necessidades materiais, escapar à pobreza e construir vidas decentes. Além disso, ele tende a dar um senso de identidade, de pertencimento e de propósito. Pode expandir as opções de escolhas para os trabalhadores, permitindo-lhes vislumbrar com otimismo o próprio futuro. Outrossim, ele também tem significado coletivo, sendo essencial para a rede de conexões e interações que forjam a coesão social e que, neste sentido, tem relação intrínseca com a forma como a sociedade o organiza. Ressalta-se que este é o discurso da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O desemprego, ao contrário, é uma situação que causa efeitos dramáticos sobre os trabalhadores. Amartya Sen (2018, p. 118) explica que, além da perda de renda, o desemprego causa:

[...] dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre sexos.

O desemprego tende a afetar também valores sociais construídos historicamente que são essenciais para a manutenção da paz e da ordem social no contexto do capitalismo, tendendo a gerar processos de ruptura do tecido social, formatado ao longo do tempo. Valores que são reconhecidos como direitos humanos

fundamentais, como o direito à vida e ao trabalho digno, conforme se instituiu em normas nacionais e supranacionais, como na Carta Magna brasileira de 1988 (CF/1988, Artigos 6º ao 11.) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), da Organização das Nações Unidas (ONU) (DUDH, Artigos 23 e 25).

Outrossim, do ponto de vista da linguista Eni Orlandi (2017), compreende-se que o processo de significação do vocábulo trabalho está subordinado a certas formações discursivas e ideológicas existentes no bojo do contexto sócio-histórico do capitalismo brasileiro do século XXI. Compreende-se ainda que a forma como este sistema se desenvolve em cada lugar imprime certas especificidades em cada um deles. Assim, a partir do conhecimento do contexto sócio-histórico é possível conhecer como ocorrem as relações de forças e de poder presentes, bem como quais são as tendências político-ideológicas predominantes. Porém, essas tendências são gerais e podem não refletir exatamente quais são as formações ideológicas presentes em grupos de pessoas específicos da sociedade. Nesta perspectiva, as formações discursivas, percebidas nos discursos de pessoas de certo grupo, dão pistas sobre quais são as formações ideológicas a que tais discursos se filiam. Ou seja, as formações discursivas são projeções no discurso das formações ideológicas (ORLANDI, 2017).

Diante desta contextualização, pretendeu-se nesta Tese responder o seguinte problema: qual(is) sentido(s) é(são) atribuído(s) ao trabalho por moradores de um bairro de baixa renda do Nordeste do Brasil em consonância com suas experiências laborais e o contexto recente do capitalismo no país?

Assim, a pesquisa proposta nesta tese teve como objetivo geral compreender os sentidos do trabalho contidos nos discursos de moradores do bairro 17 de Março, Aracaju/SE. Neste sentido, para desenvolver esta empreitada, delineou-se os seguintes objetivos específicos: (i) Vasculhar na literatura as evidências que remetam às transformações por que passa o mundo do trabalho e seus reflexos sobre os sentidos do trabalho para os trabalhadores; (ii) Identificar possíveis relações entre o local de moradia e a questão da inclusão social por meio do trabalho; (iii) Traçar o perfil dos trabalhadores do bairro 17 de Março, Aracaju/SE; e (iv) Compreender as experiências e identidade(s) com o trabalho de moradores deste bairro.

Nesta perspectiva, o objetivo do estudo é de natureza qualitativa e foi viabilizado através da análise materialista do discurso, concatenada com um trabalho de campo por meio de entrevistas. Além dos dados de campo, o estudo apoiou-se,

também, em pesquisa bibliográfica, documental e em dados secundários extraídos, principalmente, das bases do CadÚnico.

Importa dizer ainda que a pesquisa empírica foi realizada numa área de Aracaju/SE, cujas especificidades sócio-históricas guardam íntima relação com a face precária dos processos capitalistas de divisão social do trabalho e de segregação socioespacial no contexto da expansão urbana, ocorrida na periferia da periferia capitalista.

Pressupõe-se que o lugar de moradia do trabalhador é fator fundamental para a sua concepção sobre o vocábulo trabalho, porque as suas experiências laborais e relações no mercado de trabalho estão vinculadas, umbilicalmente, a um contexto definido histórica e geograficamente.

Na presente pesquisa, tal contexto é resultado da lógica da expansão urbana brasileira, que segrega a sociedade espacialmente, gerando injustiças sociais à medida que concentra e centraliza a riqueza produzida socialmente em certas áreas da cidade, tornando-as mais caras e inacessíveis às pessoas mais pobres. Uma vez que se acentua a limitação do acesso (ou o não acesso) dos mais pobres às áreas centrais das cidades, as chances dos mais pobres de saírem da pobreza reduzem-se expressivamente. Trata-se de um ciclo vicioso. Ressalta-se que, em tais áreas, localiza-se a maior quantidade dos melhores empregos e outras possibilidades de ocupação e geração de renda, além de elas centralizarem os serviços públicos e privados de maior qualidade relativa¹ da cidade (MARICATO, 2015; SANTOS, 2013; CARLOS; ALVES; PADUA, 2017; MARSON, 2018; PEREIRA et al, 2020; OCDE, 2018) entre outros.

Diante do exposto, a construção da presente Tese partiu da hipótese de que os sentidos do trabalho para os participantes da pesquisa tendem a se filiar a uma formação discursiva crítica à hegemônica, capitalista neoliberal, uma vez que esta promove, estruturalmente, injustiças socioespaciais, principalmente ligadas à dimensão trabalho.

Portanto, a elaboração desta Tese justifica-se por se buscar compreender os sentidos do trabalho para aqueles(as) que dependem do labor para sobreviver e conhecem a fundo a precariedade das formas de vida e das atividades laborais, diante do contexto a que estão sujeitos(as). Conhecimento este que é essencial para uma

¹ Significa “Gradação da qualidade, quando classificada em função do seu grau de excelência ou no sentido comparativo.” (GURGEL, 2002. p. 95).

sociedade que está sob a égide das forças capitalistas, evoluindo com tendência a intensificar a precarização do trabalho e das formas de vida.

Ademais, entende-se que ela contribui para a discussão a respeito do tema trabalho no Brasil, colaborando por meio da compreensão dos sentidos do trabalho para pessoas que moram em um bairro de baixa renda, periférico, do Nordeste brasileiro, em consonância com suas experiências laborais e com o contexto recente do capitalismo no país. Desta forma, a pesquisa pode revelar especificidades relacionadas às formas de ser e de viver de sujeitos incluídos (ou excluídos) das relações concretas do mundo do trabalho, afetadas pelas transformações que o contexto socioespacial e produtivo contemporâneo vem passando.

Vale salientar que se buscou a compreensão dos sentidos do trabalho para pessoas que vivem do labor, muitas delas em condições de precariedade. Ressalta-se que se considera precarização do trabalho na presente investigação como uma experiência humana que afeta os sujeitos em suas individualidades pessoais e em suas relações com os outros indivíduos da sociedade, diante de um contexto histórico-concreto, conforme ensina Alves (2011).

A respeito do planejamento do desenho teórico-metodológico da tese, representado na Figura 1, é importante explicar que ele tem como principal elemento o sujeito social, uma vez que a pesquisa tem natureza qualitativa e prioriza, justamente, a sua percepção sobre os sentidos do trabalho. Salienta-se que tal percepção é resultado de uma construção coletiva no âmbito de uma realidade material e histórica – aquela ligada à formação social capitalista e a seus processos de reprodução das relações sociais de produção.

Tal desenho envolve as relações entre as categorias básicas do modelo teórico-metodológico da Análise Materialista de Discurso (AD) e aquelas que compreendem a relação entre morar e trabalhar (Figura 1). A AD caracteriza-se pela recuperação invertida do processo de produção dos sentidos, que se inicia a partir de certa formação ideológica e se organiza em uma específica formação discursiva, bem como se materializa por meio da linguagem, através da fala de/para sujeitos. Assim, o analista tem como papel fundamental explicitar de onde vêm os sentidos produzidos e o contexto sócio-histórico da produção dos discursos. POR QUE O PRINT? RETIRADO DE ALGUMA OBRA? Logo, figura.

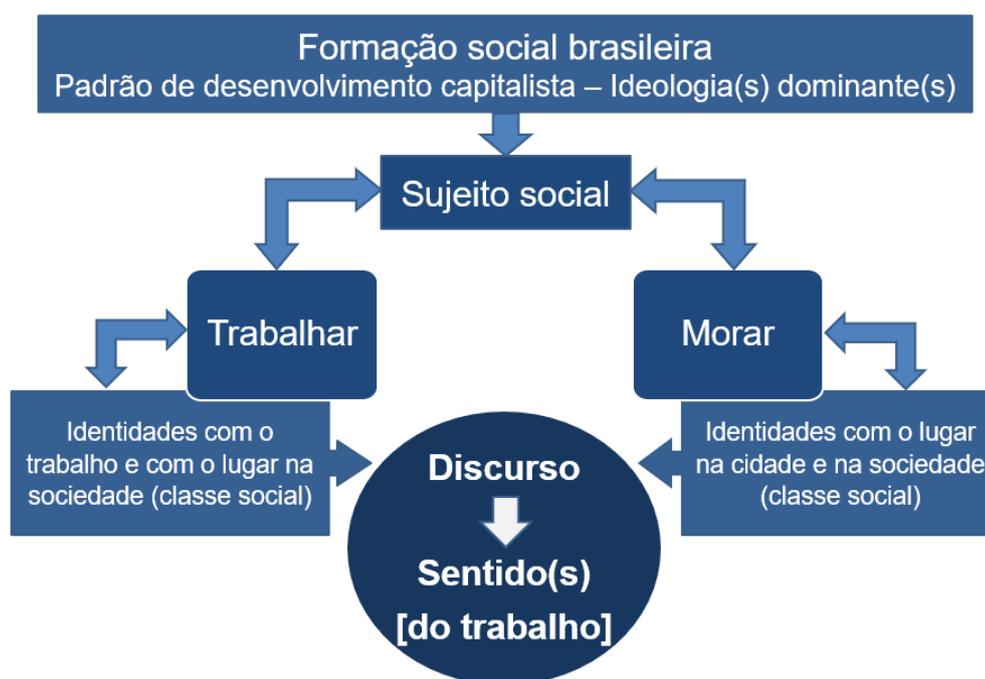
Síntese da lógica da Análise Materialista de Discurso

Discurso <= Formação discursiva <= Formação ideológica

No que tange à relação entre morar e trabalhar, pressupõe-se que o lugar da moradia dos sujeitos é fator fundamental para a sua concepção sobre o trabalho. Suas experiências laborais e outras nuances do contexto do lugar onde vivem tendem a lhes oferecer elementos específicos no processo de significação do vocábulo trabalho. Neste ponto, frisa-se que a categoria morar leva em conta as identidades do sujeito com o lugar na cidade e na sociedade (classe social). E a categoria trabalhar tem a ver com a identidade do sujeito com o trabalho e, assim como a categoria morar, com o seu lugar na sociedade (classe social).

Síntese da lógica da análise dos sentidos da relação entre morar e trabalhar
 Sentidos ligados à condição socioespacial e sua relação com as experiências e identidades com o trabalho de moradores do bairro <= Concepções ideológicas sobre a prática social ligadas à relação entre morar e trabalhar <= Processo de segregação socioespacial urbana <= Contexto sócio-histórico do capitalismo brasileiro do início do século XXI

Figura 1 – O fio condutor teórico da tese: relações entre variáveis



Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa bibliográfica.

Ressalte-se que o processo de significação do vocábulo trabalho está subordinado a certas formações discursivas e ideológicas existentes no âmbito do contexto sócio-histórico do capitalismo brasileiro do século XXI. Assim, durante a análise dos dados da pesquisa, podem ser identificados elementos de discurso da ideologia dominante – capitalista neoliberal –, bem como, em sentido oposto, podem-se identificar resistências a este discurso, que apontam injustiças geradas pelas

contradições existentes na formação social vigente e que se manifestam na forma de conflitos sociais.

Síntese da lógica da análise dos sentidos do vocábulo trabalho

Sentidos do trabalho em consonância com as experiências laborais e o contexto sócio-histórico experienciado <= Concepções ideológicas sobre a prática social ligadas ao trabalho <= Contexto sócio-histórico do capitalismo brasileiro do início do século XXI

Feitas essas considerações, cumpre informar que esta tese está dividida em oito capítulos, inclusive esta introdução. No segundo capítulo, expõe-se a metodologia utilizada na consecução da pesquisa que sustenta a Tese. No terceiro, discutem-se as mutações do trabalho que ocorreram em consonância com as mudanças econômicas no mundo capitalista contemporâneo. No quarto, discorre-se sobre o tema morar em áreas de baixa renda da periferia urbana e trabalhar, apontando, com base na literatura, suas ligações com as questões discutidas no capítulo anterior, bem como a segregação e a injustiça socioespaciais no Brasil nas primeiras décadas do século XXI. No quinto capítulo, discute-se o papel da ideologia no processo de (re)produção das relações sociais de produção na formação social capitalista contemporânea, em linha com a teoria althusseriana. Tal discussão faz-se essencial, uma vez que a lógica de funcionamento do modo de produção e do urbano a ele inerente requer uma sustentação ideológica para se perpetuar. No sexto capítulo, descrevem-se a configuração do contexto sócio-histórico do bairro 17 de Março e aspectos sociodemográficos que caracterizam os seus moradores que trabalham. Em seguida, no sétimo capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, buscando compreender os sentidos do trabalho para moradores do bairro 17 de Março. Por fim, no oitavo capítulo, expõem-se as considerações finais da tese.

2 METODOLOGIA

Em princípio, é importante dizer que a realização deste estudo foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unifacs e seu registro ocorreu sob o número de protocolo CAAE: 54270721.9.0000.5033. Ressalta-se, neste sentido, que, durante a consecução da pesquisa, foram observados todos os critérios éticos aprovados pelo CEP.

Em linha com o objetivo principal da tese, a pesquisa desenvolvida tem natureza qualitativa e sua consecução deu-se através da Análise de Discurso (AD), concatenada com um trabalho de campo por meio de entrevistas. O estudo também apoiou-se em pesquisa bibliográfica, documental - leis e estudos publicados pelo poder público que serviram para subsidiar a caracterização sócio-histórica do campo - e em dados agregados, não identificados, do CadÚnico sobre a população e o perfil dos trabalhadores do bairro 17 de Março, Aracaju/SE.

Assim, no que concerne à análise dos dados empíricos, optou-se por adotar a proposta teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD), fundada na França, na década de 1960, pelo filósofo Michel Pêcheux e que tem como principal referência no Brasil a linguista Eni Orlandi. Dadas as suas características, esta proposta tem sido denominada de Análise Materialista de Discurso.

Consideram-se três pilares nesta AD: linguagem - a materialidade do discurso que gera pistas do sentido que o sujeito dá em sua fala; ideologia - indica o posicionamento do sujeito associado a certo discurso; história - representa o contexto sócio-histórico associado à produção daquele discurso. Esta AD concentra-se na busca de sentidos pré-construídos, considerados como ecos da memória do dizer - uma memória coletiva construída socialmente, replicada pelo sujeito de forma inconsciente ou parafraseada. Nesta perspectiva, pressupõe-se que há transversalidades e conflitos culturais presentes nos discursos e em seu exterior, que afetam tanto os sujeitos, como o próprio sentido das palavras. Entende-se que tais conflitos são determinados por questões sócio-históricas, relacionadas à hegemonia política e ao poder capitalista enraizado na sociedade (ORLANDI, 2017).

Ademais, Orlandi (2005) assinala que:

Partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, a AD trabalha a relação

língua-discurso-ideologia. Essa relação se completa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (ORLANDI, 2005, p. 17).

Neste sentido, para atingir o objetivo do estudo por meio desta AD, as seguintes questões foram essenciais: (i) Qual é o contexto sócio-histórico que deu suporte ao processo de significação do vocábulo trabalho para o(s) sujeito(s) desta pesquisa? (ii) A qual(is) formação(ões) discursiva(s) e ideológica(s) o(s) discurso(s) deste(s) sujeito(s) se filia(m)?

Na perspectiva desta AD, o sentido, visto como efeito de sentido, deriva das enunciações, ou seja, dos atos que ocorrem no interior das formações discursivas, que têm a ver com o que o sujeito², inconscientemente, pode e deve dizer em linha com a sua posição ideológica. A formação ideológica, por sua vez, é um conjunto de enunciados relacionado a certos temas, que se ligam estreitamente às posições ideológicas dos sujeitos e, por conseguinte, ao lugar social de determinado grupo na luta de classes. Ela representa as ideologias das classes, sejam elas dominantes ou dominadas (ORLANDI, 2017; FREIRE, 2021).

Vale notar, segundo Freire (2021), que uma formação discursiva está relacionada a como os sentidos se organizam e uma formação ideológica indica de onde os sentidos vêm. Para este autor, a análise de discurso caracteriza-se pela recuperação invertida do processo de produção dos sentidos. Em síntese, compreende-se o início deste processo a partir de certa formação ideológica que se organiza em uma específica formação discursiva e que se materializa por meio da linguagem através dos discursos de/para sujeitos num determinado contexto sócio-histórico. Assim, o analista tem como papel fundamental explicitar de onde vêm os sentidos produzidos (Discurso <= Formação discursiva <= Formação ideológica) e o contexto sócio-histórico da produção dos discursos, contexto este experienciado pelos sujeitos participantes da pesquisa.

Nesta Tese, partiu-se da hipótese de que os sentidos do trabalho para os participantes da pesquisa tendem a se filiar a uma formação discursiva crítica à hegemônica, capitalista neoliberal, uma vez que esta promove, estruturalmente, injustiças socioespaciais, principalmente ligadas à dimensão trabalho.

Convém explicar, no entanto, que se pressupôs, por um lado, a possibilidade

² Aqui se trata do sujeito social, uma vez que ele reflete o posicionamento sócio-histórico-ideológico do grupo social.

de se identificar, nesses discursos, elementos da ideologia dominante/hegemônico – capitalista neoliberal, baseada em princípios como igualdade, livre iniciativa, propriedade privada, liberdade de concorrência. Salienta-se que, neste tipo de discurso, difunde-se a ideia de que todos são iguais na sociedade, têm igualdade de oportunidades, mas reconhece-se a diferenciação entre os sujeitos da/na formação social, justificando-a a partir da ideia de meritocracia. Ademais, garantias institucionais de tais princípios/ideias são utilizadas para naturalizar e perpetuar a reprodução das relações de produção, necessárias à formação social capitalista, inclusive condições que viabilizam a maximização dos resultados privados, que resultam na acumulação e concentração da riqueza, gerada socialmente.

Contudo, por outro lado, considerou-se a possibilidade de se identificar resistências ao discurso hegemônico, que apontam injustiças geradas pelas contradições existentes no capitalismo e que se manifestam na forma de conflitos sociais. Nesta linha, podem-se citar ideias ligadas às diferenças entre classes sociais, ao abismo crescente entre pobres e ricos, ao desemprego estrutural, à precarização do trabalho e das formas de vida, às restrições ao exercício de liberdade associadas à organização do trabalho e às condições desiguais de formação profissional e de inserção no mercado de trabalho. Ponderou-se que tais ideias tendessem a ser mais contundentes durante as entrevistas, uma vez que o campo do estudo se situa, geograficamente, numa área de baixa renda da periferia urbana de Aracaju, onde os moradores são afetados por injustiças sociais dramáticas, resultantes da segregação socioespacial, provocada pelo desenvolvimento/crise do capitalismo contemporâneo.

Diante do exposto, para sustentar a tese, analisar-se-á o discurso de trabalhadores que moram no bairro 17 de Março, um lugar pobre da periferia de Aracaju, conforme se verifica na Lei Municipal 4024/2011 e em diversos estudos que constata a face precária da urbanização desigual e sua forma de distribuir, espacial e socialmente, a vida urbana e o gozo de direitos (CARVALHO, 2013; FRANÇA, 2014; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2018; SANTOS, 2018; SANTOS, 2014; VIEIRA, 2011). Um lugar criado pelo poder público para oferecer moradias dignas aos seus habitantes, em comparação com aquelas que eles tinham no passado³, porém, num contexto socioespacial onde as limitações ligadas ao mercado de trabalho tendem a ser acentuadas em relação àquelas normalmente encontradas nas áreas centrais da

³ Eles viviam em habitações precárias, localizadas às margens de vias e de canais, em encostas e nas invasões do Morro do Avião, da Prainha, do Arrozal, da avenida Euclides Figueiredo e outras.

cidade, uma vez que tais áreas oferecem mais e melhores estruturas e serviços públicos e privados, demandando, assim, mais trabalho.

Em relação ao perfil dos sujeitos convidados para a entrevista, utilizaram-se os seguintes critérios de inclusão: pessoas adultas que têm experiência de trabalho de, pelo menos, 05 anos; que são moradoras do bairro 17 de Março, Aracaju/SE; que moram na localidade há, pelo menos, 10 anos; e que estão cadastradas no CadÚnico. E, como critério de exclusão, foi definido que não haveria entrevistas a mais de uma pessoa da mesma família. Para identificação destes, contou-se com o apoio de lideranças e de servidores públicos que atuam no bairro e a indicação de outras pessoas pelos entrevistados também foi fundamental.

As entrevistas foram realizadas nos meses de junho e julho de 2022. Parte delas ocorreram no CRAS Maria Diná, estrutura que funciona no bairro, em local reservado, de modo que os participantes tivessem liberdade para se expressar. Outras entrevistas foram obtidas na própria residência ou no local de trabalho do participante.

Vale dizer que, antes de iniciar as entrevistas, o pesquisador explicou a cada participante quais eram os objetivos, características e riscos envolvidos na pesquisa, salientando-se que se tratava de participação voluntária, portanto, cabia a possibilidade de desistência a qualquer momento do processo. Outrossim, garantiu-se o anonimato dos entrevistados, motivo pelo qual seus nomes foram substituídos por letras do alfabeto, correspondentes à ordem de realização de cada entrevista, bem como não houve utilização de quaisquer trechos das falas que pudessem identificá-los. Cientes de tais informações, houve concordância com a participação no estudo e com a divulgação das informações prestadas, através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁴, documento assinado por todos.

As entrevistas foram norteadas por instrumento de coleta de dados, elaborado especificamente para o estudo, disponível no apêndice B do presente trabalho. A elaboração do mesmo concentrou-se no atendimento dos objetivos do trabalho, buscando inspiração no referencial teórico e em instrumentos utilizados pelo poder público, como os formulários do CadÚnico e da PnadC, bem como no roteiro de perguntas abertas, utilizado por Goulart (2006). Neste caso, em particular, algumas das suas perguntas abertas foram adaptadas.

⁴ Os termos do TCLE foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unifacs e estão disponíveis no apêndice A do presente trabalho.

Todas as entrevistas foram gravadas em equipamento próprio do pesquisador e transcritas com o auxílio da plataforma Reshape. Posteriormente, foi feita a revisão das transcrições, ouvindo-se, novamente, as gravações. Tal procedimento foi essencial para viabilizar uma análise mais consistente dos dados.

Assim, os dados empíricos da presente tese advieram de entrevistas a 18 moradores do bairro 17 de Março que tinham o perfil definido pelos critérios de inclusão e de exclusão da pesquisa. Em que pese terem ocorrido várias tentativas frustradas de o pesquisador entrevistar mais sujeitos, entende-se que o número obtido de entrevistados foi suficiente para subsidiar a sustentação da tese, considerando a natureza qualitativa da pesquisa, bem como o atingimento da saturação do levantamento dos dados.

Neste ponto, é importante explicar que “O conceito de saturação encontra respaldo científico no pressuposto da constituição social do sujeito, [...] que na Análise do Discurso [se reflete] no conceito de determinação histórica e social das formações discursivas e da fala.” (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 25).

Através da técnica de saturação, o número de participantes da pesquisa é definido durante o processo de levantamento dos dados, quando o pesquisador avalia que novas entrevistas passam a gerar redundância ou repetição dos dados obtidos. Dessa forma, entende-se que as informações colhidas de novos participantes pouco ou nada acrescentam ao material obtido e, assim, não contribuem, significativamente, para a reflexão teórica sobre os dados empíricos.

Vale ressaltar que, no fechamento do número de participantes da pesquisa, foram valorizadas, principalmente, as informações semelhantes no conjunto das que foram obtidas. As semelhanças de informações indicam, na perspectiva social, o discurso do grupo, da formação social a que o sujeito pertence. Compreende-se, assim, que, por mais que o discurso de um certo sujeito seja original, diferente na forma de se materializar na fala, este discurso é produzido nas mesmas condições de produção determinadas pelo contexto sócio-histórico e interacional dos demais componentes do grupo. Necessariamente, o discurso mais amplo é assimilado, organizado e manifestado pelo sujeito, de forma diferenciada em sua fala, em função das vivências pessoais e dos contornos que o enunciado adquire de acordo com as condições imediatas da enunciação. Estas condições têm a ver com as questões: onde se diz? de onde se diz? e para quem se diz? Tais questões determinam o que o sujeito pode, o que deve e como pode dizer no momento e situação que se manifesta

(FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Em relação aos dados secundários, é importante dizer que estes foram extraídos, principalmente, das bases do CadÚnico, bem como de outras fontes públicas de dados, como a PNADC, por exemplo. Eles foram tabulados e analisados com o uso do *software Microsoft Excel*, com uso de estatística descritiva, como frequências, totais, médias, taxas de variação, taxas de participação etc. Estes dados foram úteis para caracterizar a população e o perfil dos trabalhadores que moram no bairro e foram apresentados na forma de tabelas, quadros e gráficos.

Os documentos analisados foram, principalmente, a lei de criação do bairro 17 de Março, o estudo técnico Diagnóstico da Cidade de Aracaju (FRANÇA, 2014), a proposta de atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e outras publicações do poder público que têm relação com o bairro. Ao se recorrer a este material, visou-se, fundamentalmente, a identificar elementos que caracterizam o contexto sócio-histórico do bairro 17 de Março.

O bairro 17 de Março está localizado na Zona de Expansão Urbana da capital sergipana, Aracaju/SE. Uma área periférica que se destaca como um dos exemplos mais claros e recentes da ação combinada entre Estado e capital na produção do espaço urbano aracajuano. E que, segundo França (2014, p. 88), é “[...] Alvo de intensa especulação imobiliária [...]”.

Ele surge em 2010 com a inauguração e entrega oficial das primeiras habitações construídas. Evento que contou com a presença dos três chefes dos poderes executivos - local, estadual e federal, evidenciando a importância política do projeto do bairro. O mesmo foi financiado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da Petrobras e contrapartida da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) (SERGIPE, 2010). Um projeto, cujas ações previstas na Lei Municipal 4024/2011 ainda não estão totalmente realizadas. Ações como a implantação da infraestrutura urbana⁵ da segunda etapa do bairro somente foram entregues aos moradores em 2018 (ARACAJU, 2019).

As pessoas atendidas pelo projeto do bairro viviam em habitações precárias, localizadas às margens de vias e de canais, em encostas e nas invasões do Morro do Avião, da Prainha, do Arrozal, da avenida Euclides Figueiredo e outras. Assim, suas experiências de vida são marcadas pela face precária dos processos urbanos (SERGIPE, 2010). Tais processos são geradores de segregação socioespacial,

⁵ Drenagem, pavimentação e esgotamento sanitário.

verificando-se o crescimento e a concentração populacional nos bairros periféricos da cidade, onde prevalecem baixos níveis de renda e de escolaridade, na concepção de França (2014).

3 MUTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

As mutações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo aconteceram, ao longo do tempo, a partir da segunda metade do século XIX, de acordo com processos históricos distintos de divisão territorial do trabalho. Estes processos materializaram-se segundo uma lógica de subordinação espacial, no nível mundial e, também, no nível regional e local, internamente aos países.

A partir do final do século XX, as mutações que aconteceram no mundo do trabalho passaram a ter como pano de fundo um contexto de intensificação da mundialização e financeirização do capital, sustentados pelo surgimento de novas tecnologias de produção, comunicação e informação e mudanças institucionais nacionais que facilitaram a flexibilização da produção, do consumo e do mercado de trabalho (CHESNAIS, 1998; ANTUNES, 2014).

Um contexto novo que imprimiu um processo de metamorfose do trabalho (ANTUNES, 2014) verificado através do aumento da terciarização e terceirização que, entre os seus efeitos, se destaca a superexploração e intensificação acelerada da precarização do trabalho. Sabe-se que este processo tem afetado severamente o ser humano que vive do labor.

Vale reforçar que a conformação geográfica do trabalho acontece no bojo de um processo histórico de divisão internacional do trabalho, segundo uma lógica própria do capitalismo, que obedece a um padrão de reprodução do capital, condicionado pela relação de poder existente no nível mundial, considerando as diferentes escalas nacional, regional e local.

Neste sentido, conforme explica Filgueiras (2018), tomando como base a Teoria Marxista da Dependência e as teorias do imperialismo, desde a segunda metade do século XIX, reconhece-se o capitalismo como sistema mundial, devido a sua natureza expansiva, manifestada através da incorporação e da subordinação espacial por meio da divisão internacional do trabalho.

Assim, Filgueiras (2018, p. 519) explica que:

[...] o capitalismo, desde sua gênese na Europa, já trazia, em si, uma

tendência expansiva de incorporação e subordinação de todas as regiões do planeta à sua lógica, vindo a se constituir, já na segunda metade do século XIX, como um sistema mundial.

Importante salientar que a participação das economias nacionais na divisão internacional do trabalho e na ordem capitalista mundial foi, historicamente, assimétrica, constituindo-se numa relação de poder desigual dos países nos diversos ciclos de internacionalização do capital. Nesse ponto de vista, Filgueiras (2018, p. 519), citando as ideias de Chesnais (1996) e Löwy (1998), afirma que:

O impulso inicial dessa expansão, expresso no sistema colonial mercantilista (séculos XVI-XVIII), ganhou força com a Revolução Industrial, que colocou a Inglaterra na vanguarda desse movimento, dando origem (ao longo do século XIX) à primeira forma de divisão internacional do trabalho – que, de modo semelhante a todas as demais formas que se sucederam no tempo, foi inequivocamente assimétrica no que se refere ao poder, à inserção e ao lugar ocupado pelos distintos países na ordem capitalista internacional. Esse processo se aprofundou na virada do século XIX para o XX, quando o imperialismo moderno, da era do capital, se consolidou; e atingiu seu ápice nos últimos cinquenta anos, com o processo de mundialização do capital, sob o comando e a dominância do capital financeiro – o que lhe conferiu novas determinações (Chesnais, 1996).

Assim, a expansão do capitalismo se fez, desde sempre, de forma “desigual e combinada” (Löwy, 1998), através de ondas sucessivas de internacionalização do capital, que instituíram e reconfiguraram, algumas vezes, a divisão internacional do trabalho, primeiramente sob a hegemonia da Inglaterra e, posteriormente, dos EUA.

Nessa perspectiva, depreende-se que a sorte de economias nacionais periféricas e de suas regiões e locais específicos está associada a como esses espaços se conectam nas redes criadas pelo capital nas escalas mundial e, também, nacional, manifestando uma lógica de subordinação deles ao capital internacional.

Neste sentido, vale salientar que as especificidades das formas de inserção das economias nacionais, no mercado internacional, resultam da divisão internacional do trabalho no bojo dos atuais processos de acumulação capitalista, que incluem ou excluem de seus circuitos, ou redes internacionais de produção, os espaços regionais ou locais que interessam ao seu desenvolvimento (CASTELLS, 1999).

Outrossim, vale ressaltar a opinião de Santos (1999, p. 3) que afirma:

[...] se o mundo tornou possível, com técnicas contemporâneas, multiplicar a produtividade, somente o faz porque os lugares, conhecidos em sua realidade material e política, distinguem-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. É como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devido

apenas à estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferente valor.

Neste sentido, os atores que dominam as redes globais de produção elegem as localidades de seu interesse, exigindo, além de certas condições técnicas, como sistemas de informação, transportes e comunicações, entre outras estruturas com certo padrão de natureza quantitativa e qualitativa, “[...] uma necessária adaptação política, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas etc” (SANTOS, 1999, p. 4). Tais instrumentos são utilizados como meio de competição entre os lugares para atrair investimentos diretos. Entretanto, os fluxos desses investimentos obedecem a lógicas que atribuem valores aos lugares, os quais não são constantes no tempo. Ou seja, num instante são positivos e, dessa forma, suficientes para garantir certos investimentos diretos num lugar e, noutro, podem-se tornar negativos, sinalizando inviabilidade econômica da localização desses investimentos naquele lugar, e vice-versa.

Dessa forma, explica Santos (1999), como as situações se modificam rápida, repentinamente e de forma inesperada, o território, sobretudo nas áreas mais afetadas pela modernidade globalizadora, torna-se instável, nervoso, podendo-se tornar ingovernável, tendo em vista a forte influência do poder econômico e político do capital internacional sobre as decisões de produção local.

Vale salientar que, a partir dos estudos publicados recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), disponíveis numa obra organizada por Oliveira, Carneiro e Silva Filho (2017), percebe-se que a lógica da subordinação de lugares e regiões aos interesses do capital, segundo a atual divisão internacional do trabalho, tem sido questionada politicamente em virtude do desemprego e do crescimento da desigualdade nos países desenvolvidos. Realidade que é comprovada pela emergência do neopopulismo no ocidente. Porém, os obstáculos e questionamentos políticos recentes de países centrais do capitalismo não têm sido suficientes para arrefecer tendências do processo de (inter)dependência dos capitais em escala mundial. Neste sentido, Oliveira, Carneiro e Silva Filho (2017, p. 7) explicam que:

A globalização econômica e a interdependência política são duas dimensões marcantes da ordem internacional nas três últimas décadas. Esses dois fenômenos convergiram, no início do século XXI, para a prevalência de regimes políticos de índole liberal e estratégias econômicas pautadas pela liberalização comercial.

Essa onda liberal vem sendo questionada nos últimos anos, em consequência dos efeitos negativos sobre o emprego industrial e do crescimento da desigualdade nos países desenvolvidos. [...]

Apesar dos obstáculos e questionamentos políticos à globalização, não há evidência de arrefecimento ou reversão de suas principais tendências econômicas – quais sejam, a fragmentação das cadeias produtivas, a integração financeira dos países e a relevância cada vez maior do setor de serviços no comércio internacional. Estas tendências concorrem para a consolidação do comércio em torno dos padrões de produção e consumo estabelecidos pelas chamadas cadeias globais de valor [...].

Importante dizer, neste ponto, que as singularidades políticas, econômicas e sociais definidas historicamente num país e, neste sentido, suas características estruturais e conjunturais, marcam um padrão próprio de desenvolvimento capitalista (PDC) neste país, na acepção de Filgueiras (2018). Nesta perspectiva, este PDC conforma-se e combina-se com as forças capitalistas externas. Sob o olhar de Filgueiras (2013) apud Filgueiras (2018, p. 525),

[...] um Padrão de Desenvolvimento Capitalista é definido por um 'conjunto de atributos – econômico-sociais e políticos – que estrutura, organiza e delimita a dinâmica do processo de acumulação de capital, e as relações econômico-sociais a ele subjacentes, existentes em determinado Estado (espaço) nacional durante certo período histórico'.

Diante desse contexto e da forma como as instituições foram sendo estabelecidas historicamente no Brasil, especialmente as ligadas à economia, aos mercados e ao trabalho, este último sofreu um intenso processo de metamorfose (ANTUNES, 2014) que resultou na atual conformação do mercado de trabalho no país, como será apresentado nas seções seguintes.

3.1 OS ELEMENTOS DE NATUREZA CONJUNTURAL E ESTRUTURAL QUE MODIFICARAM O SENTIDO DO TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE

O mercado de trabalho no Brasil passou por profundas transformações estruturais, desde o final do século XX, que resultaram em diferentes formas de exploração da força de trabalho e tenderam a ser desenvolvidas com base em relações, cada vez mais, flexíveis e precárias para aqueles que vivem do seu labor.

Ressalte-se que o contexto brasileiro apresenta suas especificidades, contudo, o fenômeno da metamorfose do trabalho no país é inerente ao processo histórico de reestruturação do modo de produção capitalista. Reestruturação que tem como pano de fundo a mundialização e financeirização dos capitais, facilitadas pela flexibilização

do consumo, da produção e do trabalho, no nível global, que se processaram por meio do desenvolvimento tecnológico e pela pragmática definida pelo Consenso de Washington. Uma processualidade que modificou a divisão internacional do trabalho, provocando a reterritorialização e desterritorialização da produção, no globo terrestre, moldando, conseqüentemente, a natureza da produção e do trabalho no Brasil, inclusive. (ANTUNES, 2010; DRUCK, 2011; CHESNAIS, 1988).

Portanto, o contexto brasileiro deve ser compreendido como produto do desenvolvimento das forças produtivas, no nível mundial, e sua forma de inserção nesse processo. Antunes e Pochmann (2008) afirmam que, a partir da década de 1990, podem-se destacar intensas mudanças na relação técnica capital-trabalho, nos processos produtivos e na organização do controle social do trabalho, combinado com forte enxugamento da força de trabalho. Isto foi possível graças aos processos de flexibilização e à desregulamentação dos direitos sociais, bem como da terceirização e das novas formas de gestão da força de trabalho, que passaram a prevalecer no país.

As novas configurações do mercado de trabalho passaram a se desenvolver no Brasil, após o esgotamento da estratégia político-econômica de substituição de importações, em meados da década de 1980. Em termos gerais, nessa estratégia, percebia-se, como principais características, um padrão de acumulação, baseado no setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional e no modo de produção fordista (ANTUNES; POCHMANN, 2008). A dinâmica interna do padrão de acumulação industrial brasileiro estruturava-se por um processo de superexploração da força de trabalho. Predominavam baixos salários, jornada de trabalho prolongada e atividade muito intensa. Apesar disso, a expansão econômica do período e as políticas sociais vigentes, à época, proporcionaram ampliação da ocupação de postos de trabalho, relativa segurança no emprego e certa proteção social, como uma melhor condição de previdência, por exemplo.

A partir da segunda metade dos anos 1980, passou-se a evidenciar, cada vez mais, o modelo de acumulação flexível e, nos anos 1990, a assimilação do ideário neoliberal pelos gestores da política macroeconômica e do desenvolvimento econômico do Brasil, que buscaram por maior grau de inserção no comércio internacional no contexto da globalização econômica (FILGUEIRAS, 2018; MATOS; ESPERIDIÃO, 2011).

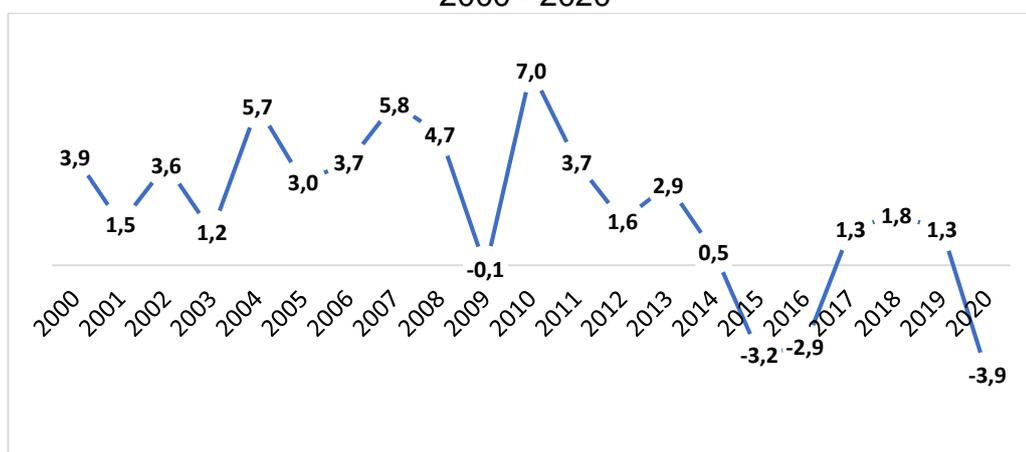
Entretanto, a partir de 2003, a política de desenvolvimento passa a ter como

principal foco o mercado interno e as políticas sociais a serem reforçadas. Neste ano, por exemplo, o governo brasileiro assinou com a OIT um Memorando de Entendimento, que tinha como objetivo a criação de um Programa Especial de Cooperação Técnica para a promoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), que vislumbrava atingimento de metas para redução de déficits de Trabalho Decente no país, conforme será discutido mais adiante neste capítulo.

A conjuntura econômica vigente no Brasil, no período de 2003 a 2012, favoreceu o crescimento expressivo do número de empregos formais no país. Porém, no período subsequente, dificuldades econômicas e políticas oriundas, tanto do quadro econômico internacional, quanto, principalmente, das condições conjunturais e estruturais domésticas, tenderam a impactar, negativa e severamente, o emprego no país.

À guisa de demonstração do quadro de crise econômica que se intensificou no país, a partir de meados da década de 2010, vale salientar que o desempenho da economia brasileira se deteriorou, drasticamente, principalmente a partir de 2014, tal como se percebe na avaliação do comportamento da taxa de acumulação anual do índice de volume, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Gráfico 1). Nota-se que se destacam significativas quedas da produção em 2015, -3,2%, e 2016, -2,9%, além daquela percebida em 2020, de -3,9%, que refletiu, também, forte influência da pandemia da Covid-19. Saliente-se que os suspiros de aumento do volume da produção que ocorreram em 2017, 1,3%; 2018, 1,8% e 2019, 1,3%, não foram suficientes para recuperar a economia ao patamar que existiu antes de 2014.

Gráfico 1 – Brasil - Taxas acumuladas de crescimento do valor adicionado a preços básicos, no 4º trimestre do ano em relação ao mesmo período do ano anterior (%) - 2000 - 2020

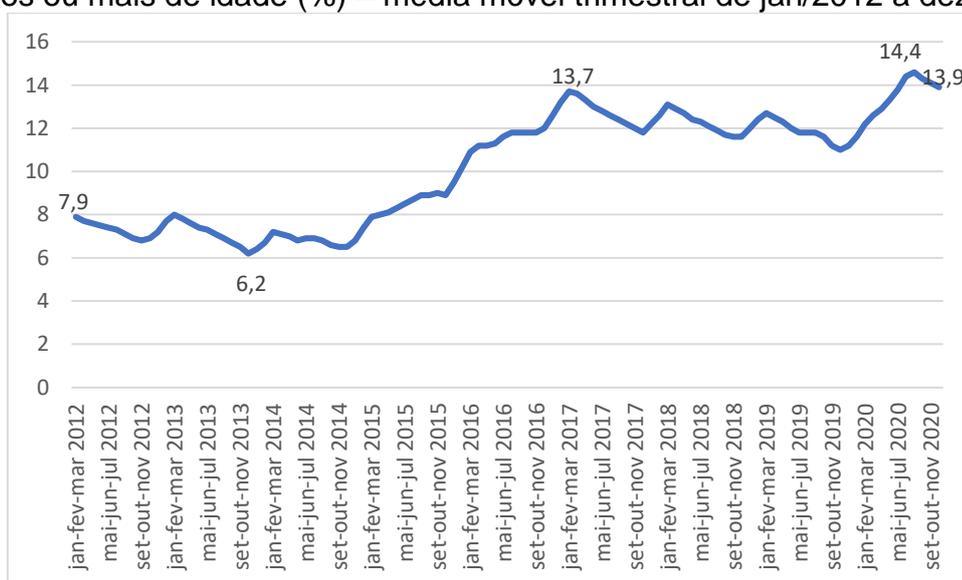


Fonte: elaborado pelo autor com dados das bases das Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2021).

Nota: Dados extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, em 31/10/2021, Contas Nacionais Trimestrais, Tabela 5932 - Taxa de variação do índice de volume trimestral, Variável - Taxa acumulada ao longo do ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) (%), 4º trimestre.

O desempenho negativo da economia brasileira, a partir de meados da década de 2010, sinalizado por este indicador de produção, confirma-se, a partir da análise dos dados de desemprego, que revelam seu significativo aumento. Desse modo, os dados da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), do período que se segue desde 2012, início desta série, até dezembro de 2020, final da década de 2010, revelam que a taxa de desocupação da força de trabalho no país, em trajetória de queda até dezembro de 2013, quando alcançou a taxa mais baixa da série, 6,2%, passou a aumentar, de forma acelerada, indicando um, cada vez maior, contingente de desempregados no país. Nota-se que, desde fevereiro de 2016, quando esta taxa ultrapassou os dois dígitos, 10,2%, a desocupação da força de trabalho passou a se situar num patamar que girava em torno de 12,34%, em média. Vale salientar que, até 2020, houve picos de aumento do desemprego no país, cujos percentuais giraram em torno de 14%, aproximadamente, tanto em 2017, quanto em 2020, o que se percebe nos dados do gráfico 2.

Gráfico 2 – Brasil - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) – média móvel trimestral de jan/2012 a dez/2020.



Fonte: (IBGE, 2021).

Nota: Dados extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, em 31/10/2021, PNADC mensal, média móvel trimestral, Tabela 6381 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - Total, coeficiente de variação, variações em relação aos três trimestres móveis anteriores e ao mesmo trimestre móvel do ano anterior, e média anual; Variável - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%).

Diante deste contexto, vale explicitar a natureza destas dificuldades. Segundo Filgueiras (2018), no Padrão de Desenvolvimento Capitalista (PDC) brasileiro, desde o início dos anos 1990, evidenciaram-se características essenciais do Padrão Liberal Periférico⁶ (PLP) – “[...] forma concreta de expressão da doutrina e do programa neoliberal no Brasil” (FILGUEIRAS, 2018, p. 532) –, que têm se manifestado significativamente, apesar da vigência de regimes de política macroeconômica distintos e de mudanças ocorridas no bloco do poder ao longo das três décadas mais recentes. Deste modo, assevera Filgueiras (2018, p. 532):

Do ponto de vista estrutural, o PLP atualizou, e até piorou, algumas das características mais marcantes da formação econômico-social brasileira: a dependência externa tecnológica e financeira, com grande transferência de renda para fora do país; a inserção passiva e subalterna na divisão internacional do trabalho; a enorme concentração de renda e desigualdade social; o rebaixamento permanente do estatuto do trabalhador; e a apropriação do público (e do Estado) pelo privado (grande capital).

Filgueiras (2017 apud FILGUEIRAS, 2018, p. 532) ressalta que o PLP brasileiro tem uma trajetória forjada com base em um consenso de frações distintas do capital, independentemente das suas posições no processo de acumulação capitalista, sustentado nas seguintes ideias:

1- a abertura comercial e financeira da economia, com a sua conseqüente internacionalização, é condição obrigatória de inserção do país na nova ordem dominada pelo capital financeiro; 2) a dominância desse capital e o processo de financeirização da economia não podem ser questionados; a adaptação à nova ordem capitalista é o único caminho possível; 3) a continuação do processo de privatização – com a conseqüente redução do Estado no âmbito produtivo – deve continuar, tanto por meio dos novos investimentos na área de infraestrutura do país, quanto da venda das empresas públicas ainda existentes; 4) a desregulamentação do mercado de trabalho deve ser aprofundada, na linha da “prevalência do negociado sobre o legislado”; 5) as reformas neoliberais, e a redução de direitos sociais, são pré-condições para a redução do “custo Brasil” e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Deste contexto, Filgueiras (2018, p. 532) conclui que é impossível, do ponto de vista político, a burguesia brasileira construir um projeto capitalista nacional, concebido e dirigido por ela, dada a “[...] sua absoluta incapacidade de expressar e

⁶ O Padrão Liberal Periférico (PLP), no entendimento de Filgueiras (2018, p. 528), “[...] é a forma concreta específica assumida pela mundialização do capital e o neoliberalismo no Brasil a partir dos anos 1990, configurado a partir de rupturas fundamentais com relação à estrutura econômico-social anterior, própria do Padrão de Substituição de Importações vigente até então no país, e como resultado das disputas entre distintas frações de classes de sua burguesia, e entre estas e as classes trabalhadoras.”

incorporar, econômica e politicamente, interesses diferenciados do conjunto da sociedade brasileira e conviver com uma melhor distribuição de renda [...]”. Neste sentido, o autor assevera ainda que “[...] a superexploração do trabalho está entranhada em seu *ethos* de classe e na subjetividade de seus integrantes.”

Importante dizer, neste ponto, que, apesar de apresentarem condições conjunturais e, principalmente, estruturais diferentes, em especial no tocante ao emprego, consoante o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), o mercado de trabalho nacional é fruto de seu processo histórico, marcado pela precarização e pelas desigualdades entre regiões, raça, gênero, ocupações e atividades etc. Neste sentido, os grupos populacionais, que têm inserção mais precária, apresentam maior vulnerabilidade aos ciclos econômicos, condição que numa situação de crise, como a presenciada atualmente, tende a piorar seus níveis de condições de vida.

3.2 AS NOVAS FEIÇÕES DO TRABALHO EM FACE DO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Compreende-se trabalho como categoria central na sociedade contemporânea, enquanto expressão do trabalho social, apesar das intensas mudanças estruturais nos modos de produção. Sabe-se que os avanços científicos e tecnológicos provocaram mudanças estruturais expressivas nos processos de produção, tornando a participação do capital cada vez maior em relação ao uso da força de trabalho. Além do trabalho físico, padronizado e repetitivo, entre outras tendências processuais do capitalismo, passou-se a incorporar também e, cada vez mais, o trabalho intelectual ao trabalho morto (ANTUNES, 2010; CROCCO, 2018). No entanto, não há que se pensar em um adeus ao trabalho. Neste sentido, Antunes (2010, p. 178) salienta que:

[...] ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior *inter-relação*, uma maior *interpenetração* entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital.

Nesse ponto de vista, Antunes (2010) salienta que é preciso desenvolver uma

concepção ampliada para que seja possível compreender a forma de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo e não, o negar.

O citado autor (2010, p. 103) afirma ainda que a classe trabalhadora tem como característica um movimento pendular que funciona da seguinte forma:

[...] por um lado, cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. No entanto, como não podem eliminar *completamente* o trabalho vivo, os capitais conseguem reduzi-lo em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho. Aqui encontramos, então, o traço de *perenidade* do trabalho (Antunes, 2005). No outro lado do pêndulo, cada vez *mais* homens e mulheres trabalhadores encontram *menos trabalho*, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, [...] sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta. (ANTUNES, 2010, p.103).

Esta segunda situação é tão grave, atual e atinge a um contingente tão grande de pessoas que, para Antunes (2018), ter qualquer trabalho é melhor do que sofrer o desemprego. No contexto recente, ter trabalho é um privilégio, mesmo que seja altamente precário. São os privilégios da servidão que garantem a aceitação/submissão de grande massa de trabalhadores aos tipos de trabalho mais precários na atualidade.

Neste ponto, vale salientar que precarização do trabalho, concebido por Alves (2011, p. 1), é definida “[...] enquanto experiência humana de individualidades pessoais de classe num determinado contexto histórico-concreto: o contexto histórico do capitalismo manipulatório.” Outrossim, o autor salienta: “[...] a precarização do trabalho não apenas na dimensão do trabalho enquanto força de trabalho como mercadoria, mas sim, [...] na dimensão do homem que trabalha enquanto ser humano-genérico capaz de dar respostas ao movimento do capital.” (ALVES, 2011, p.1).

No tocante à forma de ser do trabalho, é importante dizer que, segundo Antunes (2010), diante do processo de evolução do modo de produção capitalista, o trabalho passou a se apresentar com duas tendências: uma, que impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e a outra, para uma maior desqualificação. A primeira, identificada por Marx, como concebe Antunes (2010, p. 55), manifesta-se a partir de “[...] uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais

qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social.[...]”. Surgem, desse modo, novas capacidades de trabalho que cooperam, participando do processo de formação dos produtos (diretores, engenheiros, supervisores, técnicos etc).

No entanto, no sentido da desqualificação, Antunes (2010, p. 57) aponta

[...] inúmeros setores operários, atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram, de um lado, à desespecialização do operário industrial oriundo do fordismo e, por outro, à massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia de emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da ‘economia informal’ [...].

Crocco (2018), por sua vez, compreende que, no contexto recente do capitalismo, se exige um novo perfil de trabalhador, forjado pelo processo de metamorfose do modo de produção capitalista. O autor (2018, p. 29) aduz que o trabalho, no padrão de acumulação flexível, também deve ser flexível. Ou seja, exige-se que:

[...] o novo perfil do trabalhador, deve ser multifuncional, polivalente e desespecializado, ou melhor, capaz de redefinir-se em múltiplas especializações e, ainda, ser capaz de compreender a totalidade produtiva. O envolvimento do trabalhador não é mais somente físico, mas também mental e subjetivo. [...]

Além disso, Crocco (2018) salienta ainda que se espera do trabalhador que ele aja, pense e aja continuamente no sentido de melhorar seu trabalho, de forma contínua, para solucionar problemas e aumentar a eficiência e a produtividade do trabalho.

Diante deste contexto, é importante dizer neste ponto que se destacam duas tendências de experiências laborais para a classe trabalhadora, que acabam gerando consequências distintas sobre os trabalhadores, especialmente sobre sua saúde física e mental. Asseveram Antunes e Praun (2015, p. 411),

[...] por um lado, os trabalhadores pertencentes ao núcleo que atua com maquinário mais avançado, dotado de maior tecnologia, encontram-se cada vez mais expostos à flexibilização e à intensificação do ritmo de suas atividades, expressas não somente pela cadência imposta pela robotização do processo produtivo, mas, sobretudo, pela instituição de práticas pautadas pela multifuncionalidade, polivalência, times de trabalho interdependentes, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão pautados na pressão psicológica voltada para o aumento da produtividade. Por outro, outra parcela da classe trabalhadora, numericamente superior, passa a experienciar, cada vez mais, diferentes modalidades de vínculos e condições de trabalho que se viabilizam a partir de ambientes de trabalho que articulam menor desenvolvimento tecnológico a jornadas mais extensas, maior

insegurança e vulnerabilidade.

Isso tudo acontece num contexto de elevada competição no mercado de trabalho e de desemprego estrutural, que faz crescer o exército de reserva e pressiona a queda da renda do trabalho, tornando cada vez mais difícil para o trabalhador se reproduzir como força produtiva. Neste sentido, após tratar das novas feições do trabalho, em face do contexto da acumulação flexível, é importante ressaltar que esse contexto tende a afetar, de forma dramática, as pessoas que vivem do labor, uma vez que o trabalho é central como condição humana e social, conforme discussão realizada na próxima seção.

3.3 TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A história revela a importância do trabalho como atividade vital da humanidade até os dias atuais. Assim explica Antunes (2015),

Na história da humanidade, o trabalho assumiu desde logo uma dimensão decisiva e central, sendo que em nenhuma das suas distintas fases se pode prescindir desta atividade vital. Produzir os bens materiais e simbólicos tem sido, desde os primórdios até os dias atuais, resultado ineliminável do fazer humano. [...] (ANTUNES, 2015, p. 7).

Todavia, apesar de sua essencialidade, a riqueza, o conforto, a dignidade e outros benefícios pessoais e sociais gerados pelo trabalho não são usufruídos por todos aqueles(as) que o produzem – os(as) trabalhadores(as). Isto, porque,

[...] Oscilando entre criação e sujeição, atividade catártica e servidão, o mundo do labor vivenciou um pouco de tudo: trabalho compulsório, escravidão, fruição, trabalho livre, servidão, etc. Poiésis e tripalium, ergon e ponos, ato e punição, assim caminhou a dialética do trabalho. (ANTUNES, 2015, p. 7).

Esta condição é, historicamente, geradora de conflito, uma vez que “Desde a Grécia antiga (para não falar da Antiguidade egípcia), passando pelo suspiro unilateral do Renascimento, a luta pela dignidade e pela vida dotada de sentido no trabalho tem sido prometeica [...]” (ANTUNES, 2015, p. 7). Neste sentido, Antunes explica que apenas os estratos sociais dominantes usufruem da “boa vida fora do trabalho”. Às multidões, maior parte da sociedade, resta buscar qualquer trabalho ou

sofrer as consequências do desemprego. Nesta perspectiva, Antunes salienta que

Se é tão verdade que a sociabilidade humana não pode prescindir do trabalho, também é demasiado triste saber que parcelas imensas, que se contam aos bilhões, vivem exclusivamente do labor, do trabalho manual pesado e da fadiga, não dispondo de um mínimo de tempo verdadeiramente livre e dotado de sentido, mesmo que seja para a pura e bela fruição. (ANTUNES, 2015, p. 7).

Importante salientar aqui que, no dizer de Antunes (2014), uma forte tendência eurocêntrica alimentava a ideia de que a classe trabalhadora se extinguiria, dando lugar ao mito de um capitalismo maquínico e sem trabalho. No entanto, tal visão deixava de considerar o contingente de trabalho que ainda existe nos países do norte e, mais ainda, nos do sul do mundo. Vale salientar o exemplo de países asiáticos, como China, Índia, entre outros, e latino-americanos, como Brasil, México, além de outros exemplos.

Não obstante, Antunes (2014) afirma que o monumental processo de reestruturação produtiva, ocorrido a partir dos anos 1970, nos países centrais, e em meados dos anos 1980, nos países do sul, desencadeou um processo de metamorfose da classe trabalhadora. Neste sentido, é necessário compreender quem é a classe trabalhadora hoje e as características atuais do trabalho em conformidade com a nova morfologia do capital. Para o autor, em um sentido ampliado, fazem parte da classe trabalhadora, tanto trabalhadores produtivos, cujas atividades agregam valor diretamente, como a variedade de assalariados improdutivo, que não geram mais-valia diretamente. Estes também são imprescindíveis para o processo de trabalho capitalista que vivenciam.

Diante do exposto, é importante esclarecer que o monumental processo de reestruturação produtiva intensificou o fenômeno da precarização do trabalho, acentuando as suas consequências pessoais e sociais sobre a classe que trabalha. Neste sentido, vale dizer que o fenômeno da precarização do trabalho e seus efeitos podem ser estudados a partir de duas dimensões, conforme ensina Alves (2011, p. 2), valendo-se das ideias de Lukács,

[...] No capitalismo, o trabalhador assalariado é, por um lado, força de trabalho como mercadoria; e por outro lado, ser humano-genérico (o que denominamos trabalho vivo, na medida em que o homem, na perspectiva ontológica, é um animal que se fez homem através do trabalho).

Neste sentido, Alves (2011, p. 2) compreende que:

[...] a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem.

Assim, a precarização do homem que trabalha e a crise do trabalho vivo se instaura, no contexto da dinâmica, induzidas pela nova precariedade salarial e se compõem por três tipos de crises: a crise da vida pessoal, a crise de sociabilidade e a crise de autorreferência humano-pessoal. Elas “[...] dilaceram a subjetividade e a intersubjetividade do homem que trabalha. Elas compõem o todo orgânico da deriva civilizacional que caracteriza a desefetivação do ser genérico do homem nas condições históricas da barbárie social [...]” (ALVES, 2011, p. 26).

Portanto, a crise da vida pessoal “É a crise do homem com seu espaço de vida, isto é, o tempo de vida como campo de desenvolvimento humano [...]”. (ALVES, 2011, p. 27). Assim, ao passo que a formação social reconhece o trabalho vivo como força de trabalho, como uma mercadoria, passa a haver uma despersonalização do homem, invertendo-se o “núcleo humano” em “núcleo animal”. Dessa forma, o homem trabalhador só passa a se sentir livre e ativo quando realiza suas funções básicas de animal. Em suas funções humanas, sente-se como um animal.

A crise de sociabilidade tem relação com a crise do homem com os outros homens, havendo, neste sentido, quebra dos laços da sociabilidade, uma vez que o capitalismo flexível dissemina insegurança, incerteza, a lógica espaço-tempo do capital financeiro, que impõe pensar a curto e curtíssimo prazo. O emprego de curto prazo gera falta de lealdade institucional, uma vez que não se pode contar com a empresa por muito tempo. Assim, os laços criados são fracos. Essa lógica passa a nortear a formação da personalidade humana (SENNET, 1998 apud ALVES, 2011).

A crise de autorreferência pessoal é a crise do homem consigo mesmo. Nesta perspectiva, há a corrosão da autoestima pessoal. Ou seja: “[...] Sob a nova ordem salarial, deve-se ‘quebrar’ a auto-estima do ‘trabalho vivo’ como pessoa humana, reduzindo-o a mera ‘força de trabalho’ comprometida com os ideais do capital[...]”. (ALVES, 2011, p. 28). Esse tipo de crise,

[...] decorre da intensificação da manipulação/'captura' da subjetividade da pessoa que trabalho pelo capital. Primeiro, *reduz* o homem como ser genérico à força de trabalho como mercadoria. Segundo, *ameaça*, no plano imaginário, simbólico e real, as individualidades de classe com a demissão de sua força de trabalho. É um mote ideológico para *constranger* a auto-estima e abrir no 'espaço interior' da subjetividade humana, 'brechas' para a emulação paradoxal de operários e empregados implicados no trabalho estranhado. (ALVES, 2011, p. 28)

Ressalta-se que o processo de precarização do trabalho é inerente à crise estrutural do capital. Neste sentido, o sistema do capital é incapaz de realizar as promessas civilizatórias ligadas ao discurso do desenvolvimento das forças produtiva. (ALVES, 2011).

Em linha com esse pensamento, Araújo (2022, p. 22) assevera que:

A contradição fundamental da sociedade do capital produz, de modo inexorável e inconsciente, a dissolução dos laços sociais mediados pelo valor à medida em que elimina o trabalho imediato do processo de produção de mercadorias e, com ele, a única fonte produtora da riqueza especificamente capitalista (valor). Disso decorre o surgimento de sujeitos monetários sem moeda que ingressam na condição de pauperismo e, em pouco tempo, já não têm condições de retornar às fileiras dos trabalhadores produtivos (proletários). Eles constituirão a massa do povo, o resultado histórico do processo de acumulação capitalista e sem os quais qualquer projeto emancipatório do constrangimento lógico do valor está fadado ao fracasso.

Para Alves (2011), as relações de trabalho flexíveis, cada vez mais presentes a partir da década de 1990, inauguraram uma nova condição salarial, identificada pela jornada de trabalho flexível, pelas novas formas de contratação flexível e pelas estratégias de remuneração flexível.

3.3.1 O reconhecimento institucional da centralidade do trabalho na sociedade capitalista

Abramo (2015) expressa a ideia de trabalho emanada da OIT, indicando que ele é fonte de sustento e que é a partir dele que os trabalhadores buscam atender às suas necessidades materiais, escapar à pobreza e construir vidas decentes.

Ademais, o trabalho tende a dar um senso de identidade, de pertencimento e de propósito. Pode expandir as opções de escolhas para os trabalhadores, permitindo-lhes vislumbrar, com otimismo, o próprio futuro. Ele também tem significado coletivo, sendo essencial para a rede de conexões e de interações que forjam a coesão social, que, neste sentido, tem relação intrínseca com a forma como a sociedade o organiza.

Outrossim, o desemprego causa efeitos dramáticos sobre os trabalhadores,

conforme explica Sen (2018):

[...] Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre sexos. (SEN, 2018, p. 118).

O desemprego afeta também valores sociais, construídos historicamente que são essenciais para a manutenção da paz e da ordem sociais, tendendo a gerar processos de ruptura do tecido social, formatado ao longo do tempo. Tais valores são reconhecidos como direitos humanos fundamentais, como o direito à vida e ao trabalho digno, por exemplo, e que devem ser assegurados pelo poder público, como se instituiu em normas nacionais e supranacionais, como na Carta Magna brasileira de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948). Vale salientar que a referida declaração, em seu artigo 25, item 1, estabelece que:

Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade.

Outrossim, em relação aos direitos ligados, especificamente, ao trabalho, a mesma declaração instituiu, através do seu artigo XXIII, nos itens I ao IV, que:

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem distinção alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

No plano nacional, a Carta Magna brasileira de 1988 (CF/1988) prevê o trabalho como um direito social no artigo 6º. Vale salientar que os valores sociais do trabalho estão incluídos entre os princípios fundamentais da CF/1988, ao lado da cidadania, da dignidade da pessoa humana, da soberania, da livre iniciativa e do pluralismo político. Salienta-se, ainda, que nos artigos 7º ao 11., são previstos direitos

que pretendem a melhoria da condição social dos trabalhadores, segundo a CF/1988. Neste sentido, no Brasil, o trabalho é central, é um direito institucionalizado. Apesar disso, há a configuração de um tempo de exclusão no mercado de trabalho, tema da próxima seção.

3.4 A CONFIGURAÇÃO DE UM TEMPO DE EXCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Devido aos efeitos dos processos de mudança do trabalho sobre os trabalhadores, há uma série de razões para se afirmar que, hoje, no mundo, há uma tragédia humana, uma crise que atinge direitos humanos fundamentais associada à pobreza crescente, em sentido multidimensional (SEN, 2018; IBGE, 2018), e que o modo de produção capitalista e o estado liberal não têm conseguido solucionar. Há elevado desemprego, precarização do trabalho e das formas de vida.

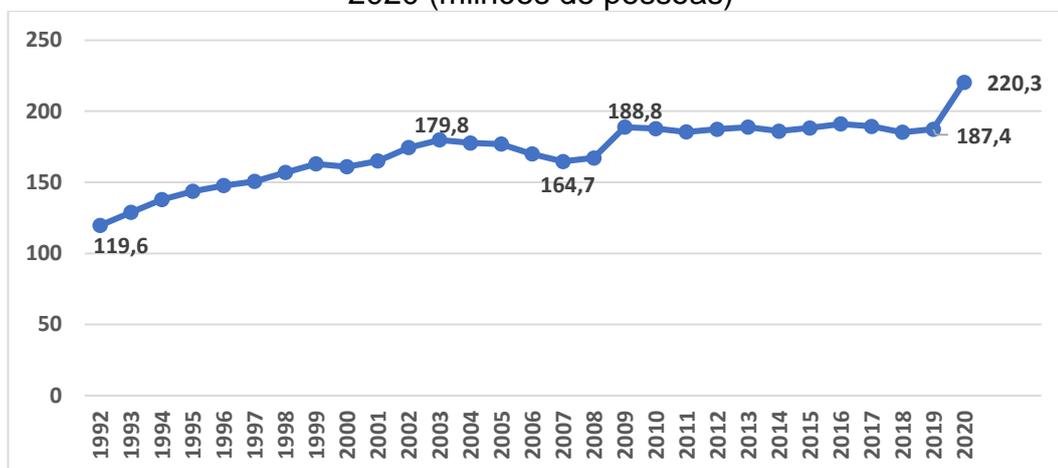
Qualifica-se como tragédia pela condição de centralidade que o trabalho ocupa na vida humana, uma vez que as consequências são perversas para as pessoas que vivem do labor, quando são privadas de um trabalho digno, que tenha jornada e remuneração justas, necessária não somente à reprodução de sua força produtiva, mas que atendam a outros aspectos que afetam a vida da pessoa humana e de sua família.

Neste sentido, as estatísticas recentes de desemprego retratam uma realidade dramática para milhões de pessoas no mundo. De acordo com estimativas da OIT, em 2020, havia mais de 220 milhões de trabalhadores no planeta, sofrendo as agruras do desemprego. Importante notar que a pandemia da Covid-19 exerceu forte influência sobre o mercado de trabalho, porém, este resultado não se deve apenas à crise pandêmica, uma vez que, no ano imediatamente anterior, em 2019, existia cerca de 187,7 milhões de trabalhadores desempregados. Aliás, a série histórica deste indicador, de 1992 a 2020, revela a crise de desemprego estrutural que se enraizou e vem se intensificando, desde o final do século XX, o que se verifica no Gráfico 3.

No contexto regional da América Latina e Caribe, a OIT estima que, em 2020, havia cerca de 30 milhões de desempregados, contra 25,3 milhões em 2019. Enfatiza-se que, em 1992, este número era de pouco mais de 11 milhões de pessoas, ou seja, em 28 anos, de 1992 a 2020, o número de desempregados na região quase triplicou (2,73 vezes). No entanto, na escala mundial, ele quase dobrou (1,84 vezes) e, na América do Norte, passou de 11,5 milhões, em 1992, para 15,7 milhões, em 2020, um

aumento de 1,3 vezes. Essas estatísticas revelam maior vulnerabilidade para a América Latina e Caribe em relação a outras regiões do mundo, dada a sua condição periférica no contexto capitalista mundial.

Gráfico 3 – Número de pessoas desempregadas no mundo no período de 1992 a 2020 (milhões de pessoas)



Fonte: Elaborado com base nos dados da OIT, WESO Data Finder (2021).

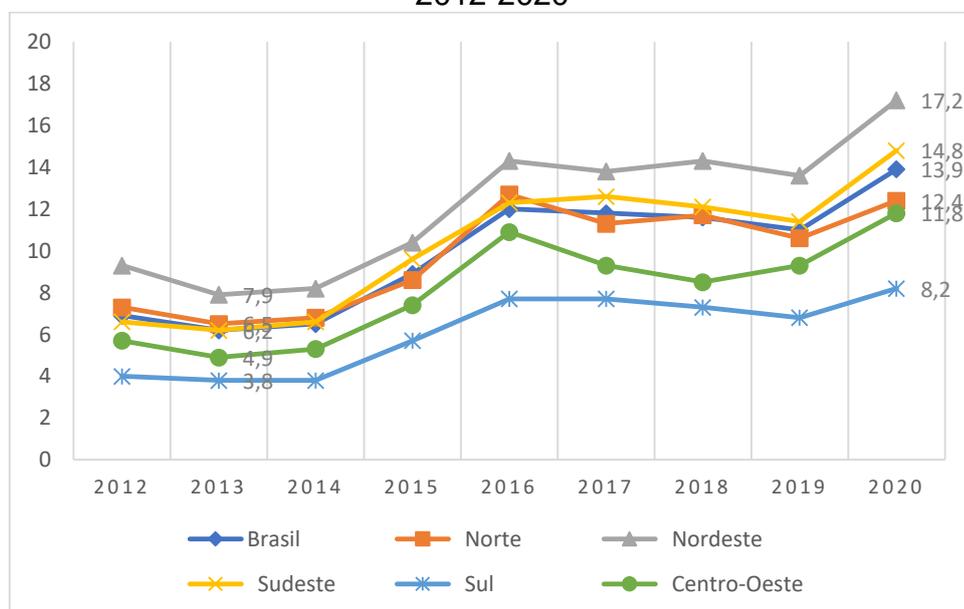
No Brasil, a década de 2010 encerra com uma desocupação da força de trabalho de mais de 13,92 milhões de trabalhadores, número que representa 13,9% da força de trabalho no país, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do quarto trimestre de 2020. O quadro de precariedade no mercado de trabalho brasileiro, neste ano, torna-se ainda mais dramático quando se soma a esse dado, mais de 5,78 milhões de desalentados; 6,79 milhões de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas; 15,91 milhões de trabalhadores sem carteira assinada, sendo 9,99 milhões de empregados do setor privado, exclusive trabalhador doméstico; 3,62 milhões de trabalhadores domésticos e 2,31 milhões ligados ao setor público, também sem carteira assinada. Além disso, também são expressivos os números da informalidade, relacionada aos trabalhadores sem CNPJ que trabalham por conta própria, 17,71 milhões, e empregadores informais, sem CNPJ, 656 mil (PNADC, 2020).

Ressalta-se que este quadro dramático não é consequência apenas de um ano atípico, marcado pela pandemia da Covid-19 e por seus efeitos sobre a economia. Conforme mencionado acima, o desemprego no Brasil passou a aumentar, de modo acelerado, gerando, desde 2016, grandes contingentes de desempregados, em torno de 12% da força de trabalho, em média, tendo alcançado taxas trimestrais de, aproximadamente, 14%, que puderam ser observadas tanto em 2017, quanto em 2020, o que é visto nos dados do Gráfico 4.

No tocante ao quadro regional do país, os dados de emprego da PNADC revelam que o Nordeste é a região brasileira que se destaca entre as mais afetadas pela crescente falta de oportunidades de trabalho no país. Nesta região, a taxa de desemprego alcançou 17,2% em 2020, seguida pelas regiões sudeste, 14,8%, Norte, 12,4%, Centro Oeste, 11,8%, e, por último, a região Sul, com uma taxa de desemprego de 8,2%, conforme dados do Gráfico 4 e da Tabela 1.

Salienta-se que os dados do Gráfico 4 e da Tabela 1 confirmam as disparidades econômicas regionais históricas do país e a vulnerabilidade do mercado de trabalho nordestino, em particular, a crise econômica vigente no Brasil. Tal fato comprova-se, de forma cristalina, ao se comparar a taxa de desocupação das unidades territoriais brasileiras, entre 2013 e 2020, período em que a crise econômica se intensifica no país. Percebe-se, no mesmo Gráfico, que as curvas ficam, cada vez mais, distantes umas das outras, ao longo deste período, expressando as disparidades. Ou seja, enquanto em 2013 a diferença entre as taxas de desocupação das regiões Nordeste e Sul, que é aquela região menos afetada pelo drama do desemprego no Brasil, era de 4,1 pontos percentuais (p.p.), em 2020, passou a ser de 9 p.p.

Gráfico 4 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo a unidade territorial: Brasil e Grandes Regiões (%) - 2012-2020



Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, 4º trimestre.

Nota: Tabela 4093 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por sexo; Variável - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%); 4º trimestre.

Tabela 1 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo a unidade territorial: Brasil e Grandes Regiões (%) - 2012-2020

Unidade territorial (UT)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2019-20 (p.p.)	Diferença UT – BR 2020 (p.p.)	Diferença UT – Sul 2020 (p.p.)
Brasil	6,9	6,2	6,5	8,9	12	11,8	11,6	11,0	13,9	2,9	0,0	5,7
Norte	7,3	6,5	6,8	8,6	12,7	11,3	11,7	10,6	12,4	1,8	-1,5	4,2
Nordeste	9,3	7,9	8,2	10,4	14,3	13,8	14,3	13,6	17,2	3,6	3,3	9,0
Sudeste	6,6	6,2	6,6	9,6	12,3	12,6	12,1	11,4	14,8	3,4	0,9	6,6
Sul	4,0	3,8	3,8	5,7	7,7	7,7	7,3	6,8	8,2	1,4	-5,7	0,0
Centro-Oeste	5,7	4,9	5,3	7,4	10,9	9,3	8,5	9,3	11,8	2,5	-2,1	3,6

Fonte: Elaborada com base nos dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, 4º trimestre.

Nota: Tabela 4093 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por sexo; Variável - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%); 4º trimestre.

Além disso, é importante afirmar, neste ponto, que o mercado de trabalho nordestino foi o mais afetado pelo efeito da pandemia da Covid-19, uma vez que a taxa de desocupação na região cresceu 3,6 p.p., enquanto, no Sudeste, aumentou 3,4 p.p., no Centro-Oeste, 2,5 p.p., no Norte, 1,8 p.p. e, por último, na região Sul, 1,4 p.p., como se visualiza na Tabela 1.

Entre os estados, as maiores taxas de desocupação, no 4º trimestre de 2020, foram registradas em Alagoas e na Bahia, ambas com 20%, em seguida veio o Rio de Janeiro, com 19,4%, Pernambuco, com 19,0%, e Sergipe, com 18%. As menores taxas foram detectadas em Santa Catarina, 5,3%, Rio Grande do Sul, 8,4% e Paraná, 9,8%.

Além disso, na escala nacional, no mesmo período, as pessoas que viviam do trabalho, atingidas pela falta de emprego foram: i) Em relação ao sexo - feminino, 16,4%, contra 11,9% do masculino; ii) Raça ou cor – pretos, 17,2%, e pardos, 15,8%, enquanto para os brancos foi de 11,5%; iii) Idade – 14 a 17 anos, 42,7%, 18 a 24 anos, 29,8%, 25 a 39 anos, 13,9%, 40 e 59 anos, 9,0% e 60 anos ou mais, 5%; iv) grau de instrução – ensino médio incompleto, 23,7%, superior incompleto, 16,9%, médio completo, 16,1%, fundamental completo, 16%, fundamental incompleto, 13,2%, sem instrução, 10,5%, e superior completo, 6,9%.

Neste ponto, vale salientar que o desemprego é um importante indicador de déficit de trabalho decente, segundo o conceito da OIT, que condiciona realidades permeadas de outras dimensões da precarização das formas de vida para milhões de brasileiros, em particular as dos brasileiros nordestinos.

Percebe-se, assim, que, diante da indisponibilidade de ocupações formais de

trabalho, o trabalhador se sujeita a condições de ocupação ainda mais precárias, informais e não decentes ou não dignas. Além disso, tende a sujeitar a sua família, inclusive seus filhos, às condições não dignas também, como trabalho infantil, mendicância etc. Uma tragédia humana e, também, social, uma vez que os efeitos disso sobre o desenvolvimento socioeconômico podem comprometer gerações, tendendo a aumentar as disparidades nacionais e regionais do desenvolvimento (ABRAMO, 2015; GUIMARÃES, 2012; SACHS, 2004).

Por esta razão, para Coutinho (2009, p. 1),

O contexto produtivo contemporâneo vem passando por transformações significativas, afetando tanto as relações concretas, como as formas de ser dos sujeitos aí incluídos/excluídos. Tais transformações apontam para a necessidade de buscar estratégias de investigação capazes de apreender as complexas relações entre as dimensões subjetivas e objetivas do trabalho contemporâneo.

Assim, compreender as experiências, vivências e ações daqueles que sobrevivem de seu trabalho e conhecem a fundo a precariedade das formas de vida e das atividades laborais, diante do contexto que estão sujeitos, é essencial para uma sociedade que está sob a égide das forças capitalistas, evoluindo com tendência a intensificar a precarização do trabalho.

Diante do exposto até aqui, entende-se que seja valioso apresentar também o conceito de Trabalho Decente da OIT. Ideia meta que parte do reconhecimento deste organismo internacional dos efeitos socioeconômicos da mundialização do capital, em suas dimensões econômica e financeira, sobre a classe trabalhadora. Portanto, a partir dele, a OIT propõe medidas no âmbito da lógica do modo de produção capitalista no sentido de se envidar esforços políticos para permitir o exercício da cidadania das multidões de marginalizados a partir do trabalho.

A ideia do conceito de Trabalho Decente, proposta pela OIT, é a de que, como uma meta alcançada, ele tenderia a oferecer a oportunidade aos trabalhadores de proverem um serviço produtivo à sociedade e expandirem habilidades e talentos necessários à economia local e regional. Vislumbra-se que o progresso do TD permita o aumento da inclusão social e do desenvolvimento socioeconômico. Além de possibilitar ao indivíduo adquirir bens e serviços através da própria renda, tendendo a desestimular o trabalho infantil e outros efeitos do trabalho precário e do desemprego de homens e mulheres sobre seus filhos, como baixos níveis educacionais e nutricionais (ABRAMO, 2015; GUIMARÃES, 2012).

No entanto, vale salientar que os acordos e normas nacionais e supranacionais, como as da ONU, propõem situações ideais no contexto do capitalismo, que tenderiam, segundo as propostas, a proporcionar dignidade ao trabalhador e a sua família. Entretanto, a realidade percebida através das estatísticas oficiais distancia-se muito da situação ideal, sobretudo nas áreas mais pobres do mundo. Também tendem a piorar em momentos das crises econômicas, que são intrínsecas ao modo de produção vigente.

Este fato leva estudiosos, como Antunes (2009), por exemplo, a não acreditarem na possibilidade de vida plena, digna e com sentido no âmbito do capitalismo. Ele rechaça qualquer possibilidade de desenvolvimento humano no contexto desse modo de produção. E vai além, argumentando que é impossível humanizar a humanidade no contexto do capitalismo.

Enfim, eis uma síntese das ideias de Trabalho Decente.

3.4.1 Trabalho Decente: reconhecimento político-institucional da necessidade de se resgatar a cidadania para as multidões de trabalhadores marginalizados⁷

No dizer de Martínez (2005 apud ABRAMO, 2015), a noção de Trabalho Decente é uma tentativa de expressar, numa linguagem cotidiana, a integração de objetivos sociais e econômicos, reunindo as dimensões do emprego, dos direitos no trabalho, da segurança e da representação, em uma unidade com coerência interna e que adquire sentido quando considerada na sua totalidade.

Trabalho Decente é um conceito central presente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, elencados em sua Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. A 8ª ODS, em especial, visa a “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.” (OIT, 2018, on-line). Assim, defende-se que as relações entre trabalhadores e seus empregadores estejam devidamente regulamentadas por lei, especialmente no que se refere aos direitos fundamentais do trabalho, e autorreguladas através de acordos negociados em um processo de diálogo social em diversos níveis. Isso implica o pleno exercício do direito da liberdade

⁷ Marginalizado, para o dicionário online de português (Dicio), é um “Indivíduo mais ou menos improdutivo, indigente, subempregado ou que como trabalhador, embora amparado pela legislação trabalhista, não tem condições de manter uma família, vivendo por isso à margem da sociedade.” (DICIO, 2023).

sindical, assim como o fortalecimento das diferentes instituições da administração do trabalho e das formas de representação e organização dos atores sociais (MARTÍNEZ, 2005 apud ABRAMO, 2015).

Este conceito foi desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho - OIT com a finalidade de se promover no mundo o acesso ao emprego produtivo, com lastro na igualdade de oportunidade e nos direitos ao trabalho, na proteção social e na promoção do diálogo social.

Para a OIT (2015), Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos desta Organização, que são: o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social. E, no que concerne ao primeiro objetivo, na Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, de 2008, destacam-se os aspectos: liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; e eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Em defesa desse tema, Guimarães (2012, p. 89) reforça a ideia de que o acesso a um Trabalho Decente não apenas permite à pessoa adquirir bens e serviços através de sua renda, entretanto, além disso,

[...] oferece a oportunidade de prover um serviço produtivo à sociedade e expandir habilidades e talentos. Também proporciona segurança para tomar decisões que não tenham impacto negativo sobre o desenvolvimento humano, evitando, por exemplo, os efeitos do desemprego de homens e mulheres sobre a educação e alimentação dos filhos ou no estímulo ao trabalho infantil. [...] só o acesso ao Trabalho Decente pode converter o crescimento econômico em desenvolvimento humano.

Ignacy Sachs (2004) corrobora com esse pensamento, defendendo que é necessário e possível projetar estratégias de desenvolvimento que assegurem a inclusão social pelo Trabalho Decente. Além disso, afirma que, enquanto persistirem grandes diferenças sociais e os níveis de exclusão que se conhece no Brasil, as políticas sociais compensatórias serão indispensáveis.

Sachs (2004, p. 25-26) salienta, ainda, que há duas razões para que o emprego e o autoemprego decentes se constituam a melhor maneira de atender às necessidades sociais:

- a inserção no sistema produtivo oferece uma solução definitiva, enquanto as medidas assistenciais requerem financiamento público recorrente;
- em termos psicológicos, o exercício do direito ao trabalho promove a autoestima, oferece oportunidades para a auto-realização e o avanço na escala social, ao contrário do desânimo e da falta de perspectivas vivenciados por assistidos crônicos.

Um marco importante da adoção do Trabalho Decente como estratégia de desenvolvimento socioeconômico no Brasil é o lançamento da Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD) em 2006. Tal iniciativa marca o compromisso do país no sentido de alinhar ações do poder público aos preceitos da OIT. Isto aconteceu em atenção ao Memorando de Entendimento para a promoção da ANTD no país, assinado em junho de 2003 pelo Presidente Lula e pelo Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia.

A ANTD definiu três prioridades. A primeira foi a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento. A segunda refere-se à erradicação do trabalho escravo e à eliminação do trabalho infantil. A terceira prioridade foi o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática. Vale observar que ficou estabelecido na Agenda que as organizações de empregadores e de trabalhadores deveriam ser consultadas permanentemente e durante o processo de implementação da Agenda (OIT, 2015).

No final de 2007, foi constituído um Grupo Técnico Tripartite de consulta e monitoramento, dando novo impulso ao processo de implementação da ANTD. Além disso, nesse período, avançou-se na discussão sobre os indicadores para monitorar a evolução nas diversas dimensões do trabalho decente.

Segundo a OIT (2015), os governos e os seus Estados-membros, assim como as organizações de empregadores e trabalhadores, reconheceram a importância de monitorar o progresso do Trabalho Decente. Em 2008, a Conferência Internacional do Trabalho adotou a Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa. Neste documento, recomendou-se, entre outras medidas, que os Estados membros considerassem o estabelecimento de indicadores ou estatísticas apropriadas para monitorar e avaliar o progresso feito quanto ao Trabalho Decente.

Guimarães (2012) ratifica que o Brasil avançou na formalidade que reconhece, social e politicamente, a importância do Trabalho Decente. Além disso, a dinâmica da economia brasileira e a geração de empregos formais, na década de 2000, seguiram

no sentido de incluir grande parcela da população a partir da criação de ocupações mais seguras socialmente. Porém,

[...] a persistência da pobreza e da desigualdade, da informalidade, do desalento dos jovens e da precariedade do trabalho, além da grande quantidade de pessoas que, nas ruas e praças das nossas cidades, expressam e ecoam suas apreensões e demandas por uma vida mais plena e satisfatória, constituem sinais reveladores da existência de importantes déficits de Trabalho Decente. (GUIMARÃES, 2012, p. 9).

Ao contrário do que ocorreu nos anos 2000, a sobreposição de crises ocorridas no Brasil, na década de 2010, gerou expressivo aumento do desemprego. Tal fato deteriorou, significativamente, os ganhos sociais obtidos na década anterior, ligados às metas de Trabalho Decente. Não bastasse este fato, mudanças institucionais, realizadas no final da referida década, no sentido de flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho brasileiro acentuou a vulnerabilidade da classe trabalhadora.

Saliente-se que Trabalho Decente (TD) é um conceito meta que considera valores ligados ao trabalho, que foram construídos ao longo de mais de um século de luta e de conquista de melhores condições e valorização da dignidade daqueles que vivem do labor no contexto do capitalismo (OIT, 2015).

Nessa perspectiva, Sen (2018), Abramo (2015), Sachs (2004), incluindo outros, defendem que, em termos psicológicos, o exercício do direito ao trabalho, em particular um trabalho decente, tende a promover a autoestima e a oferecer oportunidades para a autorrealização e ao avanço das pessoas na escala social.

4 MORAR EM ÁREAS DE BAIXA RENDA DA PERIFERIA URBANA E TRABALHAR: SEGREGAÇÃO E INJUSTIÇA SOCIOESPACIAIS NO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI

Neste capítulo, discute-se a relação entre morar em áreas de baixa renda da periferia urbana (ABRPU) e trabalhar. Neste sentido, parte-se da ideia de que as dificuldades sentidas por moradores de ABRPU, principalmente as ligadas ao mercado de trabalho, destacam-se entre as mais graves injustiças sociais, produzidas pela segregação socioespacial, gestada durante o processo em curso do desenvolvimento/crise do capitalismo (CARLOS; ALVES; PADUA, 2017; MARICATTO, 2015).

Salienta-se que, diante do exposto, desencadeiam-se condições dramáticas para as pessoas que moram em ABRPU e que se manifestam através da precariedade das condições de vida – pobreza, trabalho precário, desalento, condições ruins de moradia, de transporte, de educação, de saúde, dificuldade cotidiana de sobrevivência, falta de dignidade, maior exposição à violência, elevada dependência de assistência do Estado, exclusão social, entre outras consequências.

Ressalta-se, também, que, conforme discutido no capítulo anterior, déficits de trabalho decente em um lugar geram precariedade das condições de vida, enfraquecem/pioram a coesão social e tendem a gerar conflitos sociais neste lugar e em seu entorno. O acesso a um trabalho digno é o principal dos direitos sociais, porque, a partir dele, os outros direitos podem ser acessados através do mercado de consumo, como moradia, saúde, educação, por exemplo (MARICATO, 2015).

Vale salientar que a ABRPU, aqui em destaque, se refere a áreas situadas no entorno de cidades, marcadas pela inexistência ou precariedade de serviços públicos e privados e pela pobreza. Tais áreas são povoadas por pessoas excluídas dos circuitos centrais do capitalismo e de seus processos urbanos, mas que são úteis a estes direta ou indiretamente. Elas se constituem a partir da segregação socioespacial que se processa a partir da transformação do espaço em mercadoria no contexto da expansão urbana. Por isso, afirma-se que esse processo se amplia como produto do desenvolvimento da sociedade capitalista, contando com o suporte do Estado para legitimar e sustentar institucional e ideologicamente e por meio de suas políticas as relações de produção dessa sociedade em favor dos interesses de certos capitais e

classes sociais.

Entende-se que, dessa forma, gestam-se conflitos de interesses entre classes sociais e os próprios capitais por meio das forças que agem na arena sociopolítica, com tendência de prevalecer certa classe ou capitais em detrimento das(os) demais. Ao mesmo tempo, tais forças atuam no sentido de naturalizar a lógica de funcionamento da sociedade capitalista com prevalência dos interesses hegemônicos. O discurso e suas narrativas, vinculadas à ideologia hegemônica, e sua veiculação através dos aparelhos ideológicos são essenciais neste processo (MARICATO, 2015).

Desenvolve-se, desse modo, um processo injusto socialmente porque se fundamenta no valor de troca do espaço, que, metamorfoseado em mercadoria pela sociedade capitalista contemporânea, é segmentado e precificado segundo a lógica do capital, tornando as áreas mais bem servidas de serviços públicos e privados em bens caros e, portanto, inacessíveis aos pobres (MARICATO, 2015; CARLOS, 2017).

Trata-se de áreas criadas pelo processo de segregação socioespacial, promovido pelo processo de transformação do espaço em mercadoria, que se valoriza de acordo com a dinâmica do mercado imobiliário, as quais, também, são marcadas pela pobreza multidimensional⁸. Neste sentido, as pessoas que vivem nessas áreas são excluídas do direito à cidade, entretanto, são exploradas no âmbito da sociedade capitalista urbana, por meio do trabalho precário e do consumo das mercadorias que podem acessar, quando auferem alguma renda ou são auxiliadas por parentes, vizinhos, Estado, igreja ou até por outras organizações de interesse social.

Vale salientar que, no contexto de uma sociedade capitalista, baseada em princípios democráticos, todos os cidadãos são Sujeitos de Direito, conforme reza a CF/88, fundamentada nos princípios da liberdade de iniciativa/decisão, na propriedade privada, na liberdade de concorrência, essenciais ao capitalismo. Mas, esses princípios/direitos são alcançados por quem não tem como participar do mercado de trabalho e de consumo? Uma vez que o espaço urbano é tratado como mercadoria, como um bem de alto valor, principalmente nas áreas centrais da cidade, os mais pobres têm acesso ao direito à cidade?

Ressalte-se que na ABRPU residem pessoas que desejam participar dignamente da dinâmica da cidade – acesso à moradia, à segurança, ao lazer, ao transporte, à educação, à qualificação para o trabalho e à saúde – e, necessariamente, da dinâmica do capital – acesso aos mercados de consumo, de trabalho (trabalho

⁸ Sen (2018)

decente), de crédito etc. Elas desejam ter vidas dignas de acordo com os padrões vigentes. Para além disso, querem sentir que podem participar de processos movidos pelo encantamento da mercadoria que a mídia propaga constantemente, fazendo-as crer que seja algo acessível (MARICATO, 2015).

Interessante salientar, neste ponto, como se pode notar no curso do exposto, o papel dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) (ALTHUSSER, 1996). Em especial, no sentido de garantir, por força da interpelação da ideologia hegemônica, a sustentação da sistemática de funcionamento do modo de produção capitalista, inclusive do espaço, metamorfoseado em mercadoria. Ideologia que traduz o sucesso como uma conquista. Ou seja, algo que pode ser alcançado por todos através da meritocracia, advogado, inclusive institucionalmente, em observância aos direitos constitucionais de livre iniciativa, de livre concorrência e de propriedade privada.

Dessa forma, um dos mais importantes objetivos dos AIEs é minar, ou minimizar, conflitos, revoltas dos excluídos, fazendo-os pensar que são os culpados por estarem na condição de excluídos, uma vez que não fizeram o dever de casa, não se esforçaram o suficiente, portanto, ainda não são merecedores dos benefícios do capital e, por conseguinte, do urbano. No entanto, apesar dos esforços dos AIEs, os excluídos revoltam-se. Eles, de algum modo, reagem, seja por meio das artes e da manifestação popular - denunciando e protestando em prol de uma pauta específica, como moradia, transporte, saneamento, segurança, entre outros serviços - ou através da violência em ações criminosas, por exemplo. Eles percebem que é muito difícil acessar seus direitos de cidadãos, ter uma vida digna, um trabalho decente, por mais sacrifícios que realizem (ALTHUSSER, 1996; MARICATO, 2015; CARLOS; ALVES; PADUA, 2017).

Para comprovar o exposto, vale trazer à baila um estudo publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre mobilidade social, cujas conclusões revelam que descendentes de famílias pobres brasileiras podem passar em torno de nove gerações para atingir as camadas mais ricas da sociedade (Figura 2). Na Dinamarca, por exemplo, são duas gerações; na Argentina, seis gerações; enquanto na Colômbia são onze. Para além disso, o estudo indica que a rigidez da mobilidade social implica rigidez das condições futuras de desenvolvimento e de mobilidade social. Ainda reflete na satisfação com a vida, no bem-estar e na coesão social.

Figura 2 – Mobilidade social no mundo – países selecionados – 2018



Fonte: Adaptada com base em OCDE (2018).

Diante do exposto, nos ensinamentos de Maricato (2015), é imprescindível dizer que a segregação e, como consequência, as injustiças gestadas no contexto socioespacial atual acontecem no bojo do processo capitalista de produção social do espaço na cidade contemporânea. Mas, isto não ocorre sem disputa pela cidade, pelos recursos disponíveis, incluindo os fundos públicos, e pela riqueza gerada socialmente. Neste sentido, manifesta-se a luta de classes, uma vez que as forças necessárias ao capitalismo – trabalho e capital – se reproduzem, bem ou mal, na cidade, e o Estado tem papel fundamental nesta processualidade. Assim, a autora assevera:

A minha explicação é que há luta de classes na cidade. Ou se remunera os capitais [...] ou se investe na reprodução do trabalhador: saúde, educação, transporte, moradia, saneamento [...]

O problema não se resolve com distribuição de renda ou do salário. Porque mais salário não compra o transporte coletivo; não compra uma boa localização na cidade, porque isso fica mais caro. Aumento salarial é absorvido pelo custo da cidade e isso só se resolve com políticas públicas. Reconheço que houve distribuição de renda para comprar carros, motos, eletrodomésticos, uma televisão melhor [...] não condeno isso, pois uma máquina de lavar roupa, uma geladeira é importante [...] mas ninguém vive

só dentro de casa: vive na cidade. (MARICATO, 2015, capa final)

Importante dizer ainda que há um conjunto de forças ideológicas hegemônicas, atuando no sentido de legitimar institucionalmente e de sustentar o processo de produção do espaço de acordo com interesses hegemônicos. Entre outras ações, essas forças buscam minimizar a existência e o potencial dos conflitos sociais que procuram desnaturalizar essa institucionalidade e o conteúdo ideológico que a sustenta. Elas têm como função mascarar a desapropriação (das multidões), por um lado, e a concentração da riqueza social (dos poucos privilegiados), por outro. A institucionalidade que prioriza a propriedade privada, principalmente da terra, combinada com o conteúdo midiático que faz parte do cotidiano da sociedade têm papel primordial no sentido de sustentar tais ideologias (MARICATO, 2015; CARLOS; ALVES; PADUA, 2017).

Nas próximas seções serão discutidos mais detalhes conceituais a respeito da segregação e da injustiça socioespaciais.

4.1 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA E INJUSTIÇA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A segregação socioespacial na atualidade manifesta-se e aprofunda-se como resultado das relações sociais, formatadas historicamente pela sociedade capitalista. Ela é produzida a partir do processo de transformação do espaço urbano em mercadoria, que passa a ter valor de troca, segundo os interesses de segmentos específicos dessa sociedade. Tais segmentos representam certos capitais ligados ao mercado imobiliário, educacional etc. (MARICATO, 2015; CARLOS, 2017).

Em linha com este pensamento, Carlos, Alves e Pádua (2017) afirmam que:

[...] a segregação socioespacial aprofunda-se como decorrência da concentração da riqueza, oriunda das novas formas de expropriação, como um processo espacial por excelência. Isso porque [...] as relações sociais objetivam-se produzindo formas nas quais a sociedade apropria-se dos lugares onde a vida transcorre em sua totalidade. Nessa direção, a produção do espaço é iminente à produção do humano [...] (CARLOS; ALVES; PADUA, 2017, p. 10).

Vale dizer que o crescimento das áreas urbanas, induzido pelo capital industrial, gestou a sociedade urbana, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Ressalta-se que as cidades, reconhecidas como força produtiva, se

desenvolveram com a finalidade de tornar o custo da mão de obra mais barato e, ainda, responder às reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida (moradia, saúde, transporte etc.) (MARICATO, 2015).

Neste contexto, típico dos países centrais do capitalismo no pós-segunda guerra mundial, a ideologia hegemônica associada ao *Welfare State* dava sentido ao modo de regulação estatal, que subordinava a renda de certos capitais, como o imobiliário, por exemplo, aos interesses do capital industrial no processo de desenvolvimento urbano (MARICATO, 2015).

Neste pensar, Alvarez (2017, p. 65) assinala que,

O papel do Estado nesse processo foi marcante, seja com políticas fiscais e de crédito, seja como investidor ou indutor de investimentos em infraestrutura (na qual se notabilizou o sistema de transporte e de comunicação), seja com políticas de coação e coerção internas e externas, com vistas a ampliar o horizonte de expansão das grandes corporações. Um outro escopo de ações do Estado, que adquire relevância no período, é o da criação de um sistema legal de direitos humanos, a partir de normativas da ONU, assinadas por muitos Estados nacionais, que se comprometeram com esses direitos. A pressão dos movimentos sociais e de sindicatos foi fundamental para consolidar conquistas em torno de serviços básicos de saúde, educação, bem como salários mais elevados, nos países centrais [...] nesse período, a expansão do capitalismo incluía a presença de um Estado que, capitalista, absorvia a formulação de uma lógica de direitos mínimos para todos, o que implicava a necessária (mas nem sempre existente) ação política para a garantia dos direitos. Essa condição parece importante para refletir [...] sobre as perspectivas do direito à cidade à luz das políticas públicas ou do planejamento do território como soluções para a crise, no momento atual.

Na periferia do capitalismo não houve essa iniciativa estatal. Os trabalhadores que podiam acessar o mercado imobiliário adquiriram suas moradias neste mercado, enquanto os demais davam conta de construí-las por conta própria (MARICATO, 2015).

Alvarez (2017, p. 65) resume a relação entre produção do espaço e desenvolvimento do capitalismo a partir da Revolução Industrial da seguinte forma:

Ao desenvolvimento do capitalismo, sobretudo a partir da Revolução Industrial, corresponde a produção de um espaço desigual, que tem na urbanização a centralidade do seu desenvolvimento. [...] A mundialização, que se descortina na segunda metade do século XX, absorvendo desigual e diferencialmente tempos e espaços ainda não integrados à lógica da reprodução capitalista, também se realiza como a sociedade urbana em escala planetária, estendendo cada vez mais para além da fábrica a reprodução das relações de produção, configurando espaçotempos da vida cotidiana na lógica da mercadoria. Trata-se do momento em que o capitalismo, para se desenvolver, extrapola a produção das mercadorias, capturando outros segmentos e momentos da vida: o espaço, o lazer, o turismo, a cultura, as relações familiares e de vizinhança, vinculando-se

diretamente à produção e circulação do valor. [...] Assim, o tempo do não trabalho virou o tempo do consumo e do lazer (sendo esse momento também produzido como consumo). As grandes cidades e metrópoles centralizam e concentram capitais; a própria produção da urbanização se insere como condição para reprodução do capital e, nesse processo, o espaço produzido sob a égide da propriedade privada se fragmenta e hierarquiza; o uso é subsumido pela mediação da troca e do valor. O Estado apresenta-se como fundamental, impondo a troca, normatizando-a, instituindo e conservando a propriedade privada da terra.

Diante do exposto, os cidadãos, estratificados em classes sociais, usufruem, de forma desigual, o espaço produzido segundo a lógica da mercadoria. Poucos são os privilegiados que moram onde querem, pois as áreas mais bem-estruturadas e onde existem, de maneira mais abundante, os melhores serviços urbanos são as mais caras. Portanto, tais áreas são inacessíveis às multidões, uma vez que elas são constituídas das parcelas da população de mais baixa renda no Brasil (CARLOS; ALVES; PADUA, 2017; MARICATTO, 2015). Nesta linha, Carlos, Alves e Pádua (2017) explicam que:

[...] No mundo moderno [...] o ato de separação entre obra (espaço) e produtor (sociedade) incide, justamente, na regulação e no impedimento do uso, no recuo da apropriação (e da cidadania) que, por sua vez, produz uma representação que reforça a “naturalização” da expropriação (CARLOS; ALVES; PADUA, 2017, p. 10).

As multidões são expulsas para as periferias, onde os recursos, estruturas (redes de água, esgoto, energia, ruas pavimentadas, iluminação pública, praças, hospitais, delegacias de polícia, bares, restaurantes, supermercados etc) e serviços (transporte, lazer, saúde, segurança etc) são escassos. Importa dizer que capital e Estado criam as condições de produção e de expansão do espaço urbano. Vale salientar que a história revela que políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento urbano, e ações privadas, ligadas à dinâmica do mercado imobiliário, são motores desse processo. O fato é que à medida que se estrutura certa área da cidade, ela se valoriza, tornando a moradia nesta área mais cara (MARICATO, 2015).

No entanto, os processos de produção do espaço na acumulação capitalista e suas consequências nocivas sobre as pessoas vulneráveis economicamente são obscurecidos pelas ações realizadas no sentido de “naturalizar” a expropriação. Asseguram Carlos, Alves e Pádua (2017):

[...] a importância do espaço na acumulação capitalista vem acompanhada do obscurecimento dos processos produtores do espaço, o que impede de

entender que, para superar as contradições geradas ao longo da história da acumulação do capital, principalmente entre as forças produtivas e a reprodução das relações de produção, os capitalistas lançaram-se sobre o espaço, ocupando-o e transformando-o objeto estratégico. Logo, a produção do espaço desempenha uma função ativa nas múltiplas formas de expropriação, seja no ato de escamoteá-las através das representações, seja por meio da ação direta de separação direta da sociedade no espaço [...] (CARLOS; ALVES; PADUA, 2017, p. 10).

Nesta perspectiva, Carlos (2017) traz à baila hipótese baseada no pensamento Lefebviano, fundamentada na ideia de que a produção do espaço urbano, sob a égide da lógica capitalista, perde sentido como obra civilizatória. Essa ideia compreende a cidade vivida, em termos de prática socioespacial, como fonte de privação, num movimento de alienação. Processo que traz à tona a luta pelo “direito à cidade”. Eis a hipótese:

[...] o momento atual do processo de reprodução do espaço urbano, como totalidade social, se realiza pelo aprofundamento da cisão entre criador (a sociedade sujeito da produção do espaço) e sua criação (o espaço urbano, que no mundo moderno se reproduz sob a lógica da mercadoria), atualizando a alienação no mundo moderno. [...] o movimento da reprodução da cidade se realiza como negativo de seu sentido: obra civilizatória (produto histórico social) impondo-se à sociedade como potência estranha. Nessa condição, o plano da prática socioespacial revela a cidade vivida como fonte de privação, percebida como estranhamento e, conseqüentemente, como fonte de conflitos. Desse modo, esse momento da produção do espaço urbano se elucida como movimento do processo de alienação que tem trazido à tona a luta pelo "direito à cidade".

Esse direito, todavia, apresenta vários conteúdos, ora como base de construção de políticas públicas, ora, como é o caso do conceito de “direito à cidade”, nos termos apresentados por Henri Lefebvre, como projeto utópico. Em Lefebvre, portanto, é o negativo da situação que funda a despossessão (em clara oposição à sua compreensão enquanto política pública realizável no seio do Estado), o que exige o deslocamento da esfera do político àquela do social. (CARLOS, 2017, p. 33).

Ressalta-se que a disponibilidade dos melhores empregos e outras formas de geração de renda estão localizadas nas áreas mais bem-estruturadas. Assim, se na cidade não há um sistema de transporte eficiente, que possa facilitar a locomoção de todos os cidadãos, inclusive os que moram na periferia de baixa renda, estes últimos terão muito mais dificuldade para acessar oportunidades de trabalho dignas.

Diante do exposto, são nítidas as situações que caracterizam a injustiça socioespacial. No entanto, os processos de produção do espaço na acumulação capitalista não acontecem sem resistências, sem conflitos. Carlos, Alves e Pádua (2017) explicam que:

[...] é impossível evitar o conflito que nasce da segregação socioespacial, como condição e meio da reprodução social. A crise social manifesta-se, em grande parte, como crise urbana, e as resistências ganham visibilidade nos espaços públicos [...]

O conflito configura-se como luta pela cidade, já que está orientado pelas reiteradas resistências às ações de expropriação realizadas no plano da vida cotidiana. O mundo da mercadoria ganha importância nunca vista antes, mas as resistências ao seu domínio também se fortalecem. A resistência urbana é a face da recusa dessa lógica, iluminando a dialética. A resistência é a recusa, o questionamento da privação decorrente do desenvolvimento capitalista apoiado no crescimento econômico, uma ação que denuncia uma prática urbana normatizada, estruturada pelo mundo da mercadoria. (CARLOS; ALVES; PADUA, 2017, p. 10).

Por esta razão, morar em ABRPU é uma condição imposta pelo processo de produção do espaço urbano sob a égide da lógica capitalista contemporânea. Por isso, é importante salientar, neste ponto, que a exclusão social, promovida pela lógica de produção do espaço urbano, no contexto do desenvolvimento do capitalismo, se intensifica diante das diversas fontes de crise que este modo de produção está submetido na atualidade. Diante desta realidade, as pessoas que moram nas ABRPU estão sujeitas a privações de diversas naturezas, que impedem o seu exercício de cidadania, seu direito à cidade. Mas, os excluídos se revoltam e, mesmo sob intensa interpelação dos Aparelhos Ideológicos de Estado, reagem com base em sua condição de vida e de trabalho, tencionando o modo de funcionamento desta sociedade, gerando conflitos sociais. Assim, dada a importância deste assunto, na seção seguinte discute-se a produção do espaço urbano e os conflitos na sociedade capitalista.

4.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CONFLITOS NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

O processo de construção/adequação/expansão do espaço urbano atende, historicamente, às necessidades de desenvolvimento do capital. Sob o olhar de Maricato (2015), desde a revolução industrial, este espaço constitui-se numa força produtiva fundamental para sustentar a dinâmica de diversos capitais (industrial, imobiliário, educacional, etc). Ele também é essencial no processo de dominação hegemônica, uma vez que os capitais moldam a cidade de acordo com os interesses hegemônicos. Neste sentido, a autora afirma que:

Desde o período da revolução industrial, quando os efeitos de aglomeração nas cidades ofereceram condições indispensáveis para o processo de

acumulação de base fabril até as chamadas ‘cidades globais’, que concentram poder internacional, o espaço urbano e, mais recentemente, metropolitano e regional, constitui força produtiva fundamental, além de participar do processo de dominação hegemônica.

[...]

Os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança [...]. (MARICATO, 2015, p. 18)

Porém, é imprescindível salientar que, se há priorização dos interesses de certo segmento da sociedade na repartição – propriedade - e uso da cidade e na alocação dos recursos produzidos socialmente, há uma disputa por espaço, por recursos e por poder. Dessa forma, há conflitos de interesses no processo de desenvolvimento das cidades. E, diante deste contexto, evidenciam-se como atores as classes que se originam da relação capital-trabalho, bem como os diferentes capitais (des)prestigiados diante das prioridades colocadas em pauta pelos agentes que centralizam o poder econômico e político no contexto histórico concreto. Em linha com este pensamento, Maricato (2015) afirma que,

[...] O que pode ser interessante aos promotores imobiliários e proprietários de terra também pode contrariar os interesses dos capitais industriais, apenas para lembrar um exemplo importante que marcou a história das cidades nos países centrais do capitalismo. O acirramento da luta social por melhores salários, ou melhores condições de trabalho, ou ainda melhores condições de vida (moradia, saúde, transporte etc.), aprofundam essas contradições [...] Durante os anos do *Welfare State* (Estado providência) os trabalhadores conquistaram (como resultado de um processo de lutas) a produção em massa de moradias. Essa política determinou os capitais que iriam perder espaço na disputa pelos lucros, juros e rendas já que havia necessidade de alojar os trabalhadores, diminuir o preço da força de trabalho e diminuir o preço da moradia. Os capitais rentistas – fundiários e imobiliários – foram subordinados ou regulados diante dos interesses do capital industrial [...]. (MARICATO, 2015, p. 18-19)

Nesta perspectiva, explica a autora que, na década de 1970, estudos e pesquisas prestigiaram a produção do ambiente construído nos países capitalistas. Na sua concepção,

[...] Merece destaque o esforço da chamada Escola Francesa de Urbanismo integrada por marxistas que tratavam de desenvolver e explicar a produção do espaço urbano e os conflitos entre capitais e trabalho. Os estudos se detiveram em mostrar que a produção do espaço urbano ou, de modo geral, do ambiente construído envolvia alguns tipos específicos de capitais. Os confrontos não se dão apenas no chão da fábrica, como pretendia a herança histórica do movimento operário. A perda de prestígio da função social das cidades, no capitalismo central, coincide com a ascensão das ideias neoliberais e concomitante perda do *Welfare State*, acompanhando o enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores e perda de espaço das forças de esquerda. (MARICATO, 2015, p. 21)

No Brasil, o mais importante instrumento regulatório dos assuntos urbanos, o Estatuto das Cidades, completou duas décadas de existência. Sua essência é nortear o desenvolvimento das cidades no país. Rolnik alerta que as discussões que precederam o planejamento e a vigência dessa norma foram permeadas de disputas político-ideológicas com viés em prol do capital imobiliário e da tecnocracia ligada ao planejamento urbano. Segundo a autora (2021, *on-line*),

[...] o Estatuto da Cidade já é um produto dessas várias posições, ou seja, é um produto das tensões, pressões e reivindicações que vem do Movimento Pela Reforma Urbana, mas, também, no encontro com uma tradição tecnocrática e imobiliária do planejamento urbano, e com novos paradigmas de planejamento que vieram com toda a nova hegemonia neoliberal no planeta, nas cidades, no urbanismo e nas políticas. Então, isso também acabou condicionando a natureza do Estatuto.

Ainda Rolnik (2021) ratifica que os esforços de organizações e de governos populares, no sentido de democratizar as decisões a respeito do planejamento e das políticas de desenvolvimento urbano ao longo da vigência do Estatuto das Cidades, não avançaram ou foram deixados de lado, devido às barreiras impostas pela força político-econômicas de grandes setores empresariais, interessados no urbano. Dessa forma, a autora (2021, *on-line*) explica que:

[...] a gente viveu um ciclo de participação, mas esse ciclo encontrou um limite muito claro na natureza dos processos decisórios que acontecem sobre o destino das cidades no Brasil, muito condicionados por um diálogo entre os grandes setores empresariais que têm o interesse direto no urbano: as concessionárias de serviços públicos, os loteadores, os incorporadores imobiliários, os grandes empreiteiros de obras públicas, na sua relação com o Estado.

Diante do exposto, resta claro que a produção do espaço urbano é uma obra da sociedade capitalista. Porém, essa obra (a cidade) é apropriada por certos segmentos da sociedade, em detrimento de classes de trabalhadores, que são partícipes do processo de sua produção. Fato que se constitui como fonte de conflito social. Ocorre que as classes dominantes criam mecanismos diversos para garantir a estabilidade e a “paz”, buscando minimizar a potencialidade de destruição dos conflitos. Neste ponto, o Estado é fundamental, haja vista que ele cria e atualiza os instrumentos institucionais necessários à sustentação do funcionamento da sociedade

urbana, mantendo ricos e pobres cada um em seu lugar no espaço. Neste sentido, o Estado vale-se do poder dos seus Aparelhos Ideológicos e Repressivos, tal como define de Althusser (1996).

Desse modo, compreende-se como essencial discutir o tema segregação e injustiça social na produção do espaço urbano brasileiro, o que será o objeto da seção seguinte.

4.3 SEGREGAÇÃO E INJUSTIÇA SOCIAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

As desigualdades socioespaciais são dramáticas, no contexto brasileiro, e manifestam-se, tanto na escala local, como na regional. No contexto regional, as disparidades são históricas e ainda se confirmam, atualmente, conforme revelam os dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)⁹ (FIRJAN, 2018). O IFDM continua a revelar que as regiões Norte e Nordeste são as que possuem mais municípios com níveis de desenvolvimento regular ou baixo no país. As duas regiões juntas possuem mais de 87% do total de municípios brasileiros analisados que estão nesta situação. A FIRJAN (2018) enfatiza que,

A análise mais detalhada do IFDM revela as enormes disparidades regionais que ainda existem no país. O Sul continua apresentando-se como a região mais desenvolvida, tendo em sua composição 98,8% dos municípios classificados com desenvolvimento moderado ou alto, e nenhum município classificado em baixo desenvolvimento. A Região Sudeste tem perfil semelhante. O Centro-Oeste alcançou o padrão Sul-Sudeste, com 92,4% dos municípios com desenvolvimento moderado ou alto e nenhum município com baixo desenvolvimento. Por sua vez, as regiões Norte e Nordeste apresentaram, respectivamente, 60,2% e 50,1% dos seus municípios classificados com desenvolvimento regular ou baixo e juntas respondem por 87,2% do total de municípios nessas classificações. (FIRJAN, 2018, p. 7).

As disparidades podem ser percebidas, também, de forma dramática, no espaço intraurbano. Em estudo recente do IPEA (PEREIRA et al, 2020), que analisou as desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras, em 2019, comprovou-se que as pessoas que vivem em ABRPU são afetadas, de

⁹ O IFDM é determinado a partir de estatísticas públicas oficiais, considerando três dimensões: i) Emprego e Renda, ii) Educação e iii) Saúde. O IFDM varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é o índice de desenvolvimento da localidade. Note-se que este índice considera quatro classificações com a seguinte graduação: baixo (entre 0,0 a 0,4), regular (entre 0,4 a 0,6), moderado (entre 0,6 e 0,8) e alto (entre 0,8 e 1).

forma aguda, pela falta de transporte eficiente e de acesso às oportunidades econômicas e aos serviços básicos. Fato que tem como tendência o agravamento da pobreza e das desigualdades socioespaciais.

Este argumento é reforçado na entrevista “Ser preterido em oportunidades de emprego por viver longe do centro de São Paulo” realizada por Felipe Betim, do El País Brasil, em 20/01/2020, que destaca o quão mais difícil é a contratação de trabalhadores que moram nas periferias de baixa renda. Tal matéria, motivada pelo anúncio dos resultados da pesquisa do IPEA (PEREIRA et al, 2020), tomou como base entrevistas realizadas com pessoas em condições diferentes de localização geográfica e, conseqüentemente, de acessibilidade assimétrica a transporte público eficiente e outros serviços básicos. O resultado revelado na fala dos entrevistados identifica dificuldades sensivelmente maiores para os moradores das ABRPU. Isto se manifesta desde as condições para estudar, qualificar-se melhor para o trabalho, até ser preterido nas entrevistas de emprego devido à dependência de transporte público, num trajeto longo, que toma muito tempo, é cansativo e tende a reduzir a produtividade do trabalhador e, ainda, haver o risco de não chegar ao trabalho em dias de greve dos trabalhadores do setor de transporte de passageiros.

Outro estudo recente, realizado com base nos dados do CadÚnico, considerando dados da escala nacional (MARSON, 2018), revelou o quão difícil é para os mais pobres poderem sair da situação de pobreza. Vale salientar, segundo a autora, que três conjuntos de fatores explicam esta situação: (i) o local de residência da família, condicionado pelo contexto socioeconômico; (ii) variáveis familiares, como o número de filhos e o de adultos, que reflete na disponibilidade de trabalhadores capazes de gerar renda; e (iii) as características dos adultos, associadas à escolaridade, idade e vinculação ao mercado de trabalho. Entre os achados deste estudo, destaca a autora que ter membro(s) da família com emprego formal aumenta em 16 vezes as chances de os indivíduos saírem da pobreza. Esta é a variável mais importante, como indica o estudo. Porém, destaca Marson (2018), a qualidade do tipo de trabalho é um fator relevante, pois, ao contrário do emprego formal, o acesso exclusivo a trabalhos informais reduz as chances de se sair da pobreza. Outras variáveis são importantes no sentido de facilitar a melhoria da condição de vida para os pobres, tais como: (a) a presença de idosos, já que tendem a ter acesso às transferências governamentais via previdência; e (b) presença de pessoas com ensino superior. Entretanto, esta última ainda é considerada uma conquista rara entre as

peças extremamente pobres, por ser um processo de longa duração e que depende da difícil escolha entre estudar ou trabalhar para sobreviver.

Vale salientar ainda que o local de moradia da pessoa é fator relevante para a sua manutenção ou sua saída da situação de pobreza, sendo que tal fator é externo à pessoa, ou seja, independe do seu esforço, dada a dificuldade de acesso dos mais pobres aos centros urbanos, onde se localizam a maior quantidade dos melhores empregos (MARSON, 2018).

Em vista deste contexto de segregação socioespacial e injustiça social, o que dizer sobre a realidade dos trabalhadores que moram em ABRPU em momentos de crise pandêmica como a enfrentada no período 2020-2022? Este assunto é tão relevante e assume contornos tão dramáticos para as pessoas, em suas individualidades, e para a sociedade como um todo, que diversos debates e estudos estão sendo produzidos por pesquisadores das ciências sociais, bem como por organizações públicas e privadas. Aqui, importa identificar como exemplos: a criação da PNAD Covid pelo IBGE, que revela, através dos seus dados, os segmentos da sociedade que mais sofrem o impacto da doença Covid-19, tanto no tocante ao adoecimento, quanto ao desemprego e à falta de renda no contexto da pandemia; o tema do XVII Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) – Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia – discute as mudanças no mundo do trabalho e efeitos da pandemia sobre os trabalhadores e suas famílias; o Instituto de Economia da Unicamp tem produzido diversas *lives* com especialistas para discutir economia, trabalho, desenvolvimento, políticas públicas e outros temas que têm como pano de fundo a pandemia, economia e sociedade; entre outras iniciativas importantes.

Há diversos artigos publicados sobre os efeitos da pandemia no contexto de uma sobreposição de crises. Cita-se, neste sentido, o dossiê Narrativas políticas, produção de vulnerabilidades e convulsão social, no Brasil e no mundo, no contexto do Novo Coronavírus (RODRIGUES, 2020). Ainda há o artigo publicado, em julho de 2020, na *Le Monde Diplomatique* Brasil, onde Fontes (2020) alerta para a sobreposição de crises que acometem o Brasil - pandemia, crise e periferias. O autor assevera que:

Desemprego, desalento, fome, falta de informação, dificuldade de acesso a direitos sociais, precariedade na saúde e na educação, a lista é infindável. Com a pandemia de Covid-19, as desigualdades brutais que sempre marcaram a sociedade brasileira se tornaram ainda mais evidentes, bem

como a ausência do Estado em áreas cruciais que poderiam mitigar ou evitar parte desses problemas (FONTES, 2020, on-line).

Por conseguinte, tais estudos trazem à tona dados atualizados que confirmam a exclusão socioespacial, denunciada há muito tempo por diversos estudiosos (MARICATO, 2015; SANTOS, 2013; CARLOS; ALVES; PADUA, 2017, além de outros). Importante salientar que a injustiça socioespacial intensificada, ao longo do tempo como um dos processos mais perversos, ligados ao desenvolvimento/crise recente do capitalismo, não demonstra sinais de reversão. Portanto, necessário continuar denunciando as injustiças e compreender as experiências, identidades e formas de resistência das pessoas que moram nas ABRPU. Ação importante no sentido de contribuir para estimular o pensamento crítico, com vistas à compreensão e à desnaturalização da lógica, da processualidade e da institucionalidade, geradas ou incentivadas pelas forças ideológicas hegemônicas. E, conseqüentemente, pressionar o Estado a agir no sentido de mitigar as injustiças socioespaciais criadas/desenvolvidas pela sociedade capitalista atual.

Salienta-se que manifestações da sociedade no sentido de denunciar a segregação e injustiças socioespaciais se somam àquelas originadas da academia. Em 2020, por exemplo, o fotógrafo Johnny Miller registrou as diferenças estruturais gritantes entre os bairros Paraisópolis e Morumbi, em São Paulo (Figura 3). O citado fotógrafo retrata a desigualdade social (entre ricos e pobres) pelo mundo, através de sua arte - imagens de paisagens das cidades dos países mais desiguais do mundo. Tal trabalho é financiado pela ONU Habitat, agência da Organização das Nações Unidas (CORACCINI, 2020).

Figura 3 – Fronteira entre os bairros Paraisópolis e Morumbi em São Paulo, 2020



Fonte: Coraccini (2020).

Nota: foto de Johnny Miller

Na arte musical, por exemplo, pode-se citar a letra da canção Alagados, de Os Paralamas do Sucesso, lançada nos anos 1980, cuja narrativa de seus autores - Felipe de Nobrega B. Ribeiro, Herbert Vianna e Joao Alberto Barone Silva - relaciona precariedade da moradia com as agruras de se viver impostas pelos desafios do contexto social vigente. Outrossim, como expectadores do drama explorado na canção, os autores percebem que a fé é o que motiva os excluídos a sobreviverem, a partir da adoção das mais diversas ações, agindo como atores mestres da arte de se manterem vivos num cenário hostil – “A arte de viver da fé”. Todavia, a narrativa chama atenção para uma questão, que se traduz em uma dúvida central para seus narradores, ou seja: “Só não se sabe fé em quê”. Neste ponto, esta narrativa sugere que há uma desesperança por parte dos narradores na capacidade/interesse das instituições do contexto social vigente para solucionar o problema da precarização/precariedade social dos segregados espaciais, sujeitos passivos das injustiças socioespaciais. Eis a letra da canção:

*Todo dia o sol da manhã
Vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo
Quem já não queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia*

*E a cidade que tem braços abertos
Num cartão postal
Com os punhos fechados da vida real
Lhe nega oportunidades
Mostra a face dura do mal*

*Oh alagados, Trenchtown, Favela da Maré
A esperança não vem do mar
Nem das antenas de TV
A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em quê
[...]*

*[...]
A arte é de que?
É de de viver da fé (é de que?)
É de de viver da fé*

Neste ponto, é importante mencionar que a crise urbana persiste e se intensifica, após mais de duas décadas posteriores ao lançamento de Alagados, de tal modo que, no contexto atual, mais do que desesperança/desconfiança nas instituições, pode-se esperar dos segmentos mais vulneráveis da sociedade um temor

à radicalização sociopolítica, uma revolta dos cidadãos excluídos diante da sua situação de vulnerabilidade, que não cessa com o passar do tempo, e a intensificação do enfraquecimento da coesão social.

Interessante notar que os discursos de modernidade das cidades (processos de urbanização), da produção de bens e serviços, do mercado de trabalho e do mercado de consumo prometiam melhores condições de vida para os cidadãos, mais dignidade em linha com a lógica do Estado de Bem-estar Social, com a Declaração Universal de Direitos Humanos. A promessa de ações civilizatórias da sociedade capitalista industrial, diante das condições dramáticas que os pobres experienciam nas cidades, há muito tempo, é difícil de ser cumprida. Muitas dessas situações são extremas, como as denunciadas, por exemplo, por Manuel Bandeira, em seu poema “O Bicho”, em 1947, no Rio de Janeiro, que retrata uma realidade social brasileira da época. Eis o poema:

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem.

No entanto, mais de setenta anos após a publicação de “O Bicho”, em 2021, a matéria do *site* Metrôpoles - Imagens devastadoras em lixão dão rosto à fome no Brasil - publica a realidade de catadores no lixão da Piçarreira, no interior do Maranhão (Figura 4). Um deles alimentando-se naquele cenário que se reconhece como repugnante para os demais cidadãos, principalmente para aqueles mais abastados da sociedade urbana.

Guimarães (2021, *on-line*) bem traduz que os catadores que atuam no lixão da Piçarreira, Maranhão, buscam o seguinte:

As famílias se deslocam cedo para o lixão à procura de recicláveis, como plástico e alumínio. As mulheres buscam roupas, bem como restos de comida, a fim de fazer ração para animais que criam em suas casas, como galinhas e porcos, que constituem outra fonte de alimento para os catadores. Os alimentos encontrados na sujeira servem, porém, para o consumo dessas pessoas nos momentos em que não é mais possível aguentar a fome.

Figura 4 – Imagens da fome no Brasil em 2021



Fonte: Guimarães (2021), adaptado pelo autor.

Em vista do exposto, entende-se que seja pertinente discutir, brevemente, o comportamento dos pobres diante da dificuldade de obter os recursos necessários à sua sobrevivência, foco da próxima seção.

4.4 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS POBRES: SIGNIFICADO E AÇÕES

Estratégias de sobrevivência são, sob o olhar atento de Velázquez e Alcalá, (2013, p. 19),

[...] es un concepto que encierra un conjunto variado de acciones típicas tendientes a permitir a los pobres acceder a un umbral material mínimo indispensable para mantener su existencia tanto en lo individual como en lo familiar y social - se les concibe también como estrategias de reproducción social

Este conceito surge na América Latina, nos anos sessenta, do século passado, e generaliza-se com a concepção de pobreza como marginalidade. Nas décadas de setenta e oitenta, esta definição era combinada com a de capital social, promovida pelo Banco Mundial, considerando capacidades humanas específicas para obter logros valiosos como ativo dos pobres (MASSA, 2010 apud VELÁZQUEZ; ALCALÁ, 2013). Surge, nessa época, o termo estratégias familiares de vida. Neste toar, conforme Artega (2007 apud VELÁZQUEZ; ALCALÁ, 2013, p. 22)

El estudio de estas estrategias se intensificó como resultado de las políticas de ajuste aplicadas por las instancias financieras en diferentes países latinoamericanos, y dado el interés por analizar los efectos de estas políticas

en los distintos niveles de pobreza y las formas de reacción de las familias en la dinámica de la reproducción social.

Relatam Velázquez e Alcalá (2013) que o conceito de estratégias de sobrevivência surge, de forma institucionalizada, na América Latina, a partir da década de 1980, no *Workshop* sobre estratégias de sobrevivência, organizado em Buenos Aires, Argentina, em 1980, pelo Programa de Investigações sobre População na América Latina e o Centro de Estudos Urbanos e Regionais.

Na década seguinte, indicam os mesmos autores (2013, p. 22), citando Massa (2010, p. 8), o termo adquire outro significado conceitual, associado à “materialización de la exacerbación del utilitarismo, la racionalidad instrumental propia de la teoría neoclásica y el individualismo metodológico”. Assim, a questão ligada ao conceito passa a se concentrar em descobrir como subsiste, materialmente, a população que não tem renda suficiente para atender às suas necessidades básicas. Neste sentido, para Velázquez e Alcalá (2013), citando Hintze, este fato limitou a aplicação do conceito a grupos sociais que estão no nível de subsistência.

Assim, dada a importância da temática, as ações dos pobres motivados pela necessidade de sobrevivência é objeto de observação e análises sistemáticas dos cientistas sociais há, pelo menos, quatro décadas. Na seção seguinte serão apresentados alguns elementos teóricos a este respeito.

4.4.1 Estratégias de sobrevivência: alguns elementos teóricos

Do ponto de vista teórico, o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a estratégias de sobrevivência apoiou-se em ferramentas conceituais da sociologia, da sociodemografia, da antropologia social e da história (SOUZA, 2007). Tal desenvolvimento, aconteceu, fundamentalmente, a partir da análise das atividades que os diferentes membros da família levavam a cabo para possibilitar sua reprodução cotidiana e geracional, interagindo no contexto da estrutura social.

Segundo Souza (2007), na literatura especializada o termo estratégias de sobrevivência ganhou denominações como estratégias de reprodução, estratégias familiares de vida e estratégias familiares, sendo que o interesse por utilizar um ou outro termo dependia da orientação teórico-metodológica e do interesse específico do pesquisador.

Com base nos argumentos de Acosta (2003), Souza (2007) afirma que, de

modo geral, estudos que versam sobre essa temática procuravam revelar os principais componentes disponíveis para a reprodução cotidiana e geracional dos domicílios de baixo rendimento. Com este intuito, partia-se da suposição de que havia a efetivação de estratégias como: “[...] trabalho doméstico e extradoméstico, a produção de bens para o mercado para o auto-consumo, a migração, a construção e manutenção de redes familiares e sociais de apoio” (SOUZA, 2007, p. 37).

Porém, diferentes contribuições de estudos sobre a temática superaram supostos iniciais que, segundo Souza (2007, p. 37), fundamentavam-se na “[...] racionalidade econômica, na unidade e harmonia na organização e na dinâmica interna dos domicílios. [...]”. Neste sentido, conseguiram-se desmistificar efeitos homogeneizadores da classe social que preconcebiam as possibilidades de vida dos domicílios. E, além disso, reconheceu-se que os indivíduos poderiam apresentar papel ativo no contexto que viviam de restrições impostas pela estrutura social (SOUZA, 2007).

Nesta perspectiva, Velázquez e Alcalá (2013, p. 27), citando Gonzales (1995) e Massa (2010), compreendem que,

En general, las estrategias de acción práctica de los grupos sociales, sea para su sobrevivencia, sea para su movilidad social, son consecuencia de “las opciones y posibilidades que ofrecen el contexto doméstico y el entorno social en que están inscritos, tanto los recursos, como el manejo que de ellos se hace” (Gonzales, M., 1995: 263), y lo que hace la diferencia para los pobres en esta dinámica “es tanto el cúmulo de opciones existentes como la eficacia — tanto en calidad como cantidad y prontitud — de acceder al bien satisfactor (...) las que están condicionadas por un contexto de desigualdad y vulnerabilidad (Massa, L., 2010: 6).

Dessa forma, vale apresentar um quadro resumo de ações utilizadas pelos pobres, reveladas empiricamente, conforme apontam Velázquez e Alcalá (2013). Percebem-se estratégias de sobrevivência de natureza econômica e antieconômica¹⁰. As primeiras estão relacionadas ao trabalho assalariado, no sentido de aumentar o trabalho da família, seja este formal ou informal; à migração para áreas do país mais prósperas economicamente; e ao autoemprego, buscando, por exemplo, a ocupação de um maior número de membros da família, incluindo-se os mais jovens e os mais idosos. Além disso, pode-se observar a utilização de redes de ajuda mútua para o mercado de trabalho, a autoprodução para o consumo e as atividades marginais e ilegais, por exemplo.

¹⁰Antieconômica – contrária a uma boa gestão econômica (DICIO, 2023).

No contexto das atividades antieconômicas, podem-se perceber estratégias de mudança do tamanho e da composição da família, rearranjo da divisão do trabalho e, também, ações consideradas restritivas, como recorrer a empréstimos, reduzir ou modificar o consumo, inclusive de alimentos, reduzir gastos com transporte, moradia, lazer, saúde e educação, entre outras estratégias de sobrevivência.

Quadro 1 - Estratégias de reprodução social

Estratégias de sobrevivência (ações)	Econômicas	Trabalho assalariado	Aumento do trabalho formal e informal da família Intensificação do trabalho Migração a outras áreas prósperas do país
		Autoemprego	Aumento do trabalho formal e informal da família Trabalho das mulheres, jovens e idosos Redes de ajuda mútua para o mercado Atividades marginais e ilegais Recorrer a doações Venda de bens e serviços Trabalho para autoconsumo Autoprodução para subsistência Intensificação do trabalho doméstico
	Antieconômicas (das famílias)	Restritivas	Mudança do tamanho e composição da família Rearranjo da divisão do trabalho Retirada de poupança e recursos de empréstimos Reduzir ou modificar o consumo Redução de gastos com transporte, vestuário, moradia e lazer Liquidar as propriedades e economias Empenho e venda de objetos de valor Redução de gastos com saúde e educação Modificação dos hábitos alimentícios Redução do consumo de alimentos Minimizar e cortar gastos

Fonte: Adaptado e traduzido de Velázquez e Alcalá (2013, p. 30).

No tocante ao levantamento de novos conhecimentos, a partir da pesquisa, Arteaga (2007) apud Velázquez e Alcalá (2013), indica que são necessários estudos que considerem o papel que o indivíduo desempenha, ou os demais membros da família, no sentido de se criar redes e de definir oportunidades e organizar sua gestão.

Além disso, sugere-se definir experiências e situações em que os membros do grupo familiar, na qualidade de indivíduos, encontram valores que os motivam a agir. E, por fim, analisar a participação de certos indivíduos e grupos em ações que visam ao envolvimento no processo de pessoas e de instituições relevantes, sejam elas públicas, privadas e o do terceiro setor.

Uma vez explicada e contextualizada a relação entre morar e trabalhar no Brasil, importa trazer à baila, a partir deste ponto, a compreensão sobre o papel da ideologia no processo de (re)produção das relações sociais de produção nas sociedades capitalistas contemporâneas. Discussão necessária, uma vez que, conforme exposto nesta seção e na anterior, tal processo depende da relação entre as classes sociais da formação social vigente - capitalista. Ademais, os sujeitos, cada qual em sua posição de classe, são interpelados como tais a exercerem seus papéis de acordo com a necessidade existente no cotidiano do contexto sócio-histórico.

5 PAPEL DA IDEOLOGIA NO PROCESSO DE (RE)PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Em princípio, é importante esclarecer, conforme será discutido com mais profundidade, ao longo deste capítulo, que o funcionamento e o desenvolvimento do modo de produção capitalista dependem da reprodução das forças produtivas (capital e trabalho), por um lado, e das relações sociais de produção, por outro. Assim, compreender o papel da ideologia, neste último processo, é de fundamental importância para esta Tese.

Ressalte-se que é por meio da ideologia que a organização da teia social se mantém, de certa forma, coesa em linha com os interesses da classe dominante. A interpelação ideológica cotidiana garante que tais interesses se sobressaiam no confronto com os da classe dominada na arena sociopolítica, na disputa por poder e pelos recursos gerados socialmente, inclusive os públicos.

Neste sentido, a formação social capitalista, assentada no mito de prosperidade, que objetiva, entre outras promessas, eliminar a pobreza e minimizar a desigualdade, funciona historicamente, seduzindo os sujeitos sociais em prol de sua manutenção e desenvolvimento. Desse modo, criam-se mecanismos diversos de manipulação dos sujeitos, com o objetivo de mascarar a desigualdade intrínseca da sociedade capitalista, apagando a ideia de existência dos conflitos que lhe são inerentes. Observa-se o pensamento de Rist (2002, p. 13) a este respeito:

La fuerza del discurso del "desarrollo" procede de su capacidad de seducción. En todos los sentidos del término: atraer, agradar, fascinar, hacer ilusión, y también, engañar, alejar de la verdad, embaucar ¿Cómo no rendirse a la idea de que pudiera existir un método para eliminar la pobreza que aparece por todas partes? ¿Cómo atreverse a pensar, al mismo tiempo, que el remedio pudiera agravar el mal que se quiere combatir?

Ocorre que, desde os seus primórdios e ainda mais no contexto atual, a formação capitalista se reproduz, fundamentada em certos princípios e mecanismos de persuasão que anima os atores sociais a agirem tal como se preceitua. Ressalta-se, também, a importância do discurso “do novo”, que tem forte apelo no sentido de mobilizar os diversos agentes a aceitarem as mudanças propostas e se esforçarem para atingir os objetivos definidos. Cada novo ciclo que surge (e surge com certa frequência) tem características específicas, originais, que requerem concepções

originais e inovadoras, diferenciadas das que se passaram. As crises são úteis nesse sentido (RIST, 2002). Ou seja, cada novo ciclo será tratado com base na concepção de que é tudo novo, de novo (FILGUEIRAS, 2022).

Assim, buscando explicar o discurso da classe dominante, baseado na ideia do “É tudo novo, de novo”, Filgueiras (2022) assinala que, diante das mudanças estruturais (políticas, econômicas, sociais e tecnológicas) que se conjugaram, a partir do final da década de 1970 e se intensificaram nos anos 1990, com o advento dos processos de reestruturação produtiva e da mundialização do capital e financeira, empresários e seus representantes formularam narrativas sobre as consequências do novo cenário sobre o mundo do trabalho. Tais narrativas, que segundo o autor se combinam e se retroalimentam, podem ser separadas em quatro eixos. Eis os eixos: “[...] o novo cenário internacional, as novas tecnologias, novas empresas e novos trabalhadores [...]”. (FILGUEIRAS, 2022, p. 45). O autor menciona:

[...] Esses discursos foram martelados exaustivamente, ao redor do mundo, entre os anos 1980 e o início dos anos 2000 pela mídia, além de empresas e suas entidades, produzindo importantes impactos nas relações entre agentes, classes e instituições, a ponto de formar uma espécie de senso comum na maior parte da sociedade. [...] (FILGUEIRAS, 2022, p. 45).

No fluxo das mudanças estruturais, incentivadas pelo martelar das narrativas acima citadas, a classe que trabalha se viu diante de mudanças na legislação de proteção ao trabalho; da disseminação das tecnologias da terceira Revolução Industrial; do emprego de estratégias de gestão empresarial, entre elas a terceirização; a perda de direitos sociais, incentivos a adoção do empreendedorismo, desenvolvimento de programas de qualificação profissional; e enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores (FILGUEIRAS, 2022).

Mais recentemente, a partir da segunda década do século XXI, eclode um novo movimento de mudanças estruturais que vislumbraram novamente a intensificação do martelar das narrativas, baseadas no novo cenário internacional, após a crise de 2008; a quarta revolução industrial; reestruturação das empresas, ainda maior importância para a qualificação profissional e inovações ligadas ao empreendedorismo. De novo, há forte pressão da classe dos capitalistas no sentido de se flexibilizar a legislação trabalhista, bem como mudar o perfil dos trabalhadores e das instituições com o fito de buscar soluções para problemas no mercado de trabalho (FILGUEIRAS, 2022). Ressalta-se que, como forma de pressionar a realização das mudanças necessárias

aos interesses dos capitalistas, o discurso dominante chamava a atenção da seguinte forma: “[...] Resistir às transformações provocaria um inevitável desastre nos mercados de trabalho, com agravamento do desemprego e piora das ocupações remanescentes.” (FILGUEIRAS, 2022, p. 75).

O autor afirma que as narrativas das “novidades” tornam mais coeso o discurso empresarial e tendem a se transformar em senso comum na sociedade, uma vez que elas dominam os meios de comunicação e sua divulgação é massiva. Para a classe capitalista, a importância das retóricas está ligada à influência que elas exercem sobre os trabalhadores e suas instituições. Assim, Filgueiras (2022) traz à discussão um aspecto essencial da relação entre as classes sociais, qual seja:

[...] o uso do discurso como forma de legitimação e convencimento. Ele é ainda mais específico, analisando um ponto da retórica empresarial, qual seja, o uso da ideia do “novo” para promover e garantir práticas e políticas públicas que atendam seus interesses. Apesar desse recorte limitado, penso se tratar de um aspecto importante da ofensiva do capital nas últimas décadas, especialmente por contribuir para criar um círculo vicioso de limitação das resistências de trabalhadores e suas instituições. (FILGUEIRAS, 2022, p. 258).

Este assunto é especialmente relevante para o desenvolvimento desta Tese, uma vez que, como exposto acima, a ideologia tem papel fundamental no funcionamento do processo de (re)produção das relações sociais de produção no capitalismo contemporâneo. Enaltece-se que, a partir deste ponto, será dada ênfase à teoria da ideologia sob a ótica althusseriana. A exposição das linhas principais desta ótica justifica-se pelo fato de a teoria althusseriana a respeito deste assunto ser elemento central da Análise de Discurso Francesa (AD), ou Análise Materialista de Discurso, método de análise dos dados empíricos da Tese.

Entende-se que a AD tem como premissa básica a lógica de que a ideologia é elemento central do(na) discurso de/para sujeito, uma vez que ela interpela o sujeito a se sujeitar (PÊCHEUX, 2015; ORLANDI, 2017; FREIRE, 2021, entre outros). Sendo assim, molda a sua forma de pensar, de comunicar-se, de relacionar-se com pessoas, com o meio ambiente e com coisas, a se comportar e a agir de determinadas formas na sociedade. Ou seja, os sujeitos da sociedade são interpelados como tais pela ideologia, conforme prega a teoria althusseriana.

A partir desta perspectiva teórica, entende-se que a ideologia está alicerçada na materialidade, vigente do contexto sócio-histórico, que o sujeito do discurso reconhece em seu cotidiano. Ela está ligada à produção material e às suas relações

sociais de (re)produção, portanto, às relações de classes, que, no contexto atual, são aquelas vigentes no capitalismo contemporâneo.

Outrossim, como instrumento fundamental do mecanismo da (re)produção das relações sociais de produção, a interpelação ideológica processa-se, eficientemente, no contexto da formação social, uma vez que a ideologia dominante, ou hegemônica, está impregnada nos Aparelhos de Estado, conforme ensina Althusser (1996). Nesta perspectiva, está-se tratando dos Aparelhos (Repressivos) de Estado (ARE) e, principalmente, dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) - escolar, familiar, religioso, de comunicação etc.

Frederico (2022) sustenta que o marxismo althusseriano se constitui em ciência que estuda as estruturas. Neste sentido, a categoria modo de produção deixa de ser entendida apenas como um edifício composto pela base material (infraestrutura) e a superestrutura e passa a ser interpretada como uma estrutura complexa, constituída de três instâncias, em vez de apenas duas, quais sejam: a econômica, a jurídico-política e a ideológica. Dessa forma, interpreta-se o modo de produção como uma combinatória de instâncias, com níveis de historicidade específicos. Assim,

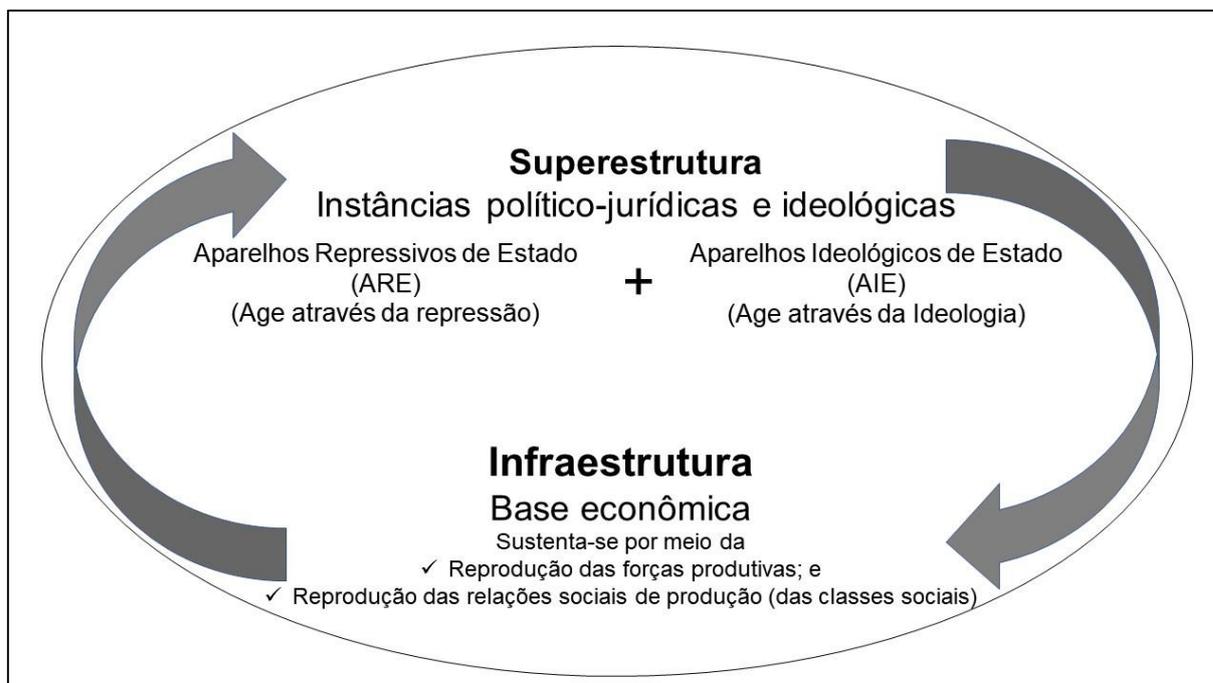
[...] No lugar da antiga causalidade simples (a superestrutura mecanicamente determinada pela base), Althusser propõe a causalidade estrutural ou causalidade metonímica para designar a ausência da estrutura – uma estrutura invisível que, não obstante, produz efeitos. (FREDERICO, 2022, s.n.).

Nesta perspectiva, para o autor, a materialidade da ideologia é entendida por Althusser como prática, concepção que se alinha com a proposta de Foucault. Neste sentido, salienta Frederico (2022, p. sn), “[...] A ideologia, agora, habita em lugares institucionais, como a escola, a família, os sindicatos, os partidos etc. E, convém ressaltar, na cultura.”

Na Figura 5, apresenta-se uma síntese da relação entre a base econômica e as instâncias político-jurídicas e ideológicas da sociedade capitalista, ilustrando a causalidade existente entre essas estruturas. Assim, no âmbito desta perspectiva teórica, advoga-se a tese de que o funcionamento da sociedade de certo contexto sócio-histórico dependa de uma sustentação ideológica, de tal modo que os sujeitos pertencentes a cada classe social assimilem os seus papéis e seus lugares na sociedade como algo natural (naturalizado). Para além disto, os sujeitos devem continuar desempenhando bem seus papéis e acatando a ideia de que o seu lugar na

sociedade é uma questão de mérito; lógica reproduzida a partir do núcleo familiar, da escola, dos meios de comunicação e informação e de outros AIEs (ALTHUSSER, 1996).

Figura 5 – Relações no Edifício Social da sociedade capitalista



Fonte: elaboração do autor inspirada na teoria althusseriana.

Diante do exposto, os AIEs são fundamentais no contexto do capitalismo contemporâneo, uma vez que atuam no processo de (re)produção das relações sociais de produção, segundo Althusser. Eles garantem por meio da ideologia que os princípios fundamentais da formação social sejam reconhecidos, naturalizados, aceitos, defendidos, ensinados pelas instituições e de/para sujeitos. Citem-se, como exemplo de tais princípios, as ideias de igualdade, liberdade, concorrência, meritocracia e propriedade privada. Outrossim, salienta-se que é fundamental na sociedade capitalista haver sujeição à lógica da mercadoria, uma vez que os processos do capital fluem, essencialmente, com base nela.

Logo, os AIEs educacional e familiar são fundamentais, pois são onde os sujeitos são criados (adestrados) e sua sujeição desenvolvida desde os seus primeiros anos de vida (ALTHUSSER, 1996), submetendo-se, gratuitamente, a aprender a desempenhar bem os seus papéis, que são importantes para a sociedade funcionar, geralmente, conforme os interesses hegemônicos.

Entretanto, o processo de (de)formação do sujeito não acontece sem óbices. Assim ensina Althusser (1996, p. 153),

[...] os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não apenas o alvo, mas também o lugar da luta de classes, e, freqüentemente, de formas encarniçadas de luta de classes. A classe (ou aliança de classes) que ocupa o poder não pode ditar a lei nos AIEs com a mesma facilidade com que o faz no Aparelho (Repressivo) de Estado, não só porque as antigas classes dominantes neles conseguem preservar posições de força durante muito tempo, mas também porque a resistência das classes exploradas é capaz de encontrar meios e oportunidades de se expressar ali, seja utilizando as contradições que ali existem, seja pela conquista de posições de combate dentro deles, na luta.

Em vista disso, é importante continuar esta discussão a partir da compreensão de como ocorre a reprodução das condições de produção no capitalismo contemporâneo, do significado de ideologia e, na sequência, da especificidade da reprodução das relações sociais de produção na perspectiva althusseriana.

5.1 SÍNTESE GERAL DA LÓGICA DA REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO

Presume-se, de acordo com o pensamento marxista (ALTHUSSER, 1996), que as formações sociais surgem de um modo de produção dominante, cuja existência depende da reprodução contínua de suas condições de produção. Tais condições estão relacionadas à reprodução simultânea das forças produtivas (dos meios de produção e da força de trabalho) e das relações de produção no contexto sócio-histórico vigente.

No tocante ao modo de produção capitalista, pode-se dizer, em resumo, que os meios de produção (máquinas, matérias-primas etc) são reproduzidos socialmente no âmbito de um conjunto de relações em cadeia entre empresas, com ramificações que podem atingir até a escala mundial. Os fluxos econômicos nessas cadeias funcionam através de relações de mercado, em que as expectativas de demanda interna às mesmas tendem a ser satisfeitas por respectiva oferta. Logo, é importante dizer que se trata de um fenômeno que funciona no meio externo à empresa por meio das relações com os fornecedores dos meios de produção.

Quanto à força de trabalho, é princípio fundamental no capitalismo que os meios materiais necessários à sua reprodução sejam assegurados através dos salários. Assim, os salários são condição indispensável à reprodução material dessa força produtiva e à recomposição das energias do trabalhador. Pressupõe-se, dessa forma, que essa renda do trabalhador forneça os meios para pagar a moradia, a alimentação, o vestuário, e, para além disto, para criar e educar os filhos, que irão,

futuramente, garantir a recomposição ou ampliação da oferta de trabalho.

Vale salientar que o salário necessário à reprodução da força de trabalho não é determinado apenas pelas necessidades de um mínimo biológico, mas, sim, pelas necessidades de um mínimo histórico. Assim, vale dizer que as necessidades dos trabalhadores de um lugar, em certa época, são específicas e distintas daqueles de outras épocas e que moram em outros lugares. Significa, por conseguinte, que o salário é geográfica e historicamente variável.

Entretanto, conforme salientado anteriormente, a existência do modo de produção e respectiva formação social depende da reprodução simultânea das forças produtivas e das relações de produção. Estas últimas garantem, por exemplo, a necessária relação de subordinação entre trabalho e capital no contexto do capitalismo contemporâneo. Condição que se estabelece por meio de interpelação ideológica e repressão através dos aparelhos de Estado, o que ensina Althusser (1996). Assunto a ser discutido na próxima seção.

5.2 IDEOLOGIA EM ALTHUSSER

Há concepções distintas sobre ideologia e sua forma de funcionamento. Citem-se, neste sentido, as abordagens de Karl Marx, Theodor Adorno, Louis Althusser, Jacques Lacan, Michel Pêcheux, Antonio Gramsci, Ernesto Laclau, Pierre Bourdieu, Slavoj Žižek, entre outros pensadores que trataram dessa temática. Tais abordagens encontram-se na obra de Žižek (1996), *Um Mapa da Ideologia*. Este autor ensina que ideologia:

[...] pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as idéias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse. (ŽIZEK, 1996, p.9).

Neste sentido, o autor explica, ainda, que a denúncia a um processo ideológico é fundamentada em uma ideologia. Ou seja,

Quando um processo é denunciado como “ideológico por excelência”, pode-se ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico. Por exemplo, entre os processos geralmente reconhecidos como “ideológicos” acha-se, em definitivo, a perenização de alguma situação historicamente limitada, o ato de discernir numa contingência uma Necessidade superior; assim, a

contingência do real, carente de sentido, é “internalizada”, simbolizada, provida de Sentido. Mas, não será a ideologia também o processo inverso de não reparar na necessidade, de apreendê-la erroneamente como uma contingência insignificante? (ZIZEK, pp. 9-10).

Em linha com a lógica althusseriana, Magalhães (2000) cita a disputa de classes e seus discursos, apontando fundamentos que distinguem os discursos das ideologias dominantes daqueles ligados às ideologias dominadas, diferenciando aquelas das sociedades de classes do passado, bem como as que regem as sociedades modernas. As primeiras fundamentadas em justificativas de desigualdades intrínsecas de classes e as atuais, ao contrário, sustentam-se em pressupostos de igualdade social, que têm a finalidade de silenciar a desigualdade, ainda que ela esteja latente. Assim, ensina Magalhães (2000, p. 5),

As sociedades de classes que precederam o capitalismo, defendiam as diferenças sociais baseadas em um princípio de desigualdade intrínseca entre os seres humanos. Essa desigualdade regia a legalidade dessas sociedades, sendo explicitada em todos os discursos – do cotidiano aos teológicos. A lógica capitalista, ao contrário, necessita de seres livres que entrem em relação a partir de consentimentos mútuos, pois que senhores de suas ações. A individualidade e a igualdade de oportunidade marcam a ideologia da sociedade moderna e as desigualdades são encaradas como intrínsecas às individualidades diferentes, ou como desvios a serem combatidos.

O fundamento ideológico no capitalismo nega a existência de privilégios sociais, presumindo-se que prevaleça a igualdade e a liberdade para todos. Desse modo, silenciam-se as diferenças de classes, o que leva a autora a afirmar que “[...] o silêncio é o fundante do discurso dessa sociedade, na medida em que, diferentemente das anteriores, as diferenças de classes devem ser justificadas [...]”. (MAGALHÃES, 2000, p. 6).

Ela explica, também, que a contraditoriedade existente na sociedade capitalista se manifesta de tal modo que qualquer discurso criado nela se alinhará a um dos lados do conflito, seja em defesa da real estrutura social, silenciando-a, ou, em sua oposição, desvelando o silenciamento estrutural. Assim, “[...] Na verdade, o jogo das ideologias (dominante e dominada) se faz a partir da lógica dialética, que tem como premissa o apagamento ou o desvelamento das diferenças de classe.” (MAGALHÃES, 2000, p. 6).

A base do pensamento exposto acima vem de Althusser, que concebe a ideologia como “[...] uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com

suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1996, p. 166). Para explicar a sua concepção sobre a estrutura e funcionamento da ideologia, o pensador parte de duas teses. A partir da primeira, Althusser advoga que “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.” Observa-se o argumento do autor (1996, p. 169) no trecho que segue:

[...] se é verdade que a representação das condições reais de existência dos indivíduos que ocupam os postos de agentes de produção, exploração, repressão, ideologização e prática científica tem raízes, em última instância, nas relações de produção e nas relações decorrentes das relações de produção, podemos dizer o seguinte: toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas decorrem), mas, acima de tudo, a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas decorrem. O que é representado na ideologia, portanto, não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem.

Em sua segunda tese, Althusser (1996) sustenta que a ideologia tem uma existência material. Ou seja, cada Aparelho Ideológico de Estado é a realização de certa ideologia, sendo a unidade da mesma, seja ela política, moral, jurídica, religiosa, estética ou outras, que se sujeita à ideologia dominante. Sendo assim, ela sempre existirá num AIE e em suas respectivas práticas. Portanto, sua existência é material. Neste sentido, a (de)formação imaginária do(s) sujeito(s) em relação à representação do mundo (moral, religiosa, jurídica etc) está ligada à relação imaginária que ele(s) tem(têm) com sua condição de existência. Ou seja, com as relações de produção e de classe, o que significa que a ideologia é uma relação imaginária com as relações reais. Logo, Althusser (1996, pp. 171-173) salienta que:

[...] todo “sujeito” dotado de uma “consciência”, e confiando nas “idéias” que sua “consciência” lhe inspira e livremente aceita, deve “agir de acordo com suas idéias” — portanto, deve inscrever suas idéias, como sujeito livre, nos atos de sua prática material. Se não o fizer, está errado.

Na verdade, se ele não faz o que deveria fazer em função daquilo em que acredita, é porque faz alguma outra coisa, o que, ainda em função do mesmo esquema idealista, sugere que ele tem outras idéias na cabeça além daquelas que proclama, e age de acordo com essas outras idéias, como um homem “inconseqüente” [...], ou cínico, ou perverso.

[...] essas práticas são regidas por rituais em que elas se inscrevem, dentro da existência material de um aparelho ideológico, nem que seja numa pequena parte desse aparelho: uma pequena missa numa igreja, um funeral, um joguinho num clube esportivo, um dia de aula, uma reunião de partido político etc.

Assim, diremos que, no que tange a um único sujeito (tal ou qual indivíduo), a existência das idéias que formam sua crença é material, pois suas idéias são seus atos materiais, inseridos em práticas materiais regidas por rituais

materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as idéias desse sujeito.

Outrossim, para Althusser (1996), o significado de sujeito é central e decisivo, do qual tudo o mais depende em sua teoria da ideologia. Diante desta premissa, o filósofo advoga outras três teses, sendo a terceira, a tese central. Na primeira, afirma que “[...] não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela.” Na segunda, afirma que “não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos”. E, na seguinte, a terceira, salienta: “A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1996, p. 174). Para o filósofo, a interpelação ideológica funciona da seguinte forma: “[...] a ideologia ‘age’ ou ‘funciona’ de maneira tal que ‘recruta’ sujeitos entre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou que ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos).” (ALTHUSSER, 1996, p. 177).

Outrossim, para garantir a reprodução das relações sociais de produção, tem de haver todos os dias ação no sentido de mobilizar a ideologia na consciência/comportamento dos sujeitos, para que ocupem os lugares atribuídos pela divisão técnica e social do trabalho, seja na produção ou exploração, repressão, ideologização, prática científica, ou outra ocupação. Nessa lógica, Althusser (1996, p. 185) pondera que:

[...] numa sociedade de classes, as relações de produção são relações de exploração e, por conseguinte, relações entre classes antagônicas. A reprodução das relações de produção, objetivo último da classe dominante, não pode, pois, ser uma simples operação técnica que prepare e distribua os indivíduos nos diferentes postos da “divisão técnica” do trabalho. Na verdade, não existe “divisão técnica” do trabalho, a não ser na ideologia da classe dominante: toda divisão “técnica”, toda organização “técnica” do trabalho é a forma e a máscara de uma divisão e organização sociais (= de classes) do trabalho. A reprodução das relações de produção, portanto, só pode ser um empreendimento de classe. Realiza-se através de uma luta de classes que opõe a classe dominante à classe explorada.

Vale salientar, nesta perspectiva, que o Estado e os AIE só têm sentido no bojo da luta de classes. Ou seja, são um aparelho dessa luta que busca garantir as condições de exploração e sua reprodução. Interessante notar que, segundo o filósofo (1996, p. 186), “[...] Quem fala em luta de classe da classe dominante fala em resistência, revolta e luta de classe da classe dominada.” Assim, Althusser (1996, p. 186) considera que:

[...] os AIEs não são a realização da ideologia em geral, nem tampouco a realização sem conflito da ideologia da classe dominante. A ideologia da

classe dominante não se transforma na ideologia dominante pela graça divina, nem em virtude da simples tomada do poder estatal. É através da instauração dos AIEs, em que essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna a dominante. Mas essa instauração não se faz sozinha; ao contrário, é o pivô de uma luta de classes muito acirrada e contínua, primeiro contra as classes dominantes anteriores e sua posição nos velhos e novos AIEs, e depois contra a classe explorada.

Isto quer dizer que as ideologias existentes na sociedade somente podem ser explicadas a partir do ponto de vista das classes. A realização da ideologia dominante nos aparelhos ideológicos e as formas de luta de classes têm os AIEs como pivôs. É neles que as ideologias se realizam e se confrontam. Assim, “[...] as ideologias não ‘nascem’ nos AIEs, e sim nas classes sociais que estão em confronto na luta de classes: em suas condições de existência, suas práticas, sua experiência da luta etc.” (ALTHUSSER, 1996, p. 186).

Diante do exposto, compreende-se a partir da perspectiva althusseriana que a luta de classes ocorre sob formas ideológicas e, neste sentido, os AIEs têm papel fundamental. Assim, Althusser (1996) propõe que a luta das classes exploradas deva ser realizada nas formas dos AIEs, utilizando também a ideologia no confronto, assim como o fazem as classes que ocupam o poder.

5.3 INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA E DOS APARELHOS DE ESTADO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO SOCIAL

Assegura Althusser (1996, p. 49) que “Nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado.”

Salienta-se que, para Althusser (1996), o Aparelho de Estado compreende as instituições que representam o ARE, por um lado, e as instituições que retratam o AIE, por outro. Entende-se que a lógica de funcionamento do ARE é assegurar as condições políticas de reprodução das relações de produção em consonância com os AIEs. Sua efetividade, neste sentido, está ligada à legitimidade institucional para garantir o cumprimento de certas regras institucionais, cujos desvios são corrigidos através da força física ou de outras ações, tais como as punições previstas institucionalmente. Para além do exposto, o ARE contribui para a sua própria reprodução e garante as condições políticas de atuação dos AIEs.

Nessa perspectiva, a reprodução das relações de produção é assegurada, principalmente, pela combinação das forças que organizam o funcionamento da sociedade, emanadas pela superestrutura jurídico-política e ideológica. Em essência, Althusser (1996, p. 154-155) ensina que a lógica de funcionamento combinado dos Aparelhos de Estado, ARE e AIE, se dá do seguinte modo:

1. Todos os Aparelhos de Estado funcionam pela repressão e pela ideologia ao mesmo tempo, com a diferença de que o Aparelho (Repressivo) de Estado funciona maciça e predominantemente pela repressão, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam maciça e predominantemente pela ideologia.
2. Enquanto o Aparelho (Repressivo) de Estado constitui um todo organizado, cujas diferentes partes centralizam-se abaixo de uma unidade de comando — a da política da luta de classes aplicada pelos representantes políticos das classes dominantes que detêm o poder estatal —, os Aparelhos Ideológicos de Estado são múltiplos, distintos, “relativamente autônomos” e capazes de proporcionar um campo objetivo para as contradições, que expressam, sob formas limitadas ou extremadas, os efeitos dos choques entre a luta de classes [...].
3. Enquanto a unidade do Aparelho (Repressivo) de Estado é garantida por sua organização, unificada e centralizada sob a liderança dos representantes das classes ocupantes do poder, que executam a política da luta de classes das classes que estão no poder, a unidade dos diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado é garantida, em geral sob formas contraditórias, pela ideologia dominante, a ideologia da classe dominante.

Desse modo, em certa forma e medida, a reprodução das relações de produção da sociedade, em determinado contexto sócio-histórico, é garantida pelo funcionamento do ARE em linha com a ideologia dominante, uma vez que essa ideologia se concentra maciçamente no ARE por meio do domínio do poder estatal por parte dessa classe social. Tal qual ensina Althusser (1996, p. 155), é “[...] a intermediação da ideologia dominante que assegura uma “harmonia” (às vezes tensa) entre o Aparelho (Repressivo) de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado, e também entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado.”

Neste ponto, salienta-se a importância do AIE político que, no âmbito da definição das políticas públicas prioritárias, inclusive as educacionais, inclina-se a sobressair os interesses daqueles que têm maior representatividade e poder de *lobby* junto a quem cria a legislação e define as políticas e a distribuição da alocação dos recursos públicos. Dessa forma, tendem-se a evidenciar ações no sentido do reforço da salvaguarda das ideologias hegemônicas.

Em síntese e nesta linha, entende-se que as ideologias hegemônicas estão impregnadas nas instituições que balizam/controlam/regulam a sociedade. Elas impõem aos sujeitos da formação social certos comportamentos e atitudes que devem

se alinhar aos contextos sócio-históricos específicos vigentes. O que deve acontecer de tal modo que certos processos e suas mutações tendam a ser interpretados como algo natural, escondendo a (re)produção ideológica que visa a atender interesses específicos. Esta é a intenção...

Os sujeitos são envolvidos, de tal forma pela ideologia alicerçada nos aparelhos de estado, ARE e AIE, que a assimilação da narrativa, o que falam e como falam, o seu silenciar diante de certos fatos, seus gestos, suas reações corporais, os seus sentimentos em cenários e desempenho de papéis distintos se alinham aos moldes impostos por aquela ideologia. Certos padrões, neste sentido, podem ser considerados como uma marca de um grupo social ou de uma sociedade específica.

Além do exposto, importa dizer ainda que o corpo, as imagens, a arte, o esboço de normalidade ou estranheza em relação a algo que se está entrando em contato pela primeira vez, por exemplo, também são instrumentos/expressões que exprimem uma narrativa, manifestando a ideia (ideologia) que interpela o(s) indivíduo(s) (da)naquele contexto (ORLANDI, 2017).

Nesta perspectiva, no contexto de uma sociedade capitalista, a reprodução das relações de trabalho requer dos sujeitos sociais a reprodução de papéis distintos e extremamente úteis à formação social. Ou seja, solicita dos trabalhadores a sua submissão à ideologia vigente e, dos agentes da exploração e repressão, a capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante para que assegurem a relação de subordinação.

Assim, pode-se perceber que o Aparelho Ideológico Escolar tem função primordial no contexto capitalista contemporâneo, em conformidade aos ensinamentos da concepção althusseriana. Observe-se, neste sentido, o que Althusser disciplina (1996, p. 141),

[...] a escola (além de outras instituições de Estado, como a Igreja, ou outros aparelhos, como o Exército) ensina a "habilidade", mas sob formas que assegurem a sujeição à ideologia dominante ou o domínio de sua "prática". Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, para não falar dos "profissionais da ideologia" (Marx), devem, de um modo ou de outro, estar "impregnados" dessa ideologia, a fim de cumprir "conscientiosamente" suas tarefas — as tarefas dos explorados (os proletários), dos exploradores (os capitalistas), dos auxiliares da exploração (os administradores) ou dos sacerdotes da ideologia dominante (seus "funcionários") etc.

Dessa forma, o AIE educacional é o dominante nas formações sociais capitalistas contemporâneas, porque, segundo Althusser (1996, p. 159-160):

1. Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam quais forem, contribuem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração.
2. Cada qual contribui para esse resultado único da maneira que lhe é própria. [...]
3. Esse concerto é regido por uma só partitura, ocasionalmente perturbada por contradições (as dos remanescentes das classes dominantes anteriores, as dos proletários e suas organizações) [...]
4. Não obstante, nesse concerto, um Aparelho Ideológico de Estado certamente detém o papel dominante, embora quase ninguém dê ouvidos à sua música — ele é tão silencioso! Trata-se da escola.

Em linha com este raciocínio, a narrativa do filósofo, ainda mais esclarecedora neste sentido, manifesta-se a partir da seguinte argumentação (ALTHUSSER, 1996, p. 161):

É pelo aprendizado de saberes envoltos no repisar maciço da ideologia da classe dominante que são, em grande parte, reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, isto é, as relações dos explorados com os exploradores e dos exploradores com os explorados. Naturalmente, os mecanismos que produzem esse resultado, vital para o regime capitalista, são encobertos e ocultados por uma ideologia da escola, universalmente dominante por ser uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a escola como um ambiente neutro, desprovido de ideologia (por ser... laico), onde os professores, respeitadores da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são entregues (em completa confiança) pelos “pais” (também eles livres, isto é, proprietários de seus filhos), abrem para elas o caminho da liberdade, da moral e da responsabilidade de adultos, através de seu próprio exemplo, do saber, da literatura e de suas virtudes “libertadoras”.

Interessante salientar que os professores, em geral, se dedicam a desempenhar seus papéis de educadores a serviço da ideologia dominante sem perceber que são peça-chave no processo, transmitindo os saberes úteis ao trabalho e à relação capital e trabalho, vigiando seus alunos e cobrando deles a assimilação adequada dos saberes, competências, habilidades, comportamentos, atitudes etc. É função dos mestres também atuar como juizes do processo de assimilação da ideologia dominante, punindo com a reprovação, por exemplo, aqueles que não assimilaram o que foi ensinado, ou não se esforçaram o suficiente.

Concorda-se com Althusser (1996, pp. 161-162), que a maioria dos professores,

[...] nem sequer chegam a suspeitar do “trabalho” que o sistema (que é maior do que eles e os esmaga) os obriga a fazer, ou quantos, pior ainda, empenham todo o seu coração e habilidade para executá-lo da forma mais esmerada (os famosos novos métodos!). Tão pequena é a desconfiança

deles de que sua própria dedicação contribui para a manutenção e a alimentação dessa representação ideológica da escola, que a torna hoje tão “natural”, indispensável/útil e até benéfica para nossos contemporâneos, quanto a Igreja era “natural”, indispensável e generosa para nossos ancestrais de alguns séculos atrás.

Diante do exposto, vale trazer à tona o título desta seção e contextualizá-lo atualmente: a influência da ideologia e dos aparelhos de estado na formação do sujeito da(na) formação social. Logo, diante das atuais tecnologias de comunicação e informação e das redes sociais digitais, é interessante compreender o porquê de certos formadores de opinião se especializarem no uso dos recursos tecnológicos atuais e na lógica da repetição maciça de certos pontos de vista, utilizando-se de vários argumentos e exemplos ao seu favor. Alguns destes inventados, como as *Fake News*, outros baseados em pensamentos antiquíssimos, como a ideia de que a terra era plana, ou até mitológicos ou mesmo os infantis, ilógicos e sarcásticos, como aquele que certo gestor público, contrário à vacinação, influenciava seus seguidores ao afirmar que a vacina pode provocar transmutação genética nas pessoas (um jacaré?).

No entanto, não se pode minimizar os efeitos drásticos que estes usos dos AIEs podem causar. No atual contexto, o “mundo capitalista democrático” tem sido abalado por estímulos sistemáticos a convulsões político-sociais, movidas por grupos sociais de diversas índoles. Muitos desses grupos são extremistas, cujos temas políticos têm sido publicizados com grande fluidez, intensidade e capacidade de persuasão, que fazem uso de meios de comunicação de grande capilaridade, como certos programas de rádio, redes sociais, *shows* artísticos, cultos religiosos, aulas e eventos escolares, além de tantos outros.

O contexto atual tem sido marcado por eventos de grande vulto e forte repercussão na sociedade, como a pandemia da Covid-19, Guerra entre Ucrânia e Rússia, extremismos políticos, com ataques à democracia e às instituições constituídas. Eventos que se somam e intensificam os problemas socioeconômicos e políticos que a sociedade brasileira vem sofrendo há décadas. Importante notar que os grupos políticos envolvidos, sustentados por suas ideologias, constroem narrativas específicas em defesa do que acreditam e dos interesses que buscam atingir.

Ressalte-se que as “guerras de narrativas”, inclusive as “*Fake News*”, ganharam força imensa com o advento das redes sociais. Fato que tem tornado mais

difícil a convivência pacífica dos vários grupos constituintes da sociedade. Barbosa (2020, np) descreve, habilmente, este contexto:

A era das redes sociais começou com a promessa de libertação e empoderamento de minorias, mas parece estar nos levando para as trevas da desinformação. Algumas primaveras (árabes) depois, vivemos atolados em um mar de lama de *fake News*, em que acreditar que a Terra é plana, que o aquecimento global é invenção globalista e que não se deve vacinar os bebês são apenas os exemplos mais salientes.

Diante do exposto, é importante salientar que o sujeito político e o papel da ideologia são centrais nesta Tese. A metodologia utilizada na mesma requer que se tenha essa perspectiva. Assim, a visão de ideologia e seu papel são aqueles propostos por Althusser a partir dos anos 1960 do século passado. Destaca-se: um modo de pensar relevante no contexto atual, fundamental para a Análise Materialista de Discurso.

Neste ponto, antes de seguir para os próximos capítulos que pretendem comprovar a Tese proposta no presente trabalho, convém apresentar uma síntese das concepções teórico-metodológicas que contribuem para definir as categorias de análise da Tese, objetivo da próxima seção.

5.4 SÍNTESE DAS CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS QUE CONTRIBUEM PARA DEFINIR AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DA TESE

Consta, no Quadro 2, uma exposição sintética das principais concepções teóricas que contribuem para definir categorias de análise do estudo. Expõem-se, neste quadro, as concepções ligadas à proposta teórico-metodológica da Análise de Discurso, ao processo de significação do vocábulo trabalho e à relação entre morar e trabalhar para moradores da localidade utilizada como campo para obtenção dos dados empíricos. Seguem, respectivamente, referências que dão respaldo teórico ao exposto no quadro.

Quadro 2 – Síntese das concepções teóricas que contribuem para definir as categorias de análise do estudo

Categorias teóricas de análise	Principais referências teóricas
<p>Da proposta teórico-metodológica da Análise de Discurso</p>	<p>Discurso <= Formação discursiva <= Formação ideológica</p> <p>Pêcheux (2015); Orlandi (2005, 2017); Freire (2021), Magalhães (2000), Althusser (1996) entre outros.</p> <p>A análise materialista de discurso caracteriza-se pela recuperação invertida do processo de produção dos sentidos. Em síntese, compreende-se o início deste processo a partir de certa formação ideológica que se organiza em uma específica formação discursiva e que se materializa por meio da linguagem, através da fala de/para sujeitos. Assim, o analista tem como papel fundamental explicitar de onde vêm os sentidos produzidos e o contexto sócio-histórico da produção dos discursos.</p> <p>Nesta perspectiva, as formações discursivas percebidas nos discursos de sujeitos de certo grupo social dão pistas sobre quais são as formações ideológicas a que tais discursos se filiam. Ou seja, as formações discursivas são projeções no discurso das formações ideológicas (ORLANDI, 2017; PÊCHEUX, 2015).</p> <p>Nesta perspectiva, tem-se como premissa a ideia de que o funcionamento da formação social de certo contexto sócio-histórico dependa de uma sustentação ideológica. O que acontece de tal modo nas sociedades capitalistas onde os sujeitos pertencentes a cada classe social assimilam os seus papéis e os seus lugares na sociedade como se fosse algo natural. Assim, os sujeitos devem desempenhar bem seus papéis e reconhecer a ideia de que a sua posição social é uma questão de mérito. Lógica reproduzida a partir do núcleo familiar, da escola, dos meios de comunicação e informação e de outros Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1996).</p>
<p>Do processo de significação do vocábulo trabalho</p>	<p>Sentidos do trabalho em consonância com as experiências laborais e com o contexto sócio-histórico experienciado <= Concepções ideológicas sobre a prática social ligadas ao trabalho <= Contexto sócio-histórico do capitalismo brasileiro do início do século XXI</p> <p>Aerosa (2013); Alves (2011); Antunes (2009, 2014); Druck (2011); Ferraz e Fernandes (2019); Orlandi (2005, 2017), entre outros.</p> <p>O processo de significação do vocábulo trabalho está subordinado a certas formações discursivas e ideológicas existentes no bojo do contexto sócio-histórico do capitalismo brasileiro do século XXI.</p> <p>Vale salientar que, durante a análise dos dados da pesquisa, podem ser identificados elementos de discurso da ideologia dominante – capitalista neoliberal –, bem como, em sentido oposto, podem-se constatar resistências a este discurso, que apontam injustiças geradas pelas</p>

Categorias teóricas de análise	Principais referências teóricas
	<p>contradições existentes no capitalismo e que se manifestam na forma de conflitos sociais.</p> <p>Além disso, importa dizer que, diante da variedade de formas existentes de trabalho, da posição na estrutura social do agente que observa a atividade e de outros fatores sociais, econômicos e políticos, podem-se perceber concepções e sentimentos distintos sobre trabalho. Neste sentido, trata-se de um conceito ambivalente, talvez, a ser compreendido entre os polos prazer e sofrimento. Neste conceito “[...] é passível de conter resistências e conflitos, depende de afetividades e emoções, está repleto de diferentes formas de poder e dominação e é ainda suscetível de gerar quer coesão e emancipação, quer descompensações e mal-estar [...]” (AREOSA, 2013, p. 30).</p>
<p>Da relação entre morar e trabalhar para moradores de uma área de baixa renda da periferia de Aracaju</p>	<p>Sentidos ligados à condição socioespacial e sua relação com as experiências e identidades com o trabalho de moradores do bairro <= <i>Concepções ideológicas sobre a prática social ligadas à relação entre morar e trabalhar <= Processo de segregação socioespacial urbana <= Contexto sócio-histórico do capitalismo brasileiro do início do século XXI</i></p> <p>Carlos, Alves e Padua (2017), Maricato (2015), Santos (2013), entre outros.</p>
	<p>Pressupõe-se que o lugar da moradia das pessoas é fator fundamental para a sua concepção sobre o trabalho. Suas experiências laborais e outras nuances do contexto do lugar onde vivem tendem a lhes oferecer elementos específicos no processo de significação do vocábulo trabalho. Moradores de áreas de baixa renda das periferias urbanas estão sujeitos a injustiças socioespaciais, evidenciadas ao longo do tempo como um dos processos mais perversos ligados ao desenvolvimento/crise recente do capitalismo, notadamente, ao se aperfeiçoar a transformação do espaço urbano em mercadoria por excelência no processo de acumulação do capital. Nesta perspectiva, no contexto da intensificação do processo de crescimento urbano, “[...] a segregação socioespacial aprofunda-se como decorrência da concentração da riqueza, oriunda das novas formas de expropriação, como um processo espacial por excelência [...]” (CARLOS; ALVES; PADUA, 2017, p. 10)</p> <p>Ressalta-se que a segregação socioespacial gera, entre outros constrangimentos, dificuldade de acesso dos mais pobres aos lugares centrais da cidade, onde se localizam a maior quantidade dos melhores empregos e de outras possibilidades de ocupação e de geração de renda. Sendo assim, reduzem-se expressivamente as chances de saída dos mais pobres das condições precárias de vida (MARICATO, 2015; SANTOS, 2013; CARLOS; ALVES; PADUA, 2017, MARSON, 2018, PEREIRA et al, 2020, entre outros estudiosos).</p>

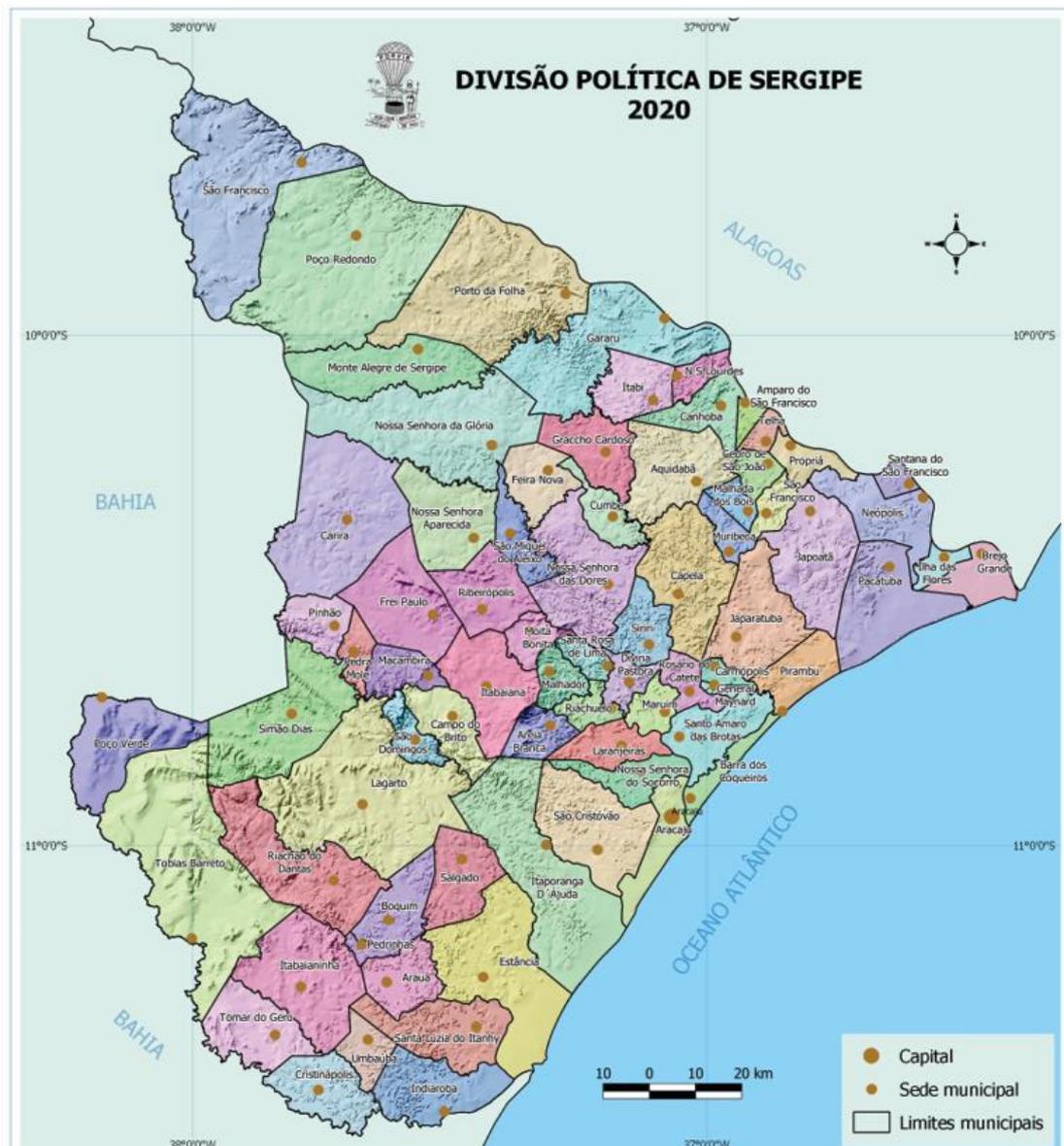
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa bibliográfica.

Outrossim, é importante ressaltar que é comum, em pesquisa qualitativa levada a cabo por entrevistas, que sejam reveladas novas categorias de análise. Essas revelações serão incorporadas à análise e consideradas nas conclusões do estudo.

6 A CONFIGURAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO ATUAL ONDE SE SITUA O BAIRRO 17 DE MARÇO

Expôs-se, no capítulo 2, o bairro 17 de Março está localizado em Aracaju/SE. Sergipe é um dos nove estados do Nordeste do Brasil. Seus limites territoriais são definidos ao norte pelo estado de Alagoas, ao oeste e sul ,pela Bahia e, ao leste, pelo Oceano Atlântico (Figura 6). Sua extensão territorial corresponde a 21.938,188 Km², área que representa 0,26% do território nacional, segundo o Observatório de Sergipe (2020)

Figura 6 – Mapa da divisão política de Sergipe, 2020



Fonte: Observatório de Sergipe (2020).

Segundo estimativa do IBGE para 2021, a população total de Sergipe totalizou 2.338.474 pessoas, número que representa 1,1% da população brasileira (IBGE, 2022). Deste total, 52% eram mulheres.

No tocante ao desenvolvimento humano, de acordo com o Atlas Brasil de 2021, na sua publicação mais recente, Sergipe está posicionado no *ranking* nacional entre os estados com os piores IDHM. Apesar de estar classificado com um IDHM médio, definido entre os índices de 0,5 e 0,799, o Estado obteve o 4º maior índice entre os nove estados do Nordeste, 0,702, 18ª posição no *ranking* nacional. O maior índice no país foi obtido pelo Distrito Federal, 0,814, e, no nível regional, pelo estado do Ceará, 0,734. Salienta-se que o índice médio do Brasil foi de 0,766 (Tabela 2). Entre as dimensões do IDHM analisadas, comparativamente aos demais estados da federação, Sergipe ocupa a 22ª posição na dimensão educação, 18ª na de longevidade e 17ª colocação na de renda.

Tabela 2 - IDHM do Brasil e das UF – 2021

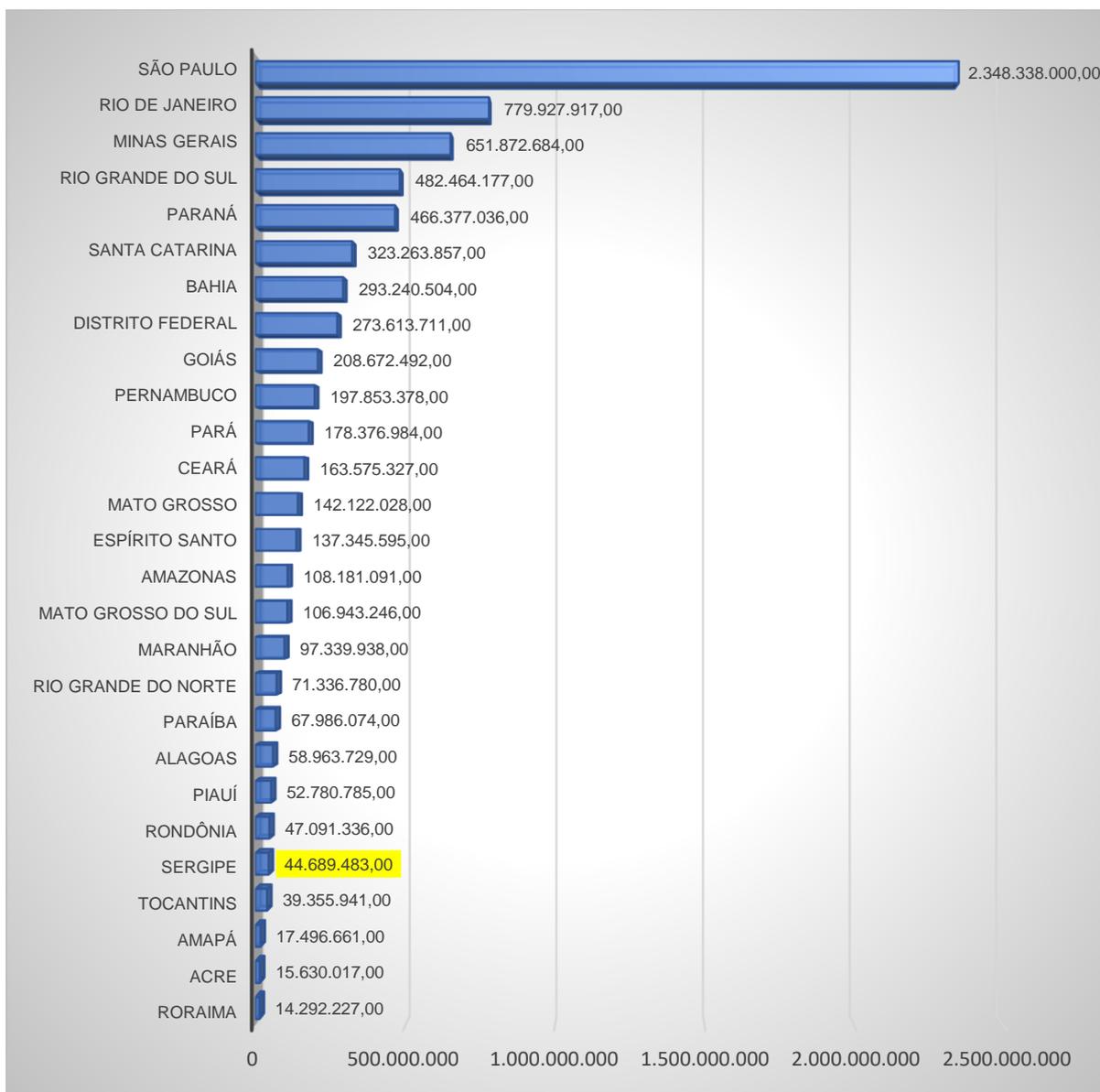
Dimensão do IDHM	Posição de Sergipe no <i>ranking</i> nacional	1º colocado no <i>ranking</i> nacional	Posição de Sergipe no <i>ranking</i> regional	1º colocado no <i>ranking</i> regional	IDHM de Sergipe	IDHM - média nacional
Educação	22ª	SP - 0,839	5ª	CE - 0,766	0,684	0,757
Longevidade	18ª	ES - 0,864	6ª	RN - 0,819	0,764	0,819
Renda	17ª	DF - 0,821	2ª	RN - 0,692	0,662	0,724
Geral	18ª	DF - 0,814	4ª	CE - 0,734	0,702	0,766

Fonte: Elaborada com base nos dados do Atlas Brasil de 2021, PNUD BRASIL (2022).

Em relação à sua economia, o PIB de Sergipe alcançou a cifra de R\$44.689.483,00, em 2019, número que representa 0,6% do PIB brasileiro, situando-se na 23ª colocação no *ranking* nacional (Gráfico 5). Vale salientar que a dinâmica de crescimento econômico do estado é influenciada, principalmente, pela da economia nacional, respondendo, de forma particular, aos ciclos de expansão ou de contração da economia brasileira e aos efeitos de políticas nacionais de incidência regional, a exemplo dos grandes projetos de infraestrutura (MELO, 2014).

A evolução da economia sergipana ganha força no período que segue a partir da década de 1970, devido à dinâmica que ela passou a ter, impulsionada, especialmente, pelas forças do Estado brasileiro. Desse ponto da história, até meados da década de 1980, ela cresceu rapidamente e se diversificou. Neste caminhar, Sergipe passou por um processo acelerado de urbanização e sofreu rápidas transformações sociais, alterando, sensivelmente, o perfil de sua população (MELO, 2014).

Gráfico 5 – Produto Interno Bruto dos estados do Brasil - 2019



Elaborado com base nos dados do IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios (2019).

Segundo o mesmo autor, na segunda metade da década de 1980, esse ciclo de expansão da economia sergipana foi encerrado, devido a intensificação da crise econômico-financeira brasileira, instalada no país no início dessa década. Assim, as fontes que garantiam os recursos necessários para manter o ciclo de expansão econômica do estado se esgotaram e não havia condições endógenas com força suficiente para sustentar o crescimento. Essa situação agravou-se com o advento das mudanças estruturais e conjunturais, ocorridas nas escalas nacional e mundial na década de 1990.

Ressalta-se que, a partir dos anos 1990, o padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro (FILGUEIRAS, 2018) passa a se processar diante da

mundialização econômico-financeira (CHESNAIS, 1998), assimilando a pressão das forças que se manifestavam em favor do livre mercado, ou seja, um novo contexto econômico e político dominado pela ideologia neoliberal.

O receituário de políticas neoliberais tinha como principais características a substituição do Estado pelo mercado, presença limitada do governo, cujo objetivo no *front* interno era buscar o equilíbrio fiscal, monetário e cambial, privatização e desregulamentação da economia e, no *front* externo, a abertura ao capital e aos bens estrangeiros (MATOS; ESPERIDIÃO, 2011).

Concomitantemente com o contexto acima mencionado, a partir da vigência da Constituição de 1988, estados e municípios brasileiros passaram a ser os responsáveis diretos pelo desenvolvimento econômico e social de seus territórios. Para tanto, a nova Constituição brasileira descentralizou as receitas públicas entre estados e municípios, complementando, de certa forma, os recursos dessas unidades federativas através dos Fundos de Participação e das transferências intergovernamentais.

Diante disso e da falta de recursos públicos para investimentos necessários ao seu desenvolvimento, estados e municípios sentiram-se motivados a adotar estratégias individuais para aumentar o emprego e a renda locais. Estratégias desarticuladas no plano político e econômico nacional e regional, que buscavam atrair investimentos privados por meio de incentivos fiscais, locacionais, creditícios e financeiros. O aumento do emprego e da renda locais eram o principal argumento sustentado pelos defensores dessa política. Em Sergipe, o ato que marca a participação do estado neste processo é a criação, em 1991, da Lei do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, Lei nº 3.140/91.

Apesar de ter impacto positivo na geração de empregos, um dos legados importantes dessas estratégias individuais de atração de investimento privado foi a intensificação da guerra de lugares por estes investimentos (SANTOS, 1999). As empresas depararam-se com a oportunidade ímpar de escolher, através de verdadeiros leilões, as localizações com as melhores condições de incentivos governamentais possíveis.

Posteriormente, na década de 2000, a estabilidade dos preços, conquistada na década de 1990, através do Plano Real, e a conjuntura econômica favorável ao crescimento econômico do país influenciaram, de forma importante, a economia sergipana.

Sergipe participa do processo de crescimento econômico do país, principalmente, a partir da captação de recursos federais, oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e de outras fontes¹¹, mediante a apresentação de uma série de projetos pelos governos estadual e municipais, que passaram a ser executados a partir do ano 2007.

Além dos projetos executados diretamente pelo poder público, empresas do ramo da construção aproveitaram a oportunidade de investimento, criada pela disponibilidade de recursos, oriundos de programas do Governo Federal, como o MCMV, por exemplo. Como não poderia deixar de ser, toda essa movimentação reverberou do ponto de vista da criação de oportunidades de emprego.

Aos estímulos econômicos, proporcionados pelos programas federais na economia sergipana, somaram-se os investimentos incentivados pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI durante a década de 2000. Segundo Esperidião et al. (2014), o PSDI¹² aprovou projetos de empreendimentos produtivos diversos que influenciaram positivamente na geração de emprego e renda para o estado. Neste caminho, nos anos 2000, a economia sergipana diversificou-se, expressivamente, inclusive na produção industrial.

Já na década de 2010, a economia estadual sofre os efeitos de crises sobrepostas¹³, acentuadas ao longo dessa década, principalmente a partir de 2014. Melo (2019, p. 365) indica que houve

[...] intenso recuo do nível de atividade, abrangendo quase todos os setores da economia estadual. Os efeitos da recessão nacional, da crise da Petrobras e do colapso da construção civil se aliam aos impactos da estiagem sobre a agricultura e sobre a geração de energia, contaminando o mercado de trabalho, as finanças públicas e puxando as atividades privadas dos segmentos de serviço e a administração pública para dentro da crise.

Assim, em 2018, no tocante à configuração setorial da produção de Sergipe, o setor terciário da economia passa a ser bem mais representativo, devido, principalmente, ao recuo das atividades industriais, e começa a participar com 76,18%

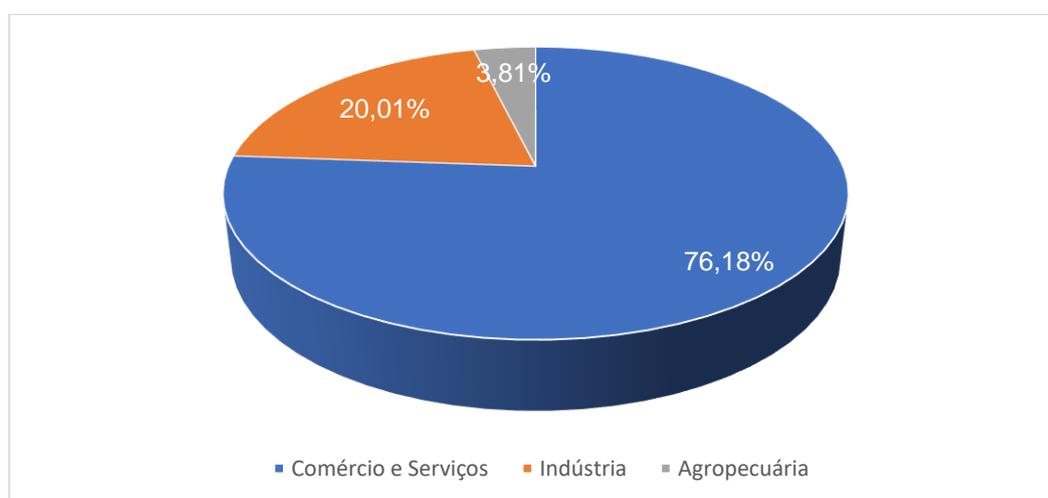
¹¹ Outros programas e investimentos federais realizados em Sergipe podem ser encontrados no *site* da Caixa Econômica Federal no menu Poder Público - Acompanhamento de Obras.

¹² A autora salienta que, apesar da influência positiva do PSDI sobre a atração de investimentos e geração de empregos, há duas importantes fragilidades no Programa. A primeira tem a ver com a concentração espacial dos investimentos e empregos, resultantes do programa nas microrregiões de Aracaju e de Estância. E, a segunda, está relacionada com a frágil sustentação no longo prazo dos empregos gerados.

¹³ A econômica, a política, a seca, que afetou a produção agrícola e a geração de energia em Xingó. A crise da cadeia da construção civil teve impacto importante na produção de cimento e de outras atividades da cadeia instaladas em Sergipe.

do total do valor adicionado bruto (VAB) (Gráfico 6). Em 2002, este setor participava com 61,4%. A indústria gera 20% do VAB, sendo que, atualmente, a mais importante atividade industrial do estado é a de transformação. Vale citar que a extração de riquezas minerais, que foi por um longo período a mais importante do estado, perdeu espaço no cenário sergipano, principalmente com o fechamento de unidades da Petrobras em Sergipe. Ainda assim, exerce forte influência, na dinâmica da economia, em particular, a exploração de jazidas de petróleo e gás, realizada essencialmente pela Petrobras.

Gráfico 6 – Participação dos setores de produção no Valor Adicionado Bruto em Sergipe - 2018



Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil (2018).

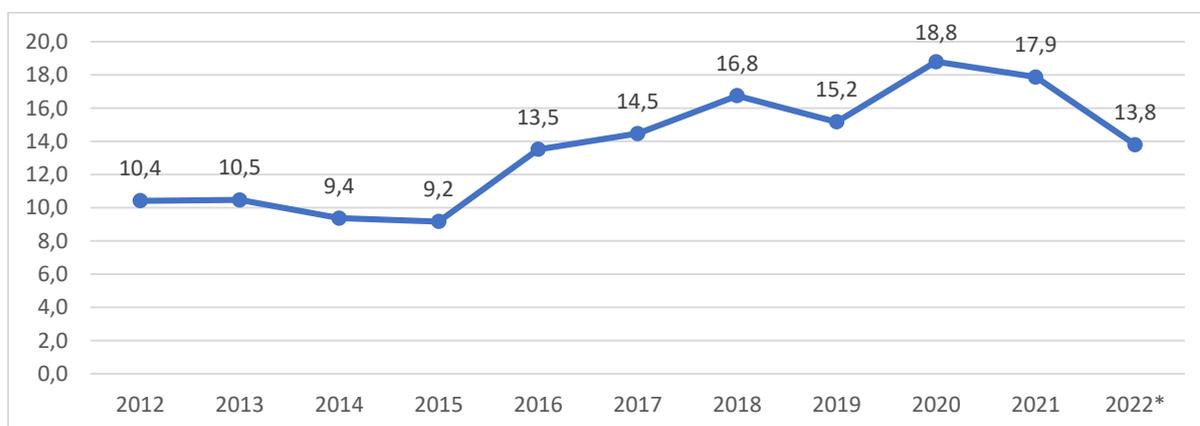
O setor agropecuário gera 3,81% da riqueza em Sergipe. Porém, é um setor que depende significativamente de preços favoráveis, crédito disponível e volume de chuvas adequado, combinação de fatores que eleva a volatilidade do setor. Seu peso no total da produção estadual é o menor entre os demais de Sergipe. O setor externo apresenta um peso pequeno no PIB sergipano e as articulações da economia sergipana com outras economias acontecem, sobretudo, com as das demais unidades federativas do Brasil. Para o exterior, Sergipe exporta principalmente o suco de laranja concentrado, calçados, açúcar e produtos têxteis (IBGE, 2018).

Em relação ao mercado de trabalho, os indicadores da PNAD Contínua sinalizam melhoria, após um período de expressivo crescimento da taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho no período de 2015 a 2020. Em Sergipe, a taxa de desocupação¹⁴ saltou de 9,2%, em 2015, para 18,8% em 2020. A

¹⁴ Taxa de desocupação média anual calculada a partir dos dados da PNADC dos quatro trimestres de cada ano.

média dos dois primeiros trimestres de 2022 indicam uma taxa significativamente menor, 13,8% (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Taxa de desocupação média da força de trabalho de Sergipe no período de 2012 a 2022



Fonte: IBGE. PNADC Painel (2022).

A mesma fonte indica que, apesar da melhoria no tocante à desocupação da força de trabalho, é importante enfatizar que a taxa de informalidade no mercado de trabalho sergipano ainda é alta, 52% do total de pessoas ocupadas no segundo trimestre de 2022. Este patamar alinha-se com a média do Nordeste, que alcançou 53%. Porém, ao se comparar com a média nacional, 40%, este indicador revela a permanência do padrão histórico das disparidades de desenvolvimento das economias regionais. Enquanto os mercados de trabalho das regiões Nordeste e o Norte apresentam taxas de informalidade da ocupação da força de trabalho acima de 50%, ou seja, 53% e 56,4%, respectivamente, os das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentam taxas bem menores, 34,4%, 36,6% e 31,1%, respectivamente.

6.1 CONFIGURAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE ARACAJU

Aracaju, capital sergipana, localiza-se no litoral do estado. De acordo com o IBGE (2022)¹⁵, ela tem 182,163 Km², 0,83% da área total de Sergipe. Sua área urbanizada é de 84,57 Km², 46,4% de seu território.

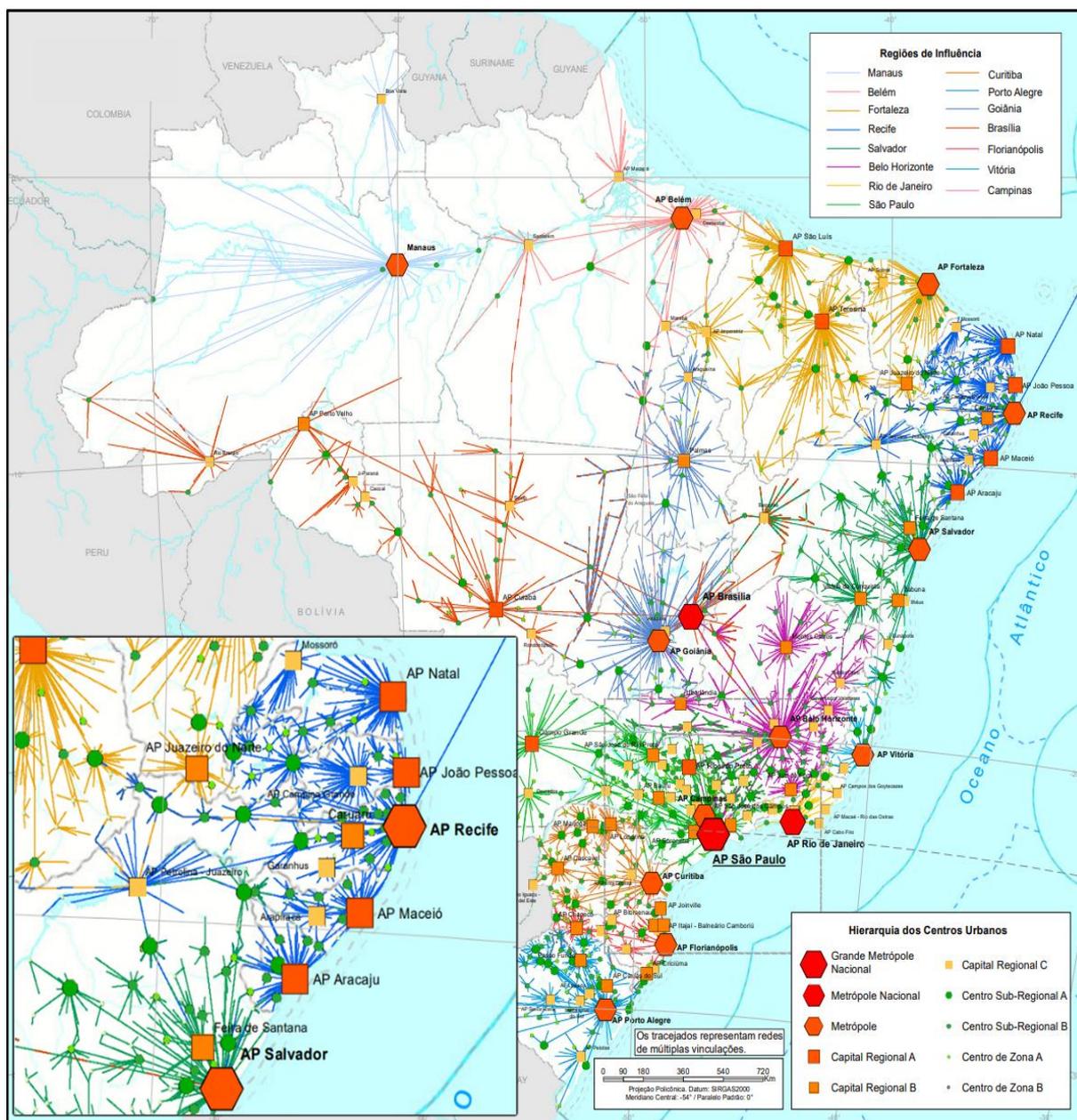
Aracaju tem como principal região de influência o arranjo populacional do Recife/PE, segundo o IBGE (2022¹⁶; 2018) (Figura 7). Conforme este Instituto, cada cidade tem vínculo direto com a região de influência de uma outra, ou de mais cidades,

¹⁵ Referência: 2019.

¹⁶ Referência: 2018.

sintetizando a relação interurbana identificada como a mais relevante da cidade de origem, onde se identificam fluxos mais intensos de acesso a bens e serviços e de relações ligadas à gestão entre empresas e entre órgãos públicos.

Figura 7 – Região de influência da cidade de Aracaju - 2018

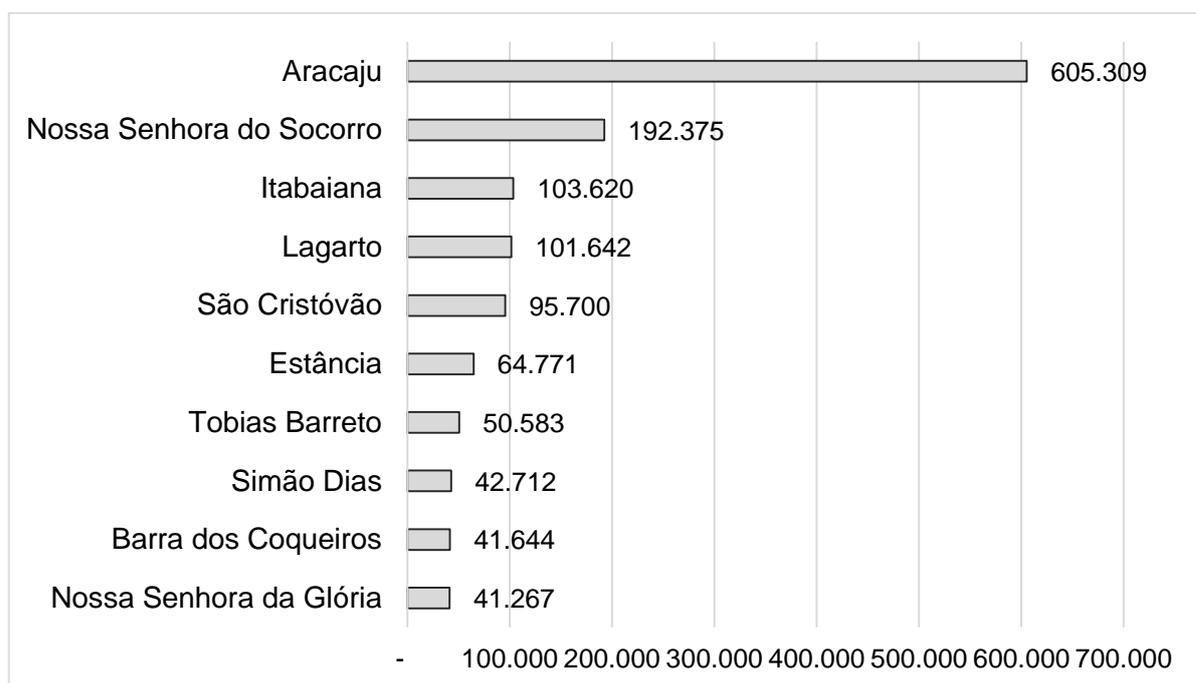


Fonte: IBGE (2018), com adaptação.

Aracaju é o centro político-administrativo e o principal e mais dinâmico centro econômico sergipano. Nesta capital, residem 605.309 pessoas, conforme a prévia da população calculada pelo IBGE com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022. Este número representa 27,4% da população estadual. Assim, para se ter uma ideia da concentração populacional, este número é, aproximadamente, 3,15 vezes maior que o do município de Nossa Senhora do

Socorro, segundo município mais populoso, que possui 192.375 pessoas (Gráfico 8). Este município faz parte da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), ao lado de Aracaju, Barra dos Coqueiros, que tem uma população de 41.644 pessoas, e São Cristóvão, com 95.700 pessoas. Os três municípios encontram-se localizados no entorno da capital (Figura 6). Dessa forma, a RMA possui uma população de 935.028 pessoas, 42,3% da população total do estado.

Gráfico 8 – Estimativa populacional dos dez municípios sergipanos mais populosos, 2022



Fonte: Elaborado com base na prévia do Censo demográfico de 2022, dados de dezembro de 2022.

Ressalta-se que, de forma análoga à que ocorreu em outras cidades centrais no plano nacional, a produção da malha urbana de Aracaju resultou numa forma segregada socialmente, de tal modo que se percebem os lugares distintos das classes sociais. Neste sentido, Carvalho (2013, p. 173) alerta, em seu estudo, que “[...] Não há lugar para a população menos abastada na região centro-sul, onde estão localizadas as classes de maior renda, que usufrui de melhor infraestrutura.”

Salienta-se que esta realidade é resultado da ação do Estado, combinada com a dos capitais imobiliário e financeiro, conforme se verifica em grande medida no contexto nacional. Em linha com este pensamento, Carvalho (2013, p. 174) afirma que

[...] A solução encontrada pelo poder público para diminuir ou cessar o déficit habitacional vem sendo a construção de grandes conjuntos habitacionais [...] em áreas segregadas do espaço urbano, ou seja, a população desprovida de poder aquisitivo para ocupar as áreas consolidadas da malha urbana, é de

uma forma ou de outra, obrigada a habitar áreas distantes do centro e das oportunidades de emprego.

[...]

Essa produção de habitação em massa, antes de atender à população, movimentou a economia e a indústria da construção civil. É por meio desta política que o Estado age em prol da sua manutenção no poder e da relação com as classes dominantes, além de exercer a dominação sobre as classes mais baixas, segregadas em áreas distantes por esta política de localização da habitação.

Outrossim, é importante explicar que este processo de periferização urbana ocorreu para além dos limites territoriais de Aracaju, ocupando áreas rurais dos municípios circunvizinhos, conformando a Região Metropolitana de Aracaju (RMA). Nesta linha, Santos e Santos (2015, p. 288), concordando com Campos (1998), afirmam que se trata de um processo originado por planejamento estatal equivocado e estratégias do mercado imobiliário, que fizeram surgir grandes vazios na malha urbana com vista a induzir a valorização crescente dessas áreas.

Assim como em outros lugares do país, em Sergipe, Estado e os capitais imobiliário e financeiro dominam o espaço, promovem a valorização e mercantilização da terra urbana, elevando os preços dos imóveis e aluguéis e gerando a segregação socioespacial e periferização além dos limites geográficos do município de Aracaju.

Diante de tal contexto socioespacial, evidencia-se a sua principal consequência, significando a mais dramática situação de fragilidade da sociedade sergipana que compromete o acesso a direitos de cidadãos. Aquela que se manifesta na vida de 913.695 pessoas em situação de extrema pobreza¹⁷, de acordo os dados do CadÚnico (2022)¹⁸. Um problema que tem relação com a precariedade de vida e de trabalho que essa parcela da população sergipana está sujeita, inclusive com dificuldade para se alimentar dignamente. Este quantitativo representa 41,3% da população de Sergipe (Tabela 3). Salienta-se que, em Sergipe, há 1.402.322 pessoas inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, 60% da população total do Estado.

Além daqueles(as) sergipanos(as) enquadrados(as) na situação de extrema pobreza, há, também, 117.043 pessoas em situação de pobreza, 241.328 consideradas de baixa renda e os demais, 130.256, pertencem a famílias cuja renda *per capita* mensal está acima de ½ salário mínimo.

¹⁷ Conforme a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, as pessoas em situação de extrema pobreza são aquelas com a renda *per capita* familiar mensal de até R\$105,00. Já as pessoas em situação de pobreza são aquelas que a renda *per capita* familiar mensal encontra-se na faixa de R\$105,01 a R\$210,00.

¹⁸ Cadastro Único do Governo Federal, base de dezembro de 2022.

Na capital são 124.395 pessoas em extrema pobreza, número que representa 13,6% do total do Estado nesta situação, e 20,6% da população aracajuana total. Há 33.860 pessoas em situação de pobreza, 28,9% do total existente no Estado, 54.408 são consideradas de baixa renda, 5,6%, e 27.936, 4,6%, pertencem a famílias que têm renda *per capita* acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (Tabela 3).

Nos demais municípios da RMA, a proporção das pessoas em extrema pobreza no total da população do município revela uma situação ainda mais grave que na Capital, Aracaju. Fato que evidencia a consequência da periferização de Aracaju muito além de seus limites territoriais. Em Nossa Senhora do Socorro, há 80.703 pessoas extremamente pobres, 42% da população total do município. Em São Cristóvão, 31.357, 32,8%, e, na Barra dos Coqueiros, 10.591, 25,4% (Tabela 4). Somada com o quantitativo de Aracaju, essa população da RMA alcança o número de 247.046 pessoas, 26,4% do total, nesta condição, em Sergipe. Assim, a RMA concentra 27% dos extremamente pobres de Sergipe, 47% das pessoas que estão em situação de pobreza, 38,4% daquelas que estão em situação de baixa renda e os demais cadastrados no CadÚnico no estado, aqueles que têm renda *per capita* familiar maior que $\frac{1}{2}$ salário mínimo, representam 35,6% (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de pessoas, segundo a sua situação em relação à renda *per capita* familiar no CadÚnico, por municípios sergipanos selecionados em comparação com o total do estado, em dez. 2022

Municípios	Situação das pessoas em relação à renda <i>per capita</i> domiciliar									Total	(%)/total CadÚnico de SE
	Extrema pobreza	(%)/total CadÚnico de SE	Pobreza	(%)/total CadÚnico de SE	Baixa renda	(%)/total CadÚnico de SE	Acima de ½ SM	(%)/total CadÚnico de SE			
Aracaju	124.395	13,6%	33.860	28,9%	54.408	22,5%	27.936	21,4%	240.600	17,2%	
Nossa Senhora do Socorro	80.703	8,8%	12.010	10,3%	24.347	10,1%	11.284	8,7%	128.344	9,2%	
São Cristóvão	31.357	3,4%	6.533	5,6%	9.711	4,0%	4.570	3,5%	52.171	3,7%	
Barra dos Coqueiros	10.591	1,2%	2.604	2,2%	4.313	1,8%	2.560	2,0%	20.068	1,4%	
Total da RMA	247.046	27,0%	55.007	47,0%	92.779	38,4%	46.350	35,6%	441.183	31,5%	
Total de Sergipe	913.695	100,0%	117.043	100,0%	241.328	100,0%	130.256	100,0%	1.402.325	100,0%	

Fonte: Elaborada a partir dos dados do Cadastro Único do Governo Federal – CECAD 2.0, base de 12/2022.

Tabela 4 – Número de pessoas, segundo a sua situação em relação à renda *per capita* familiar no CadÚnico, por municípios sergipanos selecionados, em dez. 2022

Situação familiar em relação à renda <i>per capita</i>	Pessoas cadastradas no CadÚnico, segundo os municípios da RMA e total de SE											
	Aracaju		Nossa Senhora do Socorro		São Cristóvão		Barra dos Coqueiros		RMA		Sergipe	
	Total	(%)/pop. Municip.	Total	(%)/pop. Municip.	Total	(%)/pop. Municip.	Total	(%)/pop. Municip.	Total	(%)/pop. . RMA	Total	(%)/pop. estadual
Extrema pobreza	124.395	20,6%	80.703	42,0%	31.357	32,8%	10.591	25,4%	247.047	26,4%	913.695	41,3%
Pobreza	33.860	5,6%	12.010	6,2%	6.533	6,8%	2.604	6,3%	55.007	5,9%	117.043	5,3%
Baixa renda	54.408	9,0%	24.347	12,7%	9.711	10,1%	4.313	10,4%	92.779	9,9%	241.328	10,9%
Acima de ½ SM	27.936	4,6%	11.284	5,9%	4.570	4,8%	2.560	6,1%	46.350	5,0%	130.256	5,9%
Total	240.599	39,7%	128.344	66,7%	52.171	54,5%	20.068	48,2%	441.184	47,2%	1.402.322	63,4%

Fonte: Elaborada a partir dos dados do Cadastro Único do Governo Federal – CECAD 2.0, base de 12/2022 e dos dados prévios do Censo Populacional de 2022, dados de 12/2022.

6.2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO BAIRRO 17 DE MARÇO

O bairro 17 de Março foi escolhido como campo para a pesquisa empírica do presente trabalho de Tese devido às suas especificidades sócio-históricas que guardam íntima relação com a face precária dos processos capitalistas de divisão social do trabalho e de segregação socioespacial, no contexto da expansão urbana, ocorrida na periferia da periferia capitalista. Informações a este respeito podem ser verificadas não somente a partir do exposto acima, mas, também, por meio dos dados extraídos do CadÚnico, da Lei municipal 4024/2011, em anexo, de observações em campo, de conversas preliminares, informais, com servidores públicos e com lideranças da comunidade, aqui incluindo-se os estudos publicados. Entre estes estudos, destacam-se os seguintes:

- (i) Santos (2018) – “A (re)produção da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju(SE): interfaces da ação do estado e do capital” (Tese de Doutorado em Geografia - UFS);
- (ii) Carvalho (2013) – “As políticas públicas de localização da habitação de interesse social induzindo a expansão urbana em Aracaju-SE” (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – USP);
- (iii) Santos (2014) – “Assentamentos habitacionais sustentáveis e o desenvolvimento sustentável – a realidade do bairro 17 de março” (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFS);
- (iv) Vieira (2011) – “Políticas urbanas e imagens da cidade: da Terra Dura ao bairro de Santa Maria em Aracaju” (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais - UFS);
- (v) Nascimento e Araújo, (2018) – “A urbanização extensiva de Aracaju e a formação de novos aglomerados habitacionais: avaliação a partir da desagregação de dados dos CENSOS/IBGE” (artigo publicado no Caderno de Geografia da PucMinas);
- (vi) França (2014) – “Diagnóstico da cidade de Aracaju”, produzido por consultores contratados pela Prefeitura Municipal de Aracaju, cujo objetivo, conforme o Termo de Referência, foi o de “desenvolver diagnóstico da cidade, sobretudo buscando aferir os pontos críticos do

município a fim de serem realizadas melhorias para urbanização da comunidade como um todo.” (FRANÇA, 2014, p. 18).

Este bairro foi criado, formalmente, pelo poder público municipal através da Lei 4.024 de 15 de abril de 2011, em anexo, com a finalidade de executar projeto de habitação de interesse social para atender pessoas carentes e de baixa renda, conforme reza o seu Art. 1º e respectivo parágrafo único:

Art. 1º Fica criado o Bairro 17 de Março, com área desmembrada do imóvel constituído por Terreno Nacional Interior, localizado no Bairro Santa Maria, cedida pela União, através da Portaria nº 347, de 21 de dezembro de 2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e seu respectivo contrato de Cessão sob regime de aforamento gratuito.

Parágrafo único. O referido bairro destinar-se-á, preferencialmente, à execução de projeto de Habitação de Interesse Social visando ao atendimento de famílias carentes e de baixa renda. (PMA, 4024/11, Art. 1º)

No memorial descritivo do projeto do bairro, Anexo I da referida Lei, o Poder Público apresenta a seguinte justificativa para a implantação do bairro e o seu financiamento, mediante captação de recursos federais:

A grande extensão do terreno permite que ocorra a redução do déficit habitacional de Aracaju em grandes proporções. O Empreendimento "Bairro 17 de Março" visa favorecer a uma considerada parcela da população, tornando-se propício sua inclusão nos programas habitacionais do Governo Federal.

O projeto se constitui imperioso ao ponto em que objetiva prover melhores condições de qualidade de vida à população contemplada, otimizando uma demanda capaz de minimizar os parâmetros da realidade habitacional e dos serviços no processo de urbanização da cidade. (PMA, 4024/11, MEMORIAL DESCRITIVO)

A concepção do projeto do bairro 17 de Março prevê destinação abaixo, com base na Lei em referência:

- Habitacional: 486.479m²;
- Comercial: 55.559m²;
- Misto: 14.004m²;
- Sistema viário: 917.514m²;
- Área verde: 401.942m²;
- Equipamentos públicos: 63.520m².

Indica-se que a poligonal deste bairro coincide com área desmembrada do bairro Santa Maria, cuja população se destaca entre as mais pobres do município de Aracaju. Dado o seu perfil socio-territorial, o Poder Executivo Municipal classifica o 17

de Março como uma Área Especial de Interesse Social (AEIS), entendida como “[...] parcela de área urbana caracterizada preponderantemente, pela destinação a projetos de habitação por pessoas de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo e regularização fundiária.” (ARACAJU, 2021, Art. 97).

Registra-se que as AEIS em Aracaju são subdivididas em três espécies, quais sejam (ARACAJU, 2021, Art. 98):

- I – Áreas Especiais de Interesse Social 1 – AEIS 1, compostas por núcleos urbanos informais com ocupação irregular, em áreas públicas ou privadas, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional;
- II – Áreas Especiais de Interesse Social 2 – AEIS 2, compostas por loteamentos clandestinos e irregulares, inclusive empreendimentos habitacionais, públicos ou privados.
- III – Áreas Especiais de Interesse Social 3 – AEIS 3, compostas por glebas ou lotes, subutilizados ou não utilizados, que se mostrem tecnicamente adequados à implantação de programas habitacionais do Município, bem como edificações, subutilizadas, não utilizadas ou deterioradas, localizadas em regiões dotadas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, boa oferta de empregos, onde haja interesse público ou privado em promover habitação de interesse social.

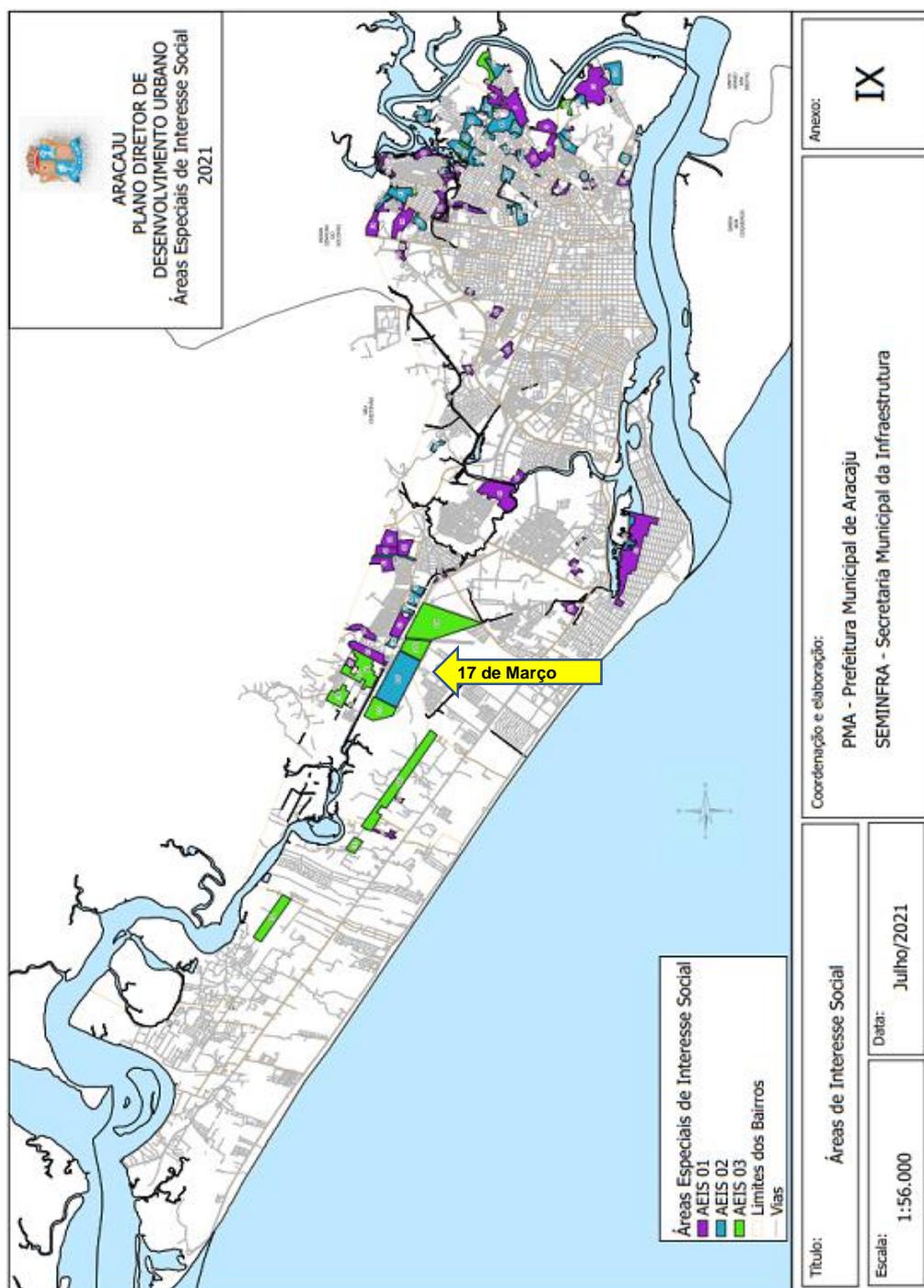
Acha-se previsto pela PMA (2021, Art. 99) que “O uso e a ocupação do solo na AEIS serão preponderantemente destinados à construção de habitações de interesse social, para famílias de baixa renda, e de equipamentos públicos comunitários.” No entanto, segundo os parágrafos 1º e 2º do artigo citado, há previsão de possibilidade do uso misto, desde que o objetivo seja a melhora da qualidade da renda das pessoas que ali residem, em conformidade com as regras previstas no PDDU e em legislação complementar. Exige-se que o uso misto seja limitado, evitando excluir ou estimular a especulação imobiliária, bem como o afastamento do uso residencial, especialmente das famílias de baixa renda.

Observa-se, na Figura 8, extraída do Plano de Desenvolvimento Urbano de Aracaju (PMA, 2021), onde estão localizadas as AEIS definidas pela PMA e a identificação do perfil do bairro 17 de Março, segundo as espécies de AEIS.

Percebe-se, na Figura 9, que o bairro 17 de Março se situa próximo ao Aeroporto Internacional de Aracaju – Santa Maria, localizado ao norte do bairro. Áreas centrais da cidade estão, também, no sentido norte do bairro, a exemplo do Centro de Aracaju e do Distrito Industrial, mais próximo que o primeiro, onde se encontra o Terminal de Integração de Transporte Público mais movimentado da capital

(ARACAJU, 2020). Neste terminal, os passageiros vindos do 17 de Março têm de descer para acessarem outro ônibus com destino a outras áreas da Cidade ou da Região Metropolitana. Ao seu Oeste, tem-se o bairro Santa Maria, que se destaca entre as áreas mais pobres da capital sergipana. Ao seu Leste, no sentido do Oceano Atlântico, podem-se encontrar áreas com condomínios fechados de alto padrão de renda. Ao sul do 17 de Março, pode-se avistar na paisagem alguns aglomerados de habitações urbanas, bem como uma vasta área vazia.

Figura 8 – Áreas Especiais de Interesse Social do município de Aracaju/SE



Fonte: PMA (2021), adaptado.

Figura 9 – Pontos de referência da localização geográfica do bairro 17 de Março



Fonte: *Google Earth* (2022), adaptado pelo autor.

Essa característica da paisagem espalha-se ao longo de toda a Zona de Expansão Urbana de Aracaju (ZEU), que tem sido objeto de especulação fundiária e de conflitos socioambientais desde a sua criação, na década de 1980, e a implantação de equipamentos públicos, como rodovias¹⁹, rede elétrica e de telefonia, incluindo outros. Ressalte-se que a ZEU está em processo de adensamento populacional e de valorização da terra. Parte importante da ocupação de sua área é proveniente da implantação de condomínios fechados (FRANÇA, 2014).

Salienta-se que as famílias beneficiadas com as habitações no bairro viviam em situação de risco ou tinham o perfil de baixa renda que, antes, moravam em diversas localidades de Aracaju. Nas duas figuras a seguir, é possível se ter ideia de como moradores iniciais do bairro viviam antes de se mudarem para o 17 de Março.

¹⁹ Rodovia José Sarney que se liga com a Avenida Santos Dumont, na Orla de Atalaia, e Rodovia dos Náufragos/Avenida Melício Machado que se une com a Avenida Paulo Barreto.

Figura 10 - Invasão do Arrozal, às margens do Canal Santa Maria



Fonte: Carvalho (2013 apud FRANÇA 2014).

Figura 11 – Invasão Canal de Santa Maria



Fonte: Carvalho (2013 apud FRANÇA 2014).

A partir das figuras abaixo (figuras 12 e 13), é possível perceber o padrão das habitações, bem como da infraestrutura do bairro 17 de Março em 2020. Esta última foi inaugurada em 2018, apesar de estar prevista no projeto do bairro desde a sua criação, na Lei 4024/2011 e nos projetos de captação dos recursos.

Figura 12 - Vista aérea parcial do bairro 17 de Março (A)



Fonte: Secom/PMA, disponível no *Blog Minha Terra é Sergipe*, 26/12/2018.

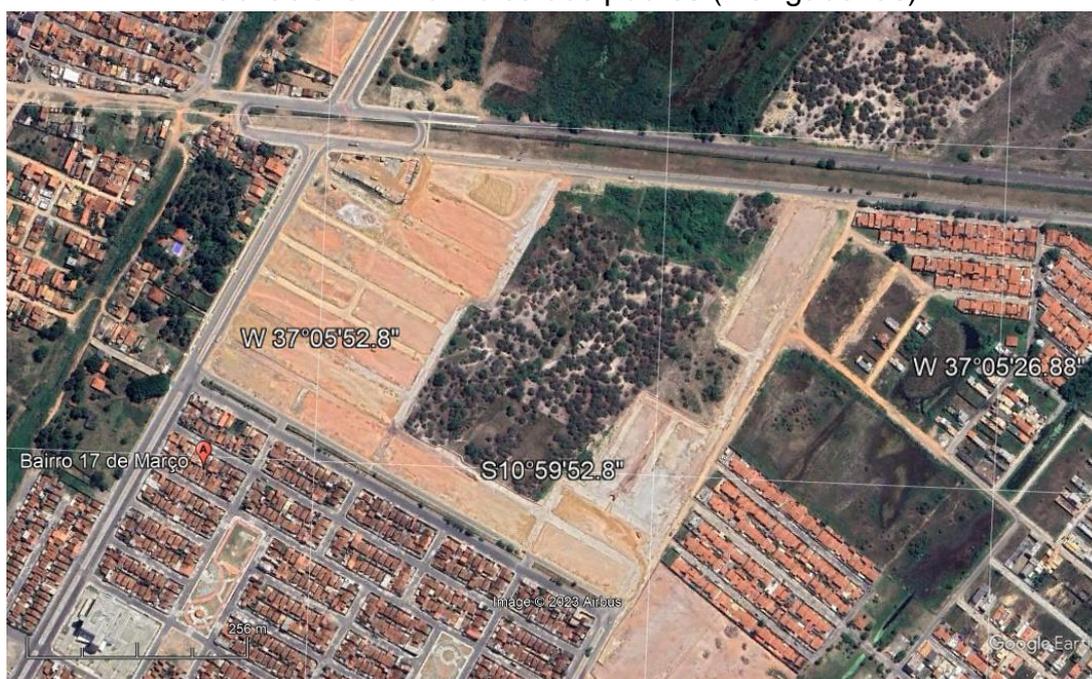
Figura 13 - Vista aérea do bairro 17 de Março (B)



Fonte: Secom/PMA, disponível no *Blog Minha Terra é Sergipe*, 26/12/2018.

Percebe-se no fundo da Figura 12, canto direito, e ao lado direito da Figura 13, a invasão das mangabeiras, onde, hoje, a PMA está construindo infraestrutura para habitações que irão abrigar 1.320 famílias da comunidade da área. Esta nova etapa de construção no bairro está sendo denominada, atualmente, de Conjunto Habitacional Irmã Dulce dos Pobres (Comunidade Mangabeiras) (Figura 14) (ARACAJU, 2023).

Figura 14 – Vista aérea do bairro 17 de março – Área do futuro Conjunto Habitacional Irmã Dulce dos pobres (Mangabeiras)



Fonte: *Google Earth* (2022).

As Figuras 15 e 16 são fotos aéreas da primeira e segunda etapa do conjunto 17 de Março. Percebe-se que ainda há áreas vazias, indicando que o projeto do bairro não está finalizado.

Figura 15 – Vista aérea do bairro 17 de Março – Primeira etapa



Fonte: Google Earth (2022).

Figura 16 – Vista aérea do bairro 17 de Março – Segunda etapa



Fonte: Google Earth (2022).

Insta afirmar, também, que a prestação de outros serviços pelo Poder Público municipal, ligados à assistência social, através do CRAS, à educação, por meio das escolas de ensino infantil e fundamental ali existentes, à saúde, pela unidade básica

de saúde, ao lazer, com a urbanização das praças, entre outros que passaram a ser implantados/oferecidos recentemente, considerando o tempo de criação do bairro, contribuem para melhorar a qualidade de vida dos moradores deste lugar.

Assim, hoje, parcela expressiva da população do bairro 17 de Março usufrui de um lugar para morar em melhores condições de habitabilidade que a do seu passado. Porém, suas condições financeiras limitam, significativamente, a manutenção de uma vida digna, com consumo formal de energia elétrica e de outros serviços e bens básicos, uma vez que não conseguem satisfazer tais necessidades pela dificuldade de acesso a trabalho e à renda dignos. O gasto com transporte e outros serviços públicos é muito dispendioso para significativa parcela dos moradores do bairro. Evidências, neste sentido, são encontradas nos estudos de Santos e Filho (2014), nas falas dos entrevistados do presente trabalho, nos dados extraídos do CadÚnico e nas conversas preliminares informais no campo com servidoras do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, as quais no bairro, e com pessoas que exercem liderança no 17 de Março. Em síntese, podem ser destacadas as seguintes características, além das já expostas anteriormente sobre o bairro:

(i) Sua população, estimada pela PMA para 2020, com base na taxa de crescimento da ZEU, seria em torno de 8.491 pessoas (FRANÇA, 2014). Assim, tomando esse número como base, haja vista que ainda não há um número mais próximo do real, então 78% da população total prevista está inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), segundo a base de dezembro de 2020. Ou seja, 6.605 moradores. Deste total, 4.467 pessoas (67,6%) sobreviviam com uma renda familiar *per capita* mensal, que se enquadrava na faixa da situação de extrema pobreza (até R\$ 89,00 por mês em 2020) e 660 pessoas (10,0%) com renda na faixa da situação de pobreza (de R\$ 89,01 até R\$ 178,00 para 2020). Para outros 1.084 moradores (16,4%), a renda média mensal situava-se na faixa entre R\$178,01 até meio salário mínimo, e, apenas, 394 pessoas (6%) percebiam acima de meio salário mínimo como renda *per capita* familiar por mês (Tabela 5).

(ii) 36,3% dos moradores com idades que variam de 7 a 15 anos não sabiam ler e escrever. Entre os maiores de 15 anos, o percentual dos sem instrução era de 11,8%. Das 1.611 pessoas que trabalhavam, 11,4% não tinham instrução e 47,7%, apenas o fundamental incompleto. Entre os mais instruídos, 2,2% possuíam curso superior e 19,7% o ensino médio completo (Gráfico 9).

Este quadro indica um nível de dificuldade maior para inclusão no mercado formal de trabalho, situação que tem relação com o tipo de trabalho que realizam, com base nos dados do próximo item;

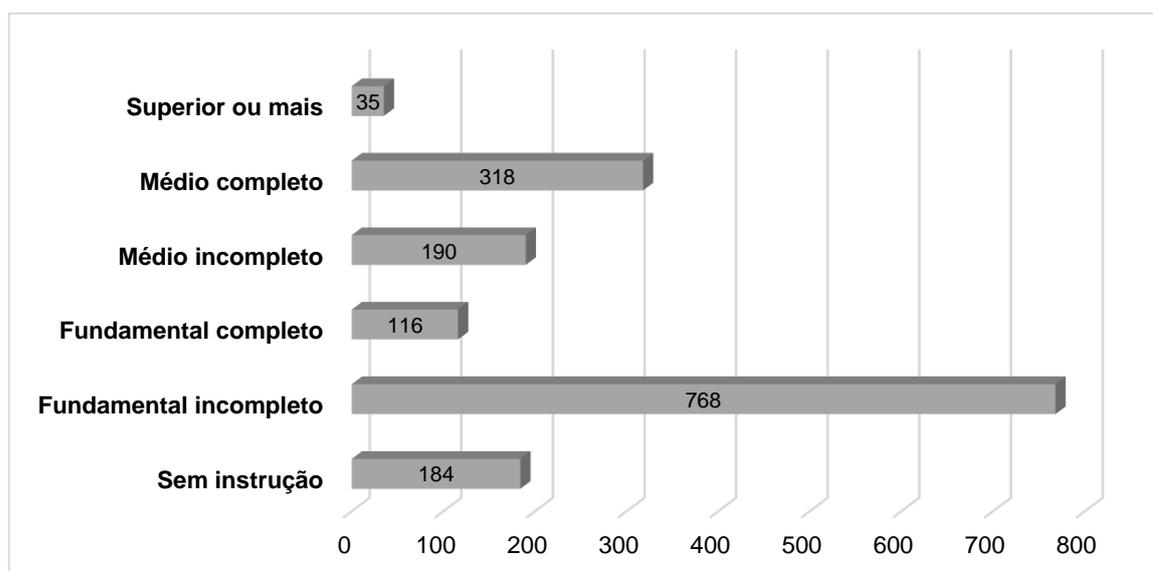
Tabela 5 - Faixa de renda familiar *per capita*, em dez. 2020

Unidade	Até R\$ 89,00 (EXTREMA POBREZA)	Entre R\$ 89,01 até R\$ 178,00 (POBREZA)	Entre R\$ 178,01 até meio salário mínimo*	Acima de meio salário mínimo*	Total
Famílias	1.719	299	493	348	2.859
Pessoas	4.467	660	1.084	394	6.605

Fonte: elaborada com base nos dados da base de dezembro de 2020 do CadÚnico.

Nota: * Com base no salário mínimo de R\$ 1.045,00 em 2020.

Gráfico 9 – Número de pessoas do bairro 17 de Março, inscritas no CadÚnico, maiores de 15 anos, que trabalham, segundo o grau de instrução, 2020.



Fonte: elaborado com base nos dados do CadÚnico, base de dez/2020

(iii) Um total de 1.394 pessoas sobreviviam do trabalho por conta própria, por meio de “bico” ou como trabalhador autônomo, sendo 765 mulheres e 629 homens. Este número representa 86,5% do total de moradores inscritos no CadÚnico que tinham trabalhado na semana anterior à atualização cadastral. Desse número, 63% tinham menos de 40 anos de idade. Neste grupo etário, 46,7% não concluiu o ensino fundamental, 7,3% não tinha instrução, apenas 20,5% possuíam o ensino médio completo e 1,8%, o superior ou grau maior (Tabela 6). Deste total, 362 pessoas encontravam-se na faixa de extrema pobreza, 22,5%, e 453, na faixa da pobreza, ou 28,1%. Apenas 196 pessoas

ativas no CadÚnico trabalhavam com carteira assinada, 12,2% do universo cadastrado.

Entre os trabalhadores na faixa dos 40 aos 49 anos, constavam 13% sem instrução, 55% iniciaram, mas não concluíram o ensino fundamental e 7% concluíram-no. Apenas 17% concluíram o ensino médio e 2%, o ensino superior ou mais. Já entre os mais velhos, de 50 anos ou mais, 32% não tinham instrução e 52%, apenas o fundamental incompleto. Menos de 6% completaram o ensino médio. Não havia trabalhador por conta própria nessa faixa etária com ensino superior.

Tabela 6 - Número de pessoas que moram no bairro 17 de Março, inscritas no CadÚnico, que trabalham por conta própria (“bico”, autônomo), segundo o grau de instrução e faixa etária, 2020

GRAU DE INSTRUÇÃO	Faixa etária										Total
	16 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 ou mais	
Sem instrução	0	14	26	24	22	21	33	17	8	8	173
Fundamental incompleto	1	106	197	105	105	66	44	43	19	2	688
Fundamental completo	1	33	23	13	13	9	8	3	3	0	106
Médio incompleto	1	40	66	30	8	8	3	4	0	0	160
Médio completo	0	49	93	38	40	13	7	4	1	0	245
Superior ou mais	0	2	8	6	3	3	0	0	0	0	22
Total	3	244	413	216	191	120	95	71	31	10	1.394

Fonte: elaborado com base nos dados do CadÚnico, base de dez/2020

Diante do exposto até aqui, é notório, por um lado, que a assistência social por meio do projeto habitacional do bairro 17 de Março proporcionou uma melhor condição de habitação para os seus beneficiários, considerando como parâmetro a situação anterior na qual eles se encontravam.

Por outro lado, a pesquisa documental e os dados do CadÚnico revelam uma situação dramática, ligada às condições materiais de sobrevivência dos moradores do 17 de Março. Há um conjunto de características da maioria dos trabalhadores, como a sua forma de inclusão ao mercado de trabalho, que, por sua vez, está associada ao perfil do trabalhador que mora neste lugar e a outras dificuldades que serão apontadas no capítulo 7 da presente Tese, e que se afinam com aquele que foi revelado em estudos, como os de Marson (2018) e Pereira et al (2020), por exemplo, conforme se discutiu no capítulo 4.

Quanto a este ponto, é importante ressaltar que o bairro 17 de Março, no contexto macro que se insere, é produto da lógica capitalista neoliberal da produção do espaço urbano brasileiro, principalmente, em sua periferia. Uma processualidade segregadora, geradora de injustiça socioespacial, uma vez que, ao concentrar e centralizar em algumas áreas da cidade os serviços, o trabalho e os recursos da sociedade, marginaliza multidões que vivem nas áreas distantes. Submetendo-as a uma realidade dramática de escassez, que afeta as suas condições básicas de sobrevivência. Ou seja, a condição de insuficiência de renda, gerada pelo desemprego ou pela ocupação precária, não permite que as pessoas exerçam, satisfatoriamente, a sua condição material de existência, como agentes/sujeitos econômicos, que necessitam comprar/consumir minimamente certas mercadorias e serviços para sobreviver, de acordo com os padrões da formação social vigente. Mercadorias e serviços estes, necessários à própria reprodução material da força de trabalho, tais como alimentação, educação e qualificação profissional, saúde, transporte, lazer etc. Neste sentido, não adianta morar numa habitação de melhor qualidade se essa condição não vier acompanhada de melhor acesso a um trabalho digno.

Ocorre, porém, que, no modo de produção capitalista, o sistema produtivo não comporta todos os trabalhadores. O desemprego está em sua essência, vide o conceito marxista de exército de reserva.

Aliás, o aumento do desemprego estrutural²⁰ e a precarização do trabalho são produtos das mudanças estruturais que ocorreram, historicamente, nos sistemas produtivos, ao longo dos ciclos de desenvolvimento/crise do capitalismo, modificando a relação capital-trabalho e a morfologia do trabalho (ALVES, 2011; ANTUNES, 2014).

Este movimento implica a precarização do homem que trabalha, levada a efeito pelos três tipos de crises concomitantes que o afeta, dilacerando a sua subjetividade e intersubjetividade, como disciplina Alves (2011), ou seja: a crise da vida pessoal, a crise de sociabilidade e a crise de autorreferência humano-pessoal.

Todavia, apesar de essas crises manifestarem-se, de forma dramática, para a classe que vive do trabalho, conforme a tese advogada por Alves (2011), na arena da disputa de forças sociopolíticas, entre os sujeitos das diferentes classes, as ideias neoliberais prevalecem com grande poder. Neste ponto, é importante lembrar que a formação social está organizada de forma tal que mobiliza a ideologia hegemônica no

²⁰ Desemprego gerado por mudanças estruturais nos sistemas produtivos, como uma inovação tecnológica que permite às empresas produzirem com mais capital e menos trabalho vivo.

sentido de garantir a (re)produção das relações sociais de produção da formação social vigente, em linha com os interesses das classes dominantes (ALTHUSSER, 1996; MAGALHÃES, 2000). Para estes autores, a ideologia dominante, capitalista neoliberal, sustenta-se em pressupostos de igualdade social, que têm a finalidade de silenciar a desigualdade, ainda que ela esteja latente.

Ademais, as ideias de igualdade, liberdade e propriedade privada são encantadoras, uma vez que, do ponto de vista material, a conquista, o crescimento pessoal pelo mérito, o aumento do patrimônio, por um lado, e a aversão ao risco e ao prejuízo, por outro, entre outros fatores, são grandes motivadores das ações dos sujeitos²¹ na formação social vigente. Eles funcionam, eficazmente, no processo de interpelação dos indivíduos como sujeitos.

Assim, cabe, a partir deste momento, analisar os dados empíricos da pesquisa de campo, que levam a compreender os sentidos do trabalho para moradores do bairro 17 de Março, sendo o objetivo do próximo capítulo.

²¹ Essas ideias são colocadas em pauta, nas primeiras aulas dos estudantes dos cursos de Economia, como aquelas norteadoras das decisões dos agentes/sujeitos econômicos. Fato que pode ser percebido nos programas de Introdução à Economia e em qualquer manual básico da disciplina.

7 OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA MORADORES DO BAIRRO 17 DE MARÇO

Neste capítulo, são discutidas as evidências da pesquisa de campo sobre os sentidos do trabalho, realizada com trabalhadores que moram no bairro 17 de Março, Aracaju/SE. Relembra-se, aqui, o já mencionado: esta pesquisa teve a contribuição voluntária de 18 sujeitos vinculados a um contexto sócio-histórico específico da formação social vigente. Pessoas que conhecem muito bem a face precária da relação entre morar e trabalhar, que vivem sob o efeito de fenômenos simultâneos causadores de injustiça social. Situações estas associadas às mutações do mundo do trabalho e ao desemprego estrutural (ALVES, 2011; ANTUNES, 2014; CASTELLS, 1999; CHESNAIS, 1988; CROCCO, 2018; DRUCK, 2011; FILGUEIRAS, 2018; SANTOS, 2013; entre outros), bem como à segregação socioespacial intrínseca ao advento da urbanização acelerada, atrelada à especulação imobiliária e financeira por que passa o mundo capitalista desde meados do século passado (ARAÚJO, 2018; FRANÇA, 2014; CARLOS; ALVES; PADUA, 2017; CARVALHO, 2013; MARICATO, 2015; NASCIMENTO; SANTOS, 2013; SANTOS, 2014; SANTOS, 2018; VIEIRA, 2011).

Fenômenos, também, que se materializam, ao longo do tempo, e que se atualizam com a modernização/reprodução das forças capitalistas e das relações sociais de produção, principalmente a partir dos anos 1990, com o advento da mundialização e financeirização da economia. Ressalta-se que seus efeitos sobre os países periféricos são mais dramáticos do que aqueles experienciados por países centrais. Além disso, a dinâmica doméstica segue em linha com a verificada no plano internacional, uma vez que as disparidades regionais e locais são evidentes, o que foi discutido nos capítulos 3 e 4 deste estudo.

Assim, a discussão realizada, neste capítulo, está organizada em três seções. A primeira, 7.1, tem como objetivo apresentar o perfil dos 18 sujeitos que participaram da pesquisa por meio de entrevistas. Na segunda, 7.2, discute-se a relação entre morar e trabalhar sob o olhar dos participantes da pesquisa e, na terceira, 7.3, as suas experiências e identidades com o trabalho. Tais discussões foram necessárias para a compreensão dos sentidos do trabalho, atribuídos por estes sujeitos, que têm relação com o contexto sócio-histórico que experenciam, assunto sintetizado na seção 7.3.1.

Eis as análises.

7.1 SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA E SEUS PERFIS DE NATUREZA PESSOAL E FAMILIAR

Nesta seção, apresenta-se, em princípio, uma descrição geral do perfil pessoal e familiar de cada sujeito participante da pesquisa de campo, observando as questões éticas e o compromisso de se preservar o anonimato deles.

A pesquisa empírica, já mencionada, contou com a participação voluntária de 18 trabalhadores(as) que moram no bairro 17 de Março. Todos(as) eles(as) preenchiem os critérios de inclusão e de exclusão definidos para a pesquisa e este número atendeu, de forma adequada, ao procedimento de saturação da amostra dos dados, de acordo com o exposto na metodologia desta Tese.

Entre os participantes, 13 eram mulheres e cinco, homens. Entre as mulheres, quatro tinham idades na faixa de 21 a 30 anos, cinco na de 31 e 40 anos e quatro de 41 e 50 anos. Quanto aos homens, havia um que tinha entre 18 e 20 anos de idade, dois na faixa de 31 a 40 anos e outros dois estavam na faixa dos 41 a 50 anos. Deste modo, foi possível obter visões de homens e mulheres de faixas etárias diferentes (Tabela 7).

A maioria das mulheres declararam-se da cor parda, sete pessoas. Quatro identificaram-se como negras e duas como brancas. Já entre os homens, três declararam-se pardos e dois, negros.

Seis pessoas tinham o ensino médio completo, quatro mulheres e dois homens. Quatro mulheres e um homem iniciaram, mas não o tinham concluído. Dois homens e uma mulher tinham apenas o ensino fundamental e as outras quatro mulheres iniciaram, mas também não o concluíram.

Sete mulheres manifestaram-se como solteiras e as outras seis, casadas ou em situação de união estável. Entre os homens, três eram casados, um solteiro e um desquitado. Constavam entre as participantes, seis mães solas²², uma que não tinha filhos e as demais eram casadas ou tinham união estável. Essa informação é de grande relevância, uma vez que o desenvolvimento de atividades laborais tem um peso bem maior para as mulheres do que para os homens, considerando a sobrecarga de jornadas no trabalho e no domicílio. Sabe-se que, maior ainda para as mães solas. Além disso, há de se considerar a dificuldade de se conciliar trabalho com o cuidado

²² Termo utilizado para se referir a mulheres integralmente responsáveis pela criação e educação de crianças, no tocante ao suporte financeiro e à dedicação de tempo (SANTOS; NORONHA, 2022).

dos filhos, uma vez que a sociedade ainda impõe às mulheres, por meio da ideologia patriarcal, a responsabilidade de cuidar dos filhos e da casa. Entre os homens participantes da pesquisa, apenas um não tinha filhos.

Tabela 7 – Variáveis de perfil dos participantes da pesquisa, 2022

VARIÁVEIS		PARTICIPANTES																	Total	
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q		R
Sexo	M - (masc.) / F - (fem.)	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	M	F	M	M	M	F	F	M	-
Faixa etária	18 – 20													X					1	
	21 – 30			X					X								X	X	4	
	31 – 40	X	X		X		X				X		X			X		X	8	
	41 – 50					X		X		X		X			X				5	
Cor/Raça	Branca / Negra / Parda	P	P	P	N	N	B	P	N	P	B	P	N	N	P	N	P	N	P	-
Estado civil	Solteiro(a)	X	X	X		X		X						X			X	X	8	
	Casado(a) / União estável				X		X		X	X	X		X		X	X			X	9
	Divorciado(a)												X							1
Filhos	Não													X			X		2	
	1 a 2					X					X	X				X		X	X	6
	3 a 5	X		X	X		X	X	X	X			X		X				9	
	6 a 8		X																	1
Grau de instrução	Fundamental incompleto							X		X	X		X						4	
	Fundamental completo					X						X				X			3	
	Médio incompleto		X	X	X		X								X				5	
	Médio completo	X							X					X			X	X	X	6
Fez cursos de qualif. profissional	S (sim) / N (não)	S	S	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	S	S	N	N	N	S	-
	Posição no domicílio																			
Situação de trabalho	Chefe de família	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X		X	X	X	X	X	15
	Cônjuge								X		X									2
	Filho													X						1
Faixa de renda per capita familiar mensal	CLT - trabalho formal, CP - Conta Própria, D - Desempregada, AF - CLT, afastado por doença.	CLT	CP	D	CP	CP	CP	D	CP	CP	AF	CP	CLT	CLT	CP	CP	CP	CP	-	
	Até R\$105,00 (Extrema pobreza)			X	X	X	X	X			X		X							7
	De R\$105,01 a R\$210,00 (Pobreza)		X						X	X						X	X	X		6
	De 210,01 a 1/2 sm	X													X				X	3
Recebe Auxílio Brasil?	Mais de 1/2 sm										X		X						2	
Principal fonte de renda	S (sim) / N (não)	S	N	S	S	S	S	S	N	S	S	N	S	N	N	S	S	S	N	-
	T - trabalho; AB - Auxílio Brasil; P - Pensão	T	P	AB	T	T	AB	AB	P	AB	AB	P	AB	P	T	T	T	T	T	-

Fonte: Elaborada com base nos dados de campo.

Enfatiza-se que, de todo modo, a existência de filhos na família impõe uma responsabilidade ainda maior para quem cuida e precisa prover os recursos necessários à família, com vistas a manter uma vida digna aos seus membros. Fato que se intensifica para o caso das mães solas. Neste ponto, vale salientar que, entre as participantes da pesquisa, havia três mães em situação de extrema pobreza e duas, de pobreza, segundo os critérios definidos pelo Governo Federal para o ano de 2022,

relacionados à renda *per capita* mensal. Tais pessoas recebiam auxílio governamental. Uma delas contava com a pensão recebida por um dos filhos.

Uma vez apresentadas as variáveis gerais consolidadas do perfil dos participantes da pesquisa, segue-se um resumo da apresentação individual.

- Participante A – Sexo feminino, faixa etária entre 31 a 40 anos de idade, declara-se parda, solteira, tem de três a cinco filhos. Seu grau de instrução é o superior incompleto. Parou de cursar para trabalhar e cuidar dos filhos. É chefe da família e convive no domicílio apenas com os filhos. Trabalha como atendente de caixa, com carteira assinada, principal fonte de renda da família atualmente. A renda familiar *per capita* está na faixa de R\$210,01 até 1/2 salário mínimo. Recebe auxílio governamental. Possui certificados de cursos profissionalizantes básicos de curta duração. Não estuda atualmente.
- Participante B – Sexo feminino, faixa etária entre 31 a 40 anos de idade, declara-se parda, solteira, tem de seis a oito filhos. Seu grau de instrução é o médio incompleto. Parou de cursar por ter de trabalhar e cuidar dos filhos. É chefe da família e convive no domicílio apenas com os filhos. Trabalha por conta própria como boleira e artesã de materiais recicláveis coletados por ela. Esporadicamente, trabalha como folguista de auxiliar de cozinha, camareira e porteira numa pousada em Aracaju. Já trabalhou como feirante. Sua renda familiar *per capita* situa-se na faixa de R\$105,01 até R\$210,00. A principal fonte de renda da família, atualmente, é uma pensão recebida pelo filho e aguarda pagamento de auxílio do governo, já aprovado. Possui certificados de cursos profissionalizantes básicos de curta duração. Não estuda atualmente.
- Participante C - Sexo feminino, faixa etária entre 20 e 30 anos de idade, declara-se parda, solteira, tem de três a cinco filhos. Seu grau de instrução é o médio incompleto. Está cursando o EJA. É chefe da família e convive no domicílio apenas com os filhos. Está desempregada por motivo de doença. Por este motivo ser visível, não encontra oportunidades para trabalhar. A renda *per capita* da sua família é de até R\$ 105,00. Recebe auxílio governamental, sua única fonte de renda atualmente. Possui certificados de cursos profissionalizantes básicos de curta duração.
- Participante D - Sexo feminino, faixa etária entre 31 e 40 anos de idade, declara-se negra, sua situação conjugal é a união consensual, tem de três a cinco filhos. Seu grau de instrução é o médio incompleto. Está cursando o EJA.

É chefe da família e convive no domicílio com o companheiro e com os filhos. Trabalha como diarista – auxiliar de cozinha e garçom. Sua renda familiar *per capita* situa-se na faixa de até R\$105,00. Recebe auxílio governamental, contudo a principal fonte de renda da família, na atualidade, é o fruto de seu trabalho. Possui certificados de cursos profissionalizantes básicos de curta duração.

- Participante E - Sexo feminino, faixa etária entre 41 a 50 anos de idade, declara-se negra, solteira, tem de um a dois filhos. Seu grau de instrução é o fundamental completo. Não estuda atualmente. É chefe da família e convive no domicílio com um de seus filhos e seus netos. Trabalha por conta própria como diarista esporadicamente (faxina). Sua renda familiar *per capita* é de até R\$105,00. A principal fonte de renda da família, na atualidade, é fruto do trabalho do filho. Recebe auxílio governamental. Não possui certificados de cursos profissionalizantes.
- Participante F - Sexo feminino, faixa etária entre 31 a 40 anos de idade, declara-se branca, casada, tem de três a cinco filhos. Seu grau de instrução é o médio incompleto. Parou de cursar por ter de trabalhar e cuidar dos filhos. É chefe da família e convive no domicílio com o marido e com os filhos. Trabalha, esporadicamente, como folguista de auxiliar de cozinha. Sua renda familiar *per capita* é de até R\$105,00. Possui certificados de cursos profissionalizantes básicos de curta duração na área de culinária. Recebe auxílio do governo, principal fonte de renda da família. Não estuda atualmente.
- Participante G - Sexo feminino, faixa etária entre 41 a 50 anos de idade, declara-se parda, solteira, tem de três a cinco filhos. Seu grau de instrução é o fundamental incompleto. Não estuda atualmente. É chefe da família, convive no domicílio apenas com os seus filhos. Trabalha com faxina, mas não conseguiu trabalho durante a pandemia. Sua renda familiar *per capita* é de até R\$105,00. A principal fonte de renda da família, hoje em dia, é o auxílio governamental. Não possui certificados de cursos profissionalizantes.
- Participante H - Sexo feminino, faixa etária entre 20 a 30 anos de idade, declara-se negra. Sua situação conjugal é a união estável. Tem entre três a cinco filhos. Seu grau de instrução é o médio completo. Agora, não estuda. Convive no domicílio com o seu marido, o chefe da família, e com seus filhos. Está desempregada. Trabalhou com carteira assinada, exercendo atividades

de serviços gerais. Sua renda familiar *per capita* situa-se na faixa de R\$105,01 a R\$210,00. A principal fonte de renda da família, no presente, é uma pensão recebida por um de seus filhos. Não recebe outro auxílio, senão a pensão do filho. Não possui certificados de cursos profissionalizantes. Não trabalhou nos últimos 12 meses por não ter encontrado oportunidade.

- Participante I - Sexo feminino, faixa etária entre 41 a 50 anos de idade, declara-se parda, convive, consensualmente, com uma pessoa, tem de três a cinco filhos. Seu grau de instrução é o fundamental incompleto. Não estuda atualmente. É chefe da família e convive no domicílio com o marido e com duas netas. Trabalha por conta própria como comerciante, mas vendeu pouco durante o ano. Sua renda familiar *per capita* situa-se na faixa de R\$105,01 até R\$210,00. A principal fonte de renda da família, atualmente, é o auxílio governamental. Não possui certificados de cursos profissionalizantes.
- Participante J - Sexo feminino, faixa etária entre 31 a 40 anos de idade, descreve-se como branca, convive consensualmente com uma pessoa, tem de 1 a dois filhos. Seu grau de instrução é o fundamental incompleto. Não estuda atualmente. Convive no domicílio com o marido, chefe da família, e os filhos. Sua experiência com o trabalho está ligada ao artesanato. Não está trabalhando, nem estudando, para poder cuidar dos filhos. Sua renda familiar *per capita* é de até R\$105,00. A principal fonte de renda da família, nos dias de hoje, é o auxílio governamental. Não possui certificados de cursos profissionalizantes.
- Participante K - Sexo masculino, faixa etária entre 41 a 50 anos de idade, manifesta-se como pardo, divorciado, tem de um a dois filhos. Seu grau de instrução é o médio completo. Não estuda atualmente. Vive só em seu domicílio. Trabalhava como auxiliar administrativo e tem experiências diversas de trabalho, como mecânico e garçom, por exemplo. Está afastado do trabalho por doença. Recebe pensão de 01 salário mínimo, sua fonte de renda exclusiva. Possui certificados de cursos profissionalizantes realizados nas empresas onde esteve empregado.
- Participante L - Sexo feminino, faixa etária entre 31 a 40 anos de idade, diz-se negra, convive consensualmente com uma pessoa, tem de três a cinco filhos. Seu grau de instrução é o fundamental incompleto. Está matriculada, atualmente, no ensino fundamental. É chefe da família. Convive no domicílio

com o marido e com os filhos. Sua experiência de trabalho é como doméstica, faxineira, sem carteira assinada. Tem dificuldade para encontrar trabalho e conseguiu apenas duas diárias durante o ano. Sua renda familiar *per capita* é de até R\$105,00. A principal fonte de renda da família, atualmente, é o auxílio governamental. Não possui certificados de cursos profissionalizantes.

- Participante M - Sexo masculino, faixa etária de 18 a 20 anos de idade, declara-se negro, solteiro, não tem filhos. Seu grau de instrução é o médio completo. Está estudando, agora, num curso técnico profissionalizante. Sua posição na família é como filho. Convive com quatro pessoas no domicílio. Trabalha com carteira assinada. A renda *per capita* de sua família é de ½ salário mínimo. A principal fonte de renda da família, atualmente, é a pensão que o pai recebe.
- Participante N - Sexo masculino, faixa etária entre 41 a 50 anos de idade, declara-se pardo, casado, tem de três a cinco filhos. Seu grau de instrução é o médio incompleto. Não estuda atualmente. É chefe da família. Convive no domicílio com a mulher e com dois filhos. Trabalha como auxiliar de serviços administrativos. Tem experiências diversas de trabalho. Sua renda familiar *per capita* é na faixa de R\$210,01 até 1/2 salário mínimo. A principal fonte de renda da família, na atualidade, é fruto do seu trabalho. Não recebe auxílio governamental. Possui certificados de cursos profissionalizantes.
- Participante O - Sexo masculino, faixa etária entre 31 a 40 anos de idade, intitula-se negro, casado, tem de um a dois filhos. Seu grau de instrução é o fundamental completo. Hoje, não estuda. É chefe da família. Convive no domicílio com a mulher e com o filho. Trabalha por conta própria como borracheiro. Tem experiências variadas de trabalho. Já trabalhou com carteira assinada. Sua renda familiar *per capita* situa-se na faixa de R\$105,01 a R\$210,00. A principal fonte de renda da família, no presente, é fruto do seu trabalho. Recebe auxílio governamental. Não possui certificados de cursos profissionalizantes.
- Participante P - Sexo feminino, faixa etária entre 21 a 30 anos de idade, declara-se parda, solteira, não tem filhos. Seu grau de instrução é o médio completo. Não estuda atualmente. É chefe de sua família. Convive no domicílio com uma pessoa. Trabalha por conta própria como comerciante. Sua renda familiar *per capita* situa-se na faixa de R\$105,01 a R\$210,00. A principal fonte

de renda da família, nos dias de hoje, é fruto do trabalho. Recebe auxílio do governo. Não possui certificados de cursos profissionalizantes.

- Participante Q - Sexo feminino, faixa etária entre 21 a 30 anos de idade. Anuncia-se negra, solteira, tem entre um a dois filhos. Seu grau de instrução é o médio completo. É chefe de sua família. Convive no domicílio com uma pessoa. Trabalha por conta própria como comerciante. Não está estudando. Sua renda familiar *per capita* situa-se na faixa de R\$105,01 a R\$210,00. A principal fonte de renda da família, no presente, é fruto do trabalho. Recebe auxílio do governo. Não possui certificados de cursos profissionalizantes.
- Participante R - Sexo masculino, faixa etária entre 31 a 40 anos de idade, É pardo, convive, consensualmente, com uma pessoa, tem entre um a dois filhos. Seu grau de instrução é o superior incompleto. No presente, não estuda. É chefe de sua família. Convive no domicílio com três pessoas – mulher e filhos. Trabalha por conta própria como músico e comerciante. Sua renda familiar *per capita* situa-se na faixa de R\$ 210,01 a ½ salário mínimo. A principal fonte de renda da família, atualmente, é fruto do trabalho. Não recebe auxílio do governo. Possui certificados de cursos profissionalizantes.

Uma vez caracterizado o perfil dos participantes da pesquisa, a partir deste ponto, discutem-se as principais atividades desenvolvidas pelos sujeitos entrevistados durante a infância e a adolescência

Percebe-se, a partir dos dados tabulados na Tabela 8, que foram citados três vocábulos lexicais pelos 18 participantes da pesquisa, indicativos de suas atividades, quais sejam: brincar, estudar e trabalhar. Ao se considerar a ordem das atividades encontradas nas falas, verificou-se que estudar foi a primeira enunciada por sete participantes, trabalhar por outros sete e brincar pelos demais, ou seja, por quatro respondentes. Em seguida, como segunda atividade que surge na fala, verificou-se que estudar foi identificada por seis sujeitos e brincar e trabalhar por outros três cada. Por último, na terceira posição, aparecem os termos estudar e trabalhar, uma vez cada. Assim, em termos totais, o vocábulo estudar apareceu 14 vezes; trabalhar, 11 vezes; e brincar, sete vezes (Tabela 8).

Tabela 8 - Principais atividades desenvolvidas durante a infância e a adolescência -

2022

Ordem	Participantes/ Sujeitos	Ordem das atividades na fala			Trabalho infantil ²³
		1º	2º	3º	
1	A	Estudar			Não
2	B	Brincar	Estudar		Não
3	C	Trabalhar	Estudar		Sim
4	D	Estudar	Brincar	Trabalhar	Sim
5	E	Estudar	Brincar		Não
6	F	Trabalhar			Sim
7	G	Trabalhar	Estudar		Sim
8	H	Estudar	Brincar		Não
9	I	Trabalhar			Sim
10	J	Brincar	Estudar		Não
11	K	Estudar	Trabalhar		Sim
12	L	Trabalhar			Sim
13	M	Brincar	Estudar		Não
14	N	Trabalhar			Sim
15	O	Brincar	Trabalhar	Estudar	Sim
16	P	Estudar	Trabalhar		Sim
17	Q	Estudar			Não
18	R	Trabalhar	Estudar		Sim
Total de repetições das palavras/atividades, segundo a ordem na fala dos 18 sujeitos					
	Atividade	1º	2º	3º	Total
	Brincar	4	3	-	7
	Estudar	7	6	1	14
	Trabalhar	7	3	1	11
	Total	18	12	2	-

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa de campo.

Depreende-se deste resultado um ponto relevante para a formação social vigente, relacionado às ideias ligadas às atividades que crianças e adolescentes “devem” e aquelas que “não devem” realizar. Concepção prevista na legislação, portanto, institucionalizada. Trata-se do trabalho infantil, atividade condenada no Brasil e por organismos internacionais, como a OIT/ONU, que foi uma realidade experienciada por 11 sujeitos participantes da pesquisa. Sabe-se que o trabalho infantil tem reflexos sociais dramáticos sobre a vida de quem o praticou, como dificuldade de estudar, por exemplo. Problema que tende a ampliar a dificuldade de

²³ Conforme o Tribunal Superior do Trabalho (TST) (2016, p. 3), “É considerado trabalho infantil, no Brasil, aquele realizado por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, a não ser na condição de aprendiz, quando a idade mínima permitida passa a ser de 14 (catorze) anos. É obrigatório, no entanto, o ensino (educação básica) dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete anos), de acordo com o artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil e artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Desta forma, o conceito de trabalho infantil merece ser redimensionado para compatibilizar-se com a previsão de que a idade mínima para o trabalho não poderá ser inferior à de conclusão da escolaridade compulsória (artigos 1º e 2º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil).”

Quando o trabalho é doméstico, a idade mínima para se trabalhar passa a ser de 18 anos. “[...] Assim, todo trabalho doméstico realizado antes dessa idade será considerado infantil.” (TST, 2016, p. 3)

acesso da pessoa a um trabalho formal, seguro, em sua fase adulta, como é o caso de nove das 11 que foram submetidas a ele.

Importante enaltecer que o drama do trabalho infantil experienciado pelos participantes da pesquisa é mais bem compreendido pelo leitor a partir de suas próprias falas. Assim, vale expor as falas dos participantes C, D, F, I, N e R, uma vez que foram aquelas que mais chamaram a atenção do pesquisador sobre o assunto. Ei-las:

A entrevistada C relata que, em função da condição de pobreza familiar, precisou trabalhar logo cedo para ajudar financeiramente à sua mãe, única responsável pela família. Por um lado, ela diz se sentir bem por ter ajudado sua genitora, nesse sentido, contudo entende que tal atividade foi prejudicial para a sua vida, pois a privou do direito de brincar e de estudar, fato que reverberou, negativamente, sobre a sua atual condição de trabalho. Observa-se sua fala emocionada:

Na minha infância, com 12 anos, eu já fui trabalhar nas cozinhas dos outros pra ajudar minha mãe, porque minha mãe, ela ficou sozinha, né? Com a gente. E aí, eu estudava um horário, estudava meio dia, no caso da parte da tarde. Eu trabalhava de manhã, do trabalho mesmo eu ia pra escola. E quando eu chegava da escola, eu ia pra casa pra ajudar minha mãe. Então, eu não tive assim a oportunidade de brincar, entendeu? Eu não tive essa oportunidade de... que nem eu digo aos meus filhos hoje, hoje minha filha vai, tem boneca, brinca essas coisas. Então, eu não tive esse privilégio. Minha vida sempre foi trabalhar desde pequena. Então desde meus 12 anos que eu ia nesse roteiro. Então, eu já cresci assim [...] É, tendo o contato mais próximo ao trabalho. É isso, de que eu não tive infância pra dar [...] criança tem que ter o momento de brincar. Então, eu não tive esse momento. [...] Assim, eu me sentia assim, bem, porque eu ajudava minha mãe, entendeu? Mas assim, e me sinto meio assim, porque eu não tive a minha infância. Entendeu? Não tive a minha infância de poder brincar, de poder estudar [...] (Entrevistada C, 08/06/2022, 00:07:38 a 00:08:58)

A entrevistada D informou que brincava e estudava durante a sua infância, no entanto, a partir dos 13 anos teve de trabalhar e não pôde mais realizar aquelas atividades infantis. Na concepção da mesma,

Durante a adolescência eu já comecei a trabalhar. Comecei a trabalhar no meu primeiro emprego como doméstica. Eu tinha 13 anos e recebia 50 reais por mês. Folgava de 15 em 15. (Entrevistada D, 09/06/2022, 00:09:33 a 00:09:46)

Inquirida sobre seu sentimento em relação a esse tipo de atividade, a entrevistada declarou que não se sentia bem e se incomodava muito com os motivos

pelos quais ela foi exposta à situação de exploração de trabalho infantil, revelando, a partir da sua fala, que sua trajetória de vida foi marcada por múltiplas formas de violência. Observa-se, a seguir, como ela se expressa sobre o assunto:

Não, porque, assim, na minha concepção, até hoje, na idade que eu tinha de 13 anos, não era para eu trabalhar, era apenas para me preocupar com meu estudo. Porém, por trás disso, teve outros fatores. Foi isso que fez com que minha mãe arrumasse um emprego para mim. Para me tirar de casa, e diminuir os problemas dentro de casa. Aí assim, eu não acho que foi normal, que eu gostei, não. [...] [Não foi uma questão de natureza financeira] Não, a financeira dava. Porque minha mãe toda a vida trabalhou como doméstica. A financeira dava, a questão era o convívio. Minha mãe morava com um rapaz, e esse rapaz começava a me bater, todos os dias eu apanhava dele, até quando ele tentou, não o estupro, porém, deixa eu ver qual é a palavra que agora eu posso dar a mente. [...] Isso, é uma violência sexual, mas não com ato, entendeu? E por isso, eu começava a responder ele, eu começava a bater de frente. Minha mãe acabou assim, tem, por esse motivo, minha mãe preferiu arrumar um emprego para mim, para que eu saísse de casa, para amenizar a situação, porque ela não queria me deixar desamparada, aparentemente, ela não queria deixar o marido. Então, foi a melhor forma que ela encontrou, foi essa, e arrumou emprego para mim com 13 anos. (Entrevistada D, 09/06/2022, 00:10:06 a 00:11:36)

Já a entrevistada F ressalta que hoje, como mãe, não permite que seus filhos passem pela mesma situação que ela viveu, compreendendo que sua atual situação de vida e de trabalho é consequência da sua trajetória de vida na infância e na adolescência. Então, tem-se o que ela verbalizou, revoltada:

[...] Na verdade eu nunca tive infância, foi só trabalhar. [...] Eu vendia beiju molhado, né? Eu vendia. Não tinha tempo para brincar. E, também, trabalhava com minha tia na feira, como feirante. [...] Estudava, mas era aquela coisa, né? Faltava mais do que ia para a escola, né? Porque tinha que trabalhar.

[...] Eu lhe digo que falta, hoje eu sou mãe, eu sei, porque eu nunca tive uma mãe de verdade, né? Porque se eu tivesse uma mãe de verdade, ela não faria aquilo que ela fez comigo na minha infância. Verdadeiramente eu perdi minha infância. E quando a gente perde, a infância da gente é uma base, né? E eu perdi. Hoje, eu não daria isso para os meus filhos. Eu daria o quê para os meus filhos? A prioridade que eles estudassem. Como eu dou, né? Eu tenho um adolescente de [...] anos e ele estava falando, mãe, eu quero trabalhar para ter meu dinheiro. Eu disse, não, eu quero que você estude. (Entrevistada F, 10/06/2022, 00:08:09 a 00:09:40).

Ela declara, enfaticamente, que foi exposta a uma situação traumática. Não se sentia bem com a obrigação de ter de trabalhar e de não poder brincar, nem estudar, como seria o seu direito.

Não, não me sentia bem, não. Eu me sentia e até hoje eu trago esse trauma. A pior pessoa. Eu me sentia isso. Por isso, que até hoje eu carrego esse trauma, porque eu vi as crianças brincando, eu vi as crianças irem para a

escola e eu tinha que estar fazendo... Trabalhando. Entendeu? Eu não me sentia bem, não (Entrevistada F, 10/06/2022, 00:10:35 a 00:10:58).

Para a entrevistada I, a ausência de amor da mãe e de outros familiares forçou a sua saída de casa para trabalhar como babá e fazer outros serviços domésticos, quando ela ainda era criança. Ela não se sentia bem e protegida na casa de sua família. Eis o seu sensível relato:

Aí eu não tive adolescência assim de brincar, de me divertir não. O serviço foi trabalho e trabalho. Não tinha condições de estudar. Não, não tinha. E também porque eu vim de uma família que não era comum... assim, não tem mãe que coloca filho no mundo sem querer? Então era assim. Foi assim comigo, né? Ela não se sentia bem comigo. Aí pra ela era como se eu não existisse, né? Aí eu trabalhava. Minha vida era mais trabalhar, viver no mundo. Ela não se incomodou comigo. Aí eu trabalhava mais porque eu me sentia mais melhor fora de casa (Entrevistada I, 18/06/2022, 00:10:18 a 00:11:05).

O entrevistado N citou que viver na pobreza e ter apenas a sua mãe como mantenedora da família foi o que o levou a trabalhar na infância, com dez anos apenas. Ele entendia, desde cedo, que tinha de trabalhar para ajudar à sua mãe.

Então, a minha infância foi uma infância meio muito complicada, sofrida por conta da separação de pais, então eu tinha que definir se estudava, apesar de pouca idade, eu tinha que definir se estudava ou se trabalhava. Então, na época eu tive que definir que teria que trabalhar para poder ajudar minha mãe, por ser mãe solteira e aí eu tinha que ajudar na parte da alimentação. [...] Eu comecei a trabalhar com 10 anos de idade. Aí vem até hoje na minha mente eu bem magrinho, desnutrido por conta da questão financeira, que não tinha alimentação adequada, com uma caixa de sapato e uma caixa de geladinho. Aproveitar o momento de engraxar e o cliente comprar o geladinho para complementar a renda. O calçadão da João Pessoa, na época o calçadão era muito bem frequentado e a ideia foi essa, trabalhar para poder ajudar minha mãe, a criar meus irmãos. (Entrevistado N, 25/06/2022, 00:01:36 a 00:02:56)

O entrevistado R também trabalhou durante a sua infância e adolescência, e diz que não se arrepende, porque ajudava financeiramente a sua mãe, e que se sente honrado por isso. Ele e seu irmão lavavam carro e pegavam carreto nas feiras livres e mercados de Aracaju. Ele trabalhava pela manhã e estudava, à tarde. Nessa época, morava numa área de baixa renda, periférica do município de Nossa Senhora do Socorro, que integra a RMA:

Na verdade, eu pegava carreto pela manhã e estudava à tarde. Eu pegava só até 11:00. Aí, lá no mercado mesmo eu tomava banho. Já levava a roupa e material lá pro local. E, de lá mesmo, ia pra escola. Eu, graças à Deus ...

Eu não tive infância pra brincar, sabe. Minha infância foi trabalhando mesmo. E eu todo dia tinha meu dinheirinho. Eu levava frutas, verduras ... pra mim, minha mãe e meus irmãos. Entendeu? ... (Entrevistado R, 05/07/2022, 00:10:32 a 00:11:33)

Diante do exposto, nota-se, em todos os relatos, que as suas experiências laborais têm características de trabalho precário, o que acentua a gravidade da exposição ao trabalho infantil.

Pôde-se identificar percepções distintas sobre a experiência ligada ao trabalho infantil. Há quem a associa a um fato causador de trauma, que foi imposto sob pressão da própria família. Há quem a veja como uma necessidade imposta pela situação financeira familiar e que, mesmo sendo criança ou adolescente, não podia deixar de ajudar, principalmente nos casos de filhos de mães solas. Nesta última situação, percebem-se, inclusive, casos de ideias com forte ligação à religiosidade, enraizada na cultura secular de que o trabalho é honradez e de que o sustento tem de vir do suor do rosto.

No entanto, diante do quadro geral apresentado, os dados revelam que o trabalho infantil tende a comprometer a situação de trabalho futura de quem o vivenciou. Principalmente, quando ele toma grande parte do tempo da criança ou do adolescente e se realiza de forma precária, o que se reconhece nas falas dos sujeitos entrevistados, sintetizadas no Quadro 3. O entrevistado N, por exemplo, é empregado com carteira assinada, mas tem dificuldade para conquistar uma função melhor, com maior remuneração, segundo ele, porque não tem o ensino médio completo.

Quadro 3 – Exposição ao trabalho infantil na infância e na adolescência e situação de trabalho futura

Ordem	Participantes/ Sujeitos	Trabalho infantil	Trabalho desprotegido socialmente na fase adulta
1	A	Não	Não
2	B	Não	Sim
3	C	Sim	Sim
4	D	Sim	Sim
5	E	Não	Sim
6	F	Sim	Sim
7	G	Sim	Sim
8	H	Não	Sim
9	I	Sim	Sim
10	J	Não	Sim
11	K	Sim	Não
12	L	Sim	Sim
13	M	Não	Não
14	N	Sim	Não

Ordem	Participantes/ Sujeitos	Trabalho infantil	Trabalho desprotegido socialmente na fase adulta
15	O	Sim	Sim
16	P	Sim	Sim
17	Q	Não	Sim
18	R	Sim	Sim

Fonte: elaborado com base nos dados de campo.

Nota-se também que cinco sujeitos que não foram expostos ao trabalho infantil também conviveram ou já experienciaram o drama do trabalho desprotegido socialmente ou estão, no momento atual, desempregados. Fato este que estreita relação com seu grau de instrução, estado de saúde, situação familiar e/ou com a relação entre morar e trabalhar, tal como discutir-se-á nas próximas subseções da Tese.

7.2 A RELAÇÃO ENTRE MORAR E TRABALHAR NO CONTEXTO ESTUDADO

No capítulo antecedente, verificou-se, a partir da pesquisa documental e dos dados do CadÚnico, que expressiva parcela da população moradora no bairro 17 de Março vive numa situação dramática, ligada às condições materiais de sobrevivência, embora vivam, hoje, numa habitação de qualidade relativa superior à que tinham no seu passado. Neste ponto, é importante sintetizar que desemprego, informalidade e baixíssima renda, em níveis tipificados pelo Governo Federal, como de pobreza ou de extrema pobreza, são aspectos preponderantes nesta área de Aracaju.

À primeira vista, fato que foi exposto naquele capítulo, o baixo grau de escolaridade do trabalhador revela-se como um fator de importante relevância para explicar esta situação, partindo-se do ponto de vista de que, no mercado de trabalho, exige-se um trabalhador mais bem preparado, tanto em termos de instrução, quanto de qualificação profissional. No entanto, este aspecto da força de trabalho que vive neste lugar não é o único fator que define o seu alto nível de desemprego e de informalidade laboral. Assim, nesta seção da tese, esclarece-se mais essa realidade, levantando-se outros fatores que ajudam a explicá-la.

No caminhar da pesquisa e da análise dos dados de campo, identificaram-se forte relação entre o local de moradia e a elevada dificuldade de acesso a direitos básicos, como trabalho, transporte, educação, segurança, saúde e alimentação dignos. Salienta-se que as mulheres são quem mais se sentem afetadas pela

deficiência de serviços públicos na área. Observa-se o que dizem os entrevistados A, C, N e P, por exemplo:

A Entrevistada A cita como principais problemas existentes no bairro a dificuldade para estudar por não ter vagas disponíveis na localidade, a precariedade do transporte público, a falta de creche e a segurança deficiente. Os cursos de capacitação oferecidos pelo Poder Público para a comunidade são básicos, em sua percepção, e estão aquém das exigências do mercado de trabalho. Isso é indicado na sua fala:

[...] Outra é também, né, as dificuldades de ensino, a volta para casa, transporte público, transporte coletivo é muito complicado, principalmente à noite, é muito complicado, né. As ofertas também de vagas em creches para quem é mãe e tem filhos menores, porque ou você trabalha ou você estuda, você paga ambos para ficar com suas filhas e o salário não dá. Então, é complicado, principalmente para uma mulher, para as mulheres, sejam mais, mais dificuldade do que os homens, porque filhos ficam com as mulheres, né? Homem não. Então, pra o homem é ... acredito que seja mais fácil. É difícil você ver até um assalto a homens é mais em mulheres, né? E quando é à noite é mais complicado. Quando se tem filho, sem oferta de vagas em creche, mais complicado ainda, né? E os cursos, porque sempre são ofertados aqueles cursos que é o básico do básico, né? Cursos hoje que quase todo mundo tem, né? Tem que ter aquele diferencial. (Entrevistada A, 07/06/2022, 00:20:00 a 00:21:29)

Nestes dizeres, muito além de aspectos estruturais e de serviços disponíveis para moradores do bairro, revelam-se, ainda, aspectos ligados à ideologia patriarcal, a qual é muito presente na sociedade brasileira, salientando-se a ideia da responsabilidade da mulher de cuidar dos filhos, o que se traduz em sobrecarga da jornada de trabalho. Evidencia-se, também, a problemática da violência sexual, na qual a mulher é mais afetada pela falta de infraestrutura de transporte e de segurança. O medo de voltar para casa à noite é manifesto e inequívoco.

Para a entrevistada C, o transporte público é o principal problema estrutural encontrado por quem mora no bairro. Pondera a mesma:

[...] morar aqui e se deslocar para trabalhar em outro lugar é péssimo. Ônibus, meu Deus do céu, aqui é horrível. No Santa Maria, lá tem ônibus toda hora, mas no 17, se eu não me engano, acho que é de meia hora ou uma hora de relógio. É horrível, não tem ônibus suficiente. É um por zona sul e outro por DIA²⁴. É horrível. Aqui, ônibus. Aqui estava precisando mais ônibus. Aqui é horrível, horrível. Para se destacar daqui, para trabalhar em outro lugar, meu Deus do céu, você tem que sair de madrugada cedo. (Entrevistada C, 08/06/2022, 00:35:03 a 00:36:13)

²⁴ Distrito Industrial de Aracaju

O Entrevistado N cita, como principal problema estrutural enfrentado por moradores do 17 de Março, a deficiência do transporte público, tanto no tocante à quantidade, como quanto à qualidade desse serviço, reforçando tal situação indesejada. Em sua fala. Percebe-se como e quanto tal problema se reflete no trabalhador e na relação deste com o seu empregador.

Transporte urbano... É horrível! Pra você conseguir chegar no seu trabalho. Você que depende de ônibus, você tem que caminhar mais de 2 quilômetros. Os que você consegue aqui, são horários... São de 1 em 1 hora que eles têm o ônibus aqui. Aí o cara que chega no trabalho às 7 horas, ele tem que sair daqui no mínimo 5:30 pra poder chegar no trabalho. A reclamação maior é essa. É que você não... O ônibus é horrível. São os velhos. Os piores dos piores jogam pra cá. É porque tudo isso é sério na sua vida. Você passa um tempão ali. Vai aquele barulho. Você chega cansado no trabalho. Tudo isso você está passando. Além de você estar esperando e às vezes não vem, às vezes atrasa. Aí você tem que dar uma satisfação na empresa que você trabalha. Às vezes você chega atrasado e tem que ser descontado alguma coisa. (Entrevistado N, 25/06/2022, 01:19:31 a 01:20:56).

Para a Entrevistada P, corroborando com outros tantos pesquisados, o principal problema enfrentado por moradores do bairro é o transporte público. Ela salienta que não sente tanto os efeitos de tal problema porque possui uma moto.

Na minha área não tem muita dificuldade porque, graças a Deus, Deus me abençoou com uma moto. Mas, aqui é tudo complicado. Você já viu quantas horas passa um ônibus aí? Uma hora, uma hora e meia, pra você pegar um ônibus pra sair daqui. É complicado! Aqui dentro, né? Então, para o Santa Maria é melhor, né? Então, se você perder o ônibus, vai ter que ir lá para o Santa Maria, ou subir aqui para o ônibus lá, lá para cima. (Entrevistada P, 28/06/2022, 00:33:15 a 00:33:50)

Os entrevistados N e P possuem motocicletas. Condição patrimonial de destaque no bairro, pois se trata de um bem desejado, mas, pouco acessível para a maioria dos moradores do local, consoante relato desses entrevistados, de servidoras do CRAS e de lideranças que ali residem. Aliás, ter uma bicicleta para ir ao trabalho e realizar outras atividades já é considerada uma condição diferenciada. Estes bens lhes dão certa liberdade, autonomia e economia, em destaque, a bicicleta. Outro meio de transporte bem presente no bairro são as carroças puxadas por animais. Interessante relatar, em relação a este quesito, que é comum se ver tais animais pastando nas praças da localidade.

Diante do exposto, é importante ressaltar que da relação entre as categorias morar e trabalhar foram revelados fatores que afetam a concorrência no mercado de

trabalho em desfavor de quem mora nesta área da periferia de Aracaju, carente de serviços públicos, privados de melhor qualidade relativa, em confronto àqueles que são ofertados em áreas centrais da cidade. Neste sentido, têm-se, principalmente, os que afetam as atividades dos trabalhadores e a sua reprodução, tais como transporte público eficiente, segurança, disponibilidade suficiente de vagas em creches e escolas, cursos de qualificação adequados à demanda do mercado. em conformidade com os interesses dos beneficiários, entre outros, o que, facilmente, se percebe nas falas dos participantes da pesquisa.

Saliente-se que tal situação é típica para quem mora em áreas de baixa renda da periferia urbana no Brasil, o que revelou um recente estudo de Pereira et al (2020). Comprovou-se que moradores dessas áreas são afetados, de forma aguda, pela falta de transporte eficiente e de acesso às oportunidades econômicas e de serviços básicos. Esta situação tem como tendência o agravamento da pobreza e das desigualdades socioespaciais, fato denunciado nos estudos recentes de Marson (2018) e da OCDE (2018).

Em linha com as conclusões de Pereira et al (2020), Betim (2020) ressalta o quão mais difícil é a contratação de trabalhadores que moram nas periferias de baixa renda. Sua investigação tomou como base entrevistas realizadas com pessoas em condições diferentes de localização geográfica e, conseqüentemente, de acessibilidade assimétrica a transporte público eficiente e a outros serviços básicos.

Vale expor que esta realidade é denunciada, há décadas, em diversos estudos, como se percebe nas publicações de Maricato (2015), Santos (2013), Carlos, Alves e Padua (2017), entre outros pesquisadores. Trata-se de uma das manifestações da injustiça social no país, relacionada às desigualdades socioespaciais, que são ligadas aos processos de crescimento urbano no contexto do desenvolvimento/crise do capitalismo contemporâneo e da disputa de classes da sua formação social.

Importante explicar, quanto à situação, que o discurso liberal enfatiza a importância da meritocracia no processo de concorrência no mercado de trabalho. Por conseguinte, isso torna opaca a visão de que há grande disparidade de condições de competição entre trabalhadores de áreas centrais da cidade e entre aqueles que têm dificuldade de acesso ou de moradia nestes espaços. Destaca-se que, para ser competitivo neste mercado, é preciso que o trabalhador tenha fácil mobilidade urbana, segurança, adequadas formações educacional e profissional, saúde, seja bem nutrido e produtivo, por exemplo. Neste sentido, evidencia-se a injustiça social que a

segregação socioespacial promove, impondo limites aos trabalhadores que moram no bairro 17 de Março para além daqueles ligados a fatores meritocráticos, como o nível de instrução e de qualificação profissional. Ineficiência do sistema de transporte urbano, por exemplo, é um fator extrínseco ao trabalhador e independe de seus esforços.

Ao se falar no nível de instrução e de qualificação profissional, considerados como fatores relevantes para a inserção no mercado de trabalho, uma vez que se constituem em impeditivos ao acesso quando são baixos, é possível afirmar, diante do exposto, que pessoas submetidas ao trabalho infantil, devido às condições de miséria por que passavam, podem ter as mesmas condições de preparação para competir no mercado de trabalho que aquelas que tiveram tempo para estudar e brincar durante a sua infância e adolescência? É óbvio que não!

Em complemento ao exposto, a pesquisa revelou que o endereço, na perspectiva do imaginário popular, historicamente criado em relação ao bairro, principalmente para quem mora fora dele, eleva a dificuldade de acesso ao trabalho formal digno para os seus moradores. Essa problemática deve-se à história da ocupação do bairro. Por isso, segundo participantes da pesquisa, não é raro pessoas da área utilizarem endereços de parentes em seus currículos. Tais endereços correspondem a áreas de Aracaju que não carregam estigmas, geralmente imputados às de baixa renda, ligados à violência e à desconfiança em relação ao caráter de seus moradores. Visão preconceituosa, provocadora de indignação aos entrevistados. Observe-se, como exemplos, as falas, neste sentido, dos entrevistados H, C, O e D:

Tem gente que quando sabe que a pessoa é do Santa Maria ou 17 de março, já olha com aquele jeito, sabe?... Porque no começo, agora não, tá mais calmo, graças a Deus! No bairro de Santa Maria e 17 de março ... eles tinham muita violência, criminalidade. Então, o pessoal olhava com um olhar que achava assim ..., tipo, teve uma morte, todo mundo ali é vagabundo, todo mundo é suspeito, então, tinha muito isso no começo. [...] tinha muito assalto a taxista. Às vezes vinham, muitos não voltavam, morriam da comunidade. O pessoal aprontava muito. E quem pagava era a comunidade ... O pessoal hoje, assim, já mudou mais um pouco, sabe. Não mudou totalmente, mas, mudou mais um pouco. Mas, o pessoal sempre olha com aquele olhar: Não sei não. Você é do 17 de Março, Santa Maria, pô! Já olha com um olhar já discriminado. (Entrevistada H, 14/06/2022, 00:35:10 a 00:37:00)

Então, quer dizer, tem a oportunidade de botar a gente daqui, mas pelo fato, eu penso assim, pelo fato de vocês aqui acham que a gente não tem um bom caráter. E a gente, entendeu? Tem um bom caráter, tem que ver, não é todo mundo. Existe esse preconceito. (Entrevistada C, 08/06/2022, 00:39:59 a 00:40:20)

Hoje não é tanto, mas ainda existe lugar que quando você põe no currículo, Santa Maria, 17 de março, praticamente o seu currículo não vai nem pra pilha de análise. Não vai nem pra pilha, é amassar, descartar e jogar de fora. Infelizmente, é assim que acontece. (Entrevistado O, 25/06/2022, 00:26:32 a 00:26:49)

Meus currículos não têm endereço daqui. É o endereço da minha mãe lá no Jardim Setenário. Jardim Setenário é malvisto, é. Mas, comparado à Santa Maria e 17, o Jardim Setenário é o céu, é o paraíso. Entendeu? Então, não é legal não, usar o 17 e o Santa Maria como... (Entrevistada D, 08/06/2022, 00:34:41 a 00:34:54)

O sentimento em relação ao preconceito é bem percebido na fala do entrevistado O. Ele sustenta que a forma como a mídia opera intensifica o preconceito em relação aos moradores do bairro. Revoltado e indignado, assevera:

Aqui é incrível, quando eles não têm o que fazer ... quando aqui passa, vamos dizer assim, se passar 30 dias sem termos homicídio, eles põem: 17 de março, 30 dias sem homicídio... Eu acho isso um descaramento. Eu acho um absurdo. Poxa, é pra ter homicídio direto só porque é periferia? Que é isso? É bicho que vive aqui? É o que eles botam na primeira página... Isso aí machuca pra caramba! Isso é cható! Isso aí quer que não, estão nos desrespeitando, estão com preconceito, discriminação contra nós. (Entrevistado O, 25/06/2022, 00:27:02 a 00:27:40)

Traz-se, aqui, à baila o entendimento de Rodrigues (2018, p. 1944) a respeito da lógica de estigmatização territorial e cidade simbolicamente dividida. Para este autor, essa lógica é:

[...] a lógica da divisão, de pessoas e territórios [...]. Parte da cidade é tida como nobre, respeitável, lugar bom pra se viver e parte dela é segregada, tida como violenta, precária, perigosa, sendo que tais divisões chegam também às pessoas. Residir em tal lugar é atestar para os demais as condições de sua identidade, tal como se lugar e pessoa fossem uma coisa só. Fato é que, ambos se dividem partindo de marcadores simbólico-discursivos e sociais.

Longo (2012, p. 2), em seu artigo que trata do estigma dos três Ps: pobre, preto da periferia, faz uma necessária reflexão que segue em linha com a discussão aqui realizada, ou seja:

O imaginário social das periferias de São Paulo apresenta um misto de indignação pelas condições de precariedade da infra-estrutura local e de desconfiança da população que lá vive. Ser pobre, viver na pobreza, mesmo implicando esporadicamente o sentimento de “caridade” cristã, numa sociedade de classes, prevalece o discurso liberal da responsabilidade do indivíduo pelo seu destino, no qual o pobre carrega o estigma da incapacidade de se auto-sustentar e da propensão à marginalidade.

Assim, esse tipo de estigma está enraizado na formação social e urbana brasileira. O que se manifesta em relação ao bairro 17 de Março e ao Santa Maria, evidenciado nas falas de entrevistados aqui apresentadas, é um dos exemplos bem claro quanto à questão.

Realça-se que a percepção de preconceito, que vem do estigma que o bairro carrega, foi manifestada por entrevistados com graus de instrução diferentes, homens e mulheres, empregados, desempregados e trabalhadores por conta própria, informais. Não houve visão diferenciada a este respeito. Importante ressaltar que essas pessoas declararam que parentes e amigos com mesmo nível de formação escolar, que moram em outros endereços da cidade, têm menor dificuldade para acessar trabalho formal ou informal.

Não obstante o enfrentamento dessa realidade perversa, entrevistados demonstram estar otimistas com vistas ao futuro do seu trabalho, esboçando esperança numa vida com menos agruras. A fala da entrevistada C, a seguir, expressa um dos exemplos mais marcantes e, talvez, chocantes, sentido:

Hoje em dia, depois de mãe de três filhos, eu voltei a estudar, tô tentando conseguir terminar meus estudos, porque eu penso numa coisa melhor. Eu penso em terminar meus estudos, eu penso em fazer uma faculdade, entendeu? E eu sempre pensei assim, teve gente que disse, ah, não é possível, você não vai conseguir, eu digo, eu não sou melhor nem pior do que ninguém. E eu vou conseguir, e eu tenho fé em ter conseguido, porque meu objetivo é esse, de estudar, fazer uma faculdade e arrumar emprego melhor, não quero ir mais pra cozinha dos outros. É uma humilhação triste! (Entrevistada C, 08/06/2022, 00:10:20 a 00:10:54).

Desse modo, percebe-se aqui a manifestação do discurso de igualdade de oportunidade (“[...] eu não sou melhor nem pior do que ninguém”), de mérito (“[...] E eu vou conseguir, e eu tenho fé em ter conseguido, porque meu objetivo é esse, de estudar, fazer uma faculdade e arrumar emprego melhor[...]”), de liberdade de escolha (“[...] não quero ir mais pra cozinha dos outros [...]"). Discursos, como se sabe, vinculados à ideologia hegemônica - neoliberal.

No entanto, ponderam que mudanças substantivas de suas condições de vida e de trabalho dependem de mudança de concepção dos empregadores sobre os trabalhadores do bairro, atualmente baseada numa visão preconceituosa. Isso é observado na fala da Entrevistada A, ou melhor, seu sentimento em relação ao preconceito que sentiu durante um processo de seleção de trabalho:

*[...] Aí quando você fala:
 – ah, é no 17 de março.
 – E onde fica o 17 de março?
 – Ah, fica dentro do complexo do Santa Maria.
 Aí já olham assim ...
 – Lá é perigoso, né?
 Sabe, aí sempre tem isso. [...] Não tem que abranger tudo por causa do nome do bairro. E quem mora em outros bairros também tem pessoas boas, tem pessoas ruins. Mas não são assim, não são olhadas dessa forma no mercado de trabalho. (Entrevistada A, 07/06/2022, 00:35:23 a 00:36:03)*

Dependem também da ajuda do Estado ou de parentes e, ainda, de amigos que têm melhores condições de vida ou contatos que possam influenciar no acesso às oportunidades de trabalho. Neste sentido, podem-se citar os seguintes dizeres das Entrevistadas A e C, por exemplo.

Para a Entrevistada A,

*A melhora da condição de trabalho depende de ambos, né? De mim, em querer melhorar cada dia. E sim também da empresa, em querer ofertar um cargo maior, um processo seletivo para aqueles colaboradores já dentro e outras vagas para os que estão fora. Eu imagino isso, né?
 E também do poder público, claro. Pra quem está desempregado, né? E ter outras oportunidades. Porque ainda é carente, e num bairro de periferia é mais carente ainda. (Entrevistada A, 07/06/2022, 00:21:48 a 00:22:39)*

Para a Entrevistada C,

*Acho que é governo, né? Esses negócios, né? De liberar para aqui essas oportunidades. É, dar mais oportunidade para o povo daqui. [...].
 Resumindo, na verdade, para trabalhar é só se você tiver um conhecimento. Aí você consegue, mas se você não tiver, enfim, consegue não. Não consegue de jeito nenhum. [...]
 (Entrevistada C, 00:39:59 a 00:40:14).*

Diante do exposto, compreende-se que a relação entre morar e trabalhar, no contexto experienciado pelos participantes do presente estudo, desfavorece a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Logo, há grave desigualdade de condições de competição que impacta, severamente, os sujeitos que dispõem apenas da sua força de trabalho para obter o sustento de suas vidas e de suas famílias e que moram distantes das áreas da cidade mais bem servidas dos serviços públicos e privados. Local onde se encontram, também, mais e melhores opções de trabalho e de geração de renda.

Assim, uma vez que tais áreas são tratadas pela formação social vigente como bens caros, elas são inacessíveis aos pobres (MARICATO, 2015; CARLOS; ALVES;

PADUA, 2017). Neste sentido, o círculo vicioso que retroalimenta a desigualdade, a exclusão, a pobreza e a injustiça social que afeta multidões de trabalhadores está no cerne da formação social capitalista.

Neste ponto, salienta-se, conforme discutido no capítulo 4 deste documento, que a relação entre morar e trabalhar está ligada a um processo injusto socialmente. Ela tem a ver com a capacidade que cada trabalhador tem de acessar os serviços que a cidade oferece, de exercer plenamente o gozo de direitos e da cidadania. Sendo assim, a injustiça revela-se em fatores que afetam, significativamente, as condições de reprodução da força de trabalho, e que independem do esforço exclusivo (mérito) do trabalhador, revelando a desigualdade de condições de acesso ao mercado de trabalho.

Trata-se, assim, de uma importante contradição da lógica capitalista neoliberal, que justifica o acesso a oportunidades (e a direitos) na sociedade a partir da ideia de meritocracia, uma vez que ela se fundamenta na igualdade de condições. Focaliza-se, neste ponto, que o acesso a um trabalho digno é o principal dos direitos sociais, porque, a partir dele, o trabalhador pode acessar outros direitos e muitos deles se alcança por meio do mercado de consumo (ABRAMO, 2015; MARICATO, 2015; OIT, 2018).

Importa mencionar que as pessoas que moram em áreas de baixa renda das cidades, como é o caso do 17 de Março, desejam participar dignamente da dinâmica da cidade – acesso a eficiente transporte público, educação, qualificação para o trabalho, segurança, saúde, lazer etc. – e, necessariamente, da dinâmica do capital – acesso aos mercados de consumo, de trabalho (trabalho decente), de crédito etc. Elas desejam ter vidas dignas no contexto dos padrões vigentes. E, além disso, desejam sentir que podem participar de processos movidos pelo encantamento da mercadoria que a mídia propaga, constantemente, fazendo-as crer que seja algo acessível a todos. Algo longe de ser factível no contexto da formação social vigente e da sua forma de se reproduzir.

7.3 AS EXPERIÊNCIAS LABORAIS E IDENTIDADES COM O TRABALHO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Em relação às experiências laborais dos participantes da pesquisa e às suas identidades com o trabalho, frisa-se, primeiramente, que, no momento da entrevista,

das 18 pessoas entrevistadas, três tinham emprego formal com carteira assinada, sendo uma atendente de caixa de supermercado, uma outra, assistente administrativo, além de um assistente de cozinha. Duas pessoas estavam sem trabalhar devido a problemas de saúde, sendo que uma delas usufruía de seguridade pela previdência social, porque trabalhou com carteira assinada quando adoeceu. A outra estava exposta à insegurança gerada pelo não acesso à seguridade social, não consegue trabalho devido à doença que tem e ainda não teve o seu direito à saúde assegurado pelo SUS. Ela aguardava por uma cirurgia há mais de seis anos. Os demais entrevistados atuavam na informalidade para sobreviverem, característica presente nas falas da maioria dos participantes da pesquisa, 13 pessoas. Destes, três são comerciantes, três diaristas/faxineiras, duas diaristas/auxiliares de cozinha, duas artesãs, um borracheiro, um músico e uma pessoa que trabalhou como serviços gerais e estava desempregada.

Nas falas dos participantes da pesquisa, identificou-se a compreensão genérica sobre o trabalho como fonte de sustento, satisfação, independência, crescimento, dinheiro, socialização, motivação, necessidade entre outros termos, expressando na fala um sentido de positividade, bem-estar e centralidade do trabalho para a vida desses trabalhadores. Outrossim, há também evidências de sentidos ambíguos, que dão ideia de bem-estar, por um lado, e de mal-estar, por outro, revelando sentimentos de humilhação e de sofrimento, o que foi indicado pelas entrevistadas C, J e L, quando inquiridas sobre a ideia que têm sobre trabalho/trabalhar (Figura 17 e Quadro 4). Sentimentos que estão ligados às experiências de trabalhos diferentes ou em locais diferentes, como é o caso do trabalho doméstico de diaristas, por exemplo.

Assim como as demais pessoas que fazem parte da classe de trabalhadores, os sujeitos entrevistados necessitam vender a sua força de trabalho para satisfazerem as suas necessidades pessoais de sobrevivência, bem como as de seus familiares. Observou-se também que alguns dos sujeitos, principalmente A, D, E, H, I, K, M, N, O, P, Q, R, expressaram, mais claramente que os demais, a ideia de trabalho/trabalhar ligada a um sentimento de independência e de possibilidade de crescimento (Quadro 3), percebido na enunciação como maiores capacidades pessoais, renda e patrimônio (propriedade privada). Concepções que são centrais da formação social vigente no país.

Figura 17 – Os termos que dão sentido ao vocábulo trabalho para os participantes da pesquisa



Fonte: elaborada no aplicativo *Word Cloud* a partir dos dados da pesquisa de campo, 2022.

Quadro 4 - Os termos que dão sentido ao vocábulo trabalho, segundo os participantes da pesquisa

Participantes	Ideia de trabalho/trabalhar para os participantes da pesquisa						
A	Confiança	Liberdade	Independência	Respeito			
B	Bênção	Respeito	Satisfação	Motivação			
C	Esperança	Sustento	Sofrimento				
D	Satisfação	Independência	Sustento				
E	Capacidade						
F	Satisfação	Sustento	Dinheiro				
G	Satisfação	Obrigação	Dinheiro				
H	Independência	Sustento	Dinheiro	Dignidade	Voluntário		
I	Satisfação	Socialização	Bênção	Dinheiro	Independência	Sustento	
J	Ambiguidade	Sustento	Humilhação	Sofrimento	Discriminação		
K	Necessidade	Independência					
L	Ambiguidade	Esforço	Valorização	Satisfação	Estresse	Humilhação	
M	Conquista	Valorização	Realização	Sustento	Motivação	Crescimento	Necessidade
N	Motivação	Responsabilidade	Sustento	Segurança	Independência		
O	Satisfação	Crescimento	Vitória	Privilegio	Sustento	Dinheiro	Socialização
P	Sustento	Crescimento	Socialização				
Q	Satisfação	Crescimento	Socialização				
R	Sustento	Necessidade	Edificação	Gratidão	Recompensa	Esforço	Crescimento

Nota 1: Palavras com o mesmo significado foram tabuladas com um mesmo sinônimo.

Nota 2: O termo ambiguidade foi utilizado nos casos de ocorrência de enunciações com sentidos ambíguos, que expressavam diferentes situações vivenciadas, tanto de bem-estar, como de mal-estar.

Fonte: elaborado com base na pesquisa de campo, 2022.

As falas dos participantes A, H, I, K, L e M, expostas a seguir, são mais uma comprovação dos resultados encontrados sobre suas ideias de trabalho/trabalhar. Atribuem sentido vital ao mesmo, no contexto que reconhecem, uma vez que o

experienciaram. Observa-se a fala da entrevistada A sobre o sentido de trabalho no contexto que se insere:

Entrevistada A – O trabalho é visto como algo positivo, que gera independência, “que cria asas”, ou seja, ideias que têm sentido de liberdade, de autonomia. Ela tem vínculo empregatício formal e sua fala revela elementos do discurso hegemônico.

Então, pra mim, a melhor coisa que aconteceu na minha vida foi trabalhar. É outro mundo, você com o seu dinheiro, você cria asas, sabe? É outro mundo mesmo, você não depende de nada de ninguém. (Entrevistada A, 07/06/2022, 00:08:33 a 00:08:53).

Entrevistada H – O trabalho é visto como gerador de independência, de melhor qualidade de vida. O desemprego, ao contrário, é fonte de limitação, dependência. Reforça-se que essa respondente está desempregada.

Para mim, isso significa independência, uma qualidade de vida melhor que eu posso ter, tanto para mim como para os meus filhos, porque eu sei que todos os meus filhos, se eu estivesse trabalhando, eu podia chegar lá, comprar, eu sei que eu ia ter dinheiro para pagar, eu sei que eu ia ter dinheiro para meu filho. E a pessoa sem trabalho, não tem. É bem difícil. (Entrevistada H, 14/06/2022, 00:19:47 a 00:20:05)

Entrevistado K – O trabalho é visto como necessidade humana, como fonte de estabilidade, independência. O entrevistado K está afastado do trabalho, assegurado socialmente por ter trabalhado com carteira assinada. Ele aguarda a sua aposentadoria.

Trabalho eu vejo necessidade [...] Você quer ter seu ponto de acesso, tem que ter seu ponto de equilíbrio. E o ponto de equilíbrio pra você se sentir não dependendo das outras pessoas é o trabalho. Independência, independência, entendeu? Fazer as necessidades. Exatamente, né? Não dependendo das pessoas, entendeu? Das outras pessoas. (Entrevistado K, 18/06/2022, 00:33:00 a 00:33:23)

Entrevistada L – Vê o trabalho como algo dignificante, resultado do esforço, de luta... Ideias que têm sentido de mérito e propriedade privada (“...você sabe que vai trabalhar e vai ter o que é seu...”). Mas, ele pode ser penoso e gerar sofrimento e humilhação, diante de uma relação de trabalho degradante. Ela trabalha como faxineira, por conta própria, e só tinha conseguido realizar duas faxinas no ano. Sua principal fonte de renda era o auxílio do Governo Federal.

Dependendo do trabalho, quando eu vou, é um sentimento bom. Não é ruim, né, dependendo do trabalho, porque assim, é um sentimento de esforço, né, que a gente vem a valorizar, saber que não vai ter nada fácil, vai ter que lutar, então é um sentimento que vem, um sentimento bom, um sentimento de alegria, como você pega um emprego que você gosta de fazer, como é uma coisa boa, você vai, mas vai com aquele sentimento de felicidade, porque você sabe que vai trabalhar e vai ter o que é seu. [...] Porque foi parte que você ia trabalhar, mas você chegava ali muito sofreda, muito estressante, se sentia muito pequenininha, muito humilhada em vários lugares, porque são lugares diferentes, não são as mesmas pessoas. Então, foi uma parte boa e uma parte ruim. (Entrevistada L, 21/06/2022, 00:25:53 a 00:27:00)

Entrevistado M – Vê o trabalho como conquista, alcance dos objetivos. Apresenta pensamentos com sentido de mérito. Ele trabalha com carteira assinada.

Quando se fala na questão de trabalhar, eu vejo um lado de conquista. Porque eu penso se eu trabalho, eu vou conseguir aquilo que eu quero. É muito relacionado aos objetivos com a questão de trabalho. Isso influencia muito nisso. Então, eu vejo isso como uma questão de conquista. Eu vou trabalhar para conseguir aquilo que eu quero, aquilo que eu sou. (Entrevistado M, 21/06/2022, 00:14:00 a 00:14:19)

No entanto, o entrevistado M não está satisfeito com o seu trabalho atual. Diz que enfrenta essa labuta porque precisa ajudar financeiramente a sua família e que se esforça, por meio do estudo, para melhorar o seu futuro de trabalho. São concepções que reforçam o sentido de crescimento através do mérito,

Então, a minha atual situação de trabalho de hoje, o que é que eu vejo? Eu vejo que todo dia que eu vou lá, é uma motivação para eu continuar estudando. Por quê? Porque eu vejo a situação como é, do pessoal. Então, as pessoas que trabalham naquele ambiente, é porque não tem uma estatística assim de vida, de melhora. Porque tem que ser aquilo, na marra, é aquilo e acabou. Então, todo dia que eu piso os pés lá, eu vejo que eu tenho que buscar, eu tenho que estudar mais, eu tenho que me dedicar mais. Porque aquela ali não é uma situação nem para mim, nem para ninguém. Mas infelizmente, se eu não buscar a melhora para mim, não continuar focado nos meus objetivos, vai ser ali que eu vou ter que ficar, né? E eu não quero. Então, eu busco estar melhorando, para não ficar, né? Chegar a ter que ficar naquele ambiente. Ficar numa situação que é aquilo que você tem, você não tem opção nenhuma, é aquilo e pronto, é isso. (Entrevistado M, 21/06/2022, 00:14:57 a 00:15:52)

O entrevistado R reconhece o trabalho como honradez, suor derramado. Sua fala é permeada de vínculos do labor com uma vida digna, dirigida e abençoada por Deus.

... trabalho é honradez, pô! É suor derramado. Aquilo ali o cara tem que sentir orgulho de fazer. Ah, mas, é um trabalho qualquer ... não é não, meu irmão. É um trabalho digno. Sei que não vai mudar a vida da pessoa. Mas, é melhor

*do que tá robando, tá usando drogas, tá fazendo besteira. Procurando desamizadas, brigas...
... Tem dias que fico pensando quando eu vou dormir...Meu Deus, o que é que vou fazer amanhã? Me dê uma direção. E Deus abençoa, pô! ...
(Entrevistado R, 05/07/2022, 00:10:33 a 00:11:50)*

O mesmo pode ser dito em relação à fala da Entrevistada I.

Me gera alegria, porque eu não consigo ficar sem trabalhar, eu fico alegre quando eu estou trabalhando, não importa no que seja, mas você vai ter que se alegrar porque ali já é uma benção, Deus abriu uma porta para você, né, serviço, e ali eu me alegro [...] (Entrevistada I, 18/06/2022, 00:26:37 a 00:27:00)

Depreende-se que os sentidos são formados por ideias fundamentadas na ideologia neoliberal, hegemônica, como meritocracia, liberdade, propriedade privada. Seus significados afinam-se, também, com ideias de dignidade que se aproximam da ideologia religiosa, fundamental para o funcionamento da formação social capitalista.

Nesta perspectiva, observou-se, nas falas das pessoas desempregadas e nas daquelas que enfrentam o trabalho informal, que a falta do emprego formal gera o sentimento de tristeza, angústia, incapacidade e dependência, principalmente de assistência governamental. Entrevistados, nessas condições, relataram dificuldade em relação à instabilidade laboral e da renda, situações de humilhação e de assédio moral e sexual, particularmente as diaristas. Assim, indicaram que há sentimento de sofrimento diante destas situações.

Aquelas pessoas que atuam no mercado formal (A, M e N) sentem satisfação com a sua situação de trabalho, diante do cenário de desemprego e de informalidade que percebem no contexto do bairro, não obstante, desejam uma função ou atividade melhor que a atual. Sentem-se preparados para assumir algo maior e com melhor remuneração, caso a oportunidade surja. Compreendem que avançar nos estudos, melhorando seu grau de instrução e de qualificação, é um caminho que precisam trilhar para melhorar sua condição de trabalho (Quadro 5). Tal ideia também é compartilhada por C, D, F, G, O, Q e R.

Diante do que percebem em relação ao mercado de trabalho e da necessidade de sobreviverem, os entrevistados B, C, D, E, I, J, L, O, P e R entendem que o empreendedorismo seja uma opção mais exequível para poderem obter renda. Além disso, para as mulheres mães (B, C, D, E, I, J e L), empreender é uma opção que lhes permite trabalhar e cuidar dos seus filhos (Quadro 5).

Quadro 5 - Ações, planos e dificuldades enfrentadas para um futuro melhor de trabalho

Ações, planos e dificuldades enfrentadas		Participantes																	
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R
Ações e planos	Instrução	X		X	X			X						X	X			X	X
	Qualificação	X					X							X	X	X			
	Empreendedorismo		X	X	X	X				X	X		X			X	X		X
	Voluntariado								X			X							
	Cooperação		X																
	“Correr atrás” *								X										
	Aposentadoria												X						
Principais dificuldades encontradas	Oportunidade	X		X			X	X	X		X				X				
	Financiamento		X	X	X	X	X			X	X		X	X		X	X	X	X
	Apoio		X							X			X			X			X
	Tempo	X			X				X										
	Estudo				X			X							X				
	Insegurança	X																	X
	Transporte	X												X					
	Instabilidade																X		
	Aposentar-se												X						
	Ponto Comercial		X																

* Procurar trabalho, fazer bico.

Fonte: elaborado com base nos dados de campo, 2022.

Porém, a falta de recursos para financiar seus empreendimentos é a principal dificuldade encontrada. A falta de apoio e de oportunidades são outras questões importantes citadas. É importante frisar também que o estudo (educação) foi citado por três pessoas, uma vez que não conseguem ter um desempenho satisfatório devido às suas limitações no processo de aprendizagem.

De modo geral, suas visões sobre o trabalho alinham-se à concepção de trabalhador no contexto do capitalismo atual, cuja inserção no mercado depende do esforço pessoal, da meritocracia. Neste sentido, sentem que deveriam ter avançado mais nos estudos ou buscado melhor qualificação profissional. Entendem que o alcance de uma melhor condição de trabalho é função de seus esforços.

Porém, afirmam ser essencial a ação do Estado, no tocante à geração de emprego, renda e de incentivos neste sentido, principalmente para as pessoas que se encontram na situação que elas experienciam, uma vez que as suas chances são

limitadas em relação àquelas de quem mora nas áreas centrais da cidade. Tal noção confronta-se com o discurso hegemônico, que se fundamenta na lógica da meritocracia, uma vez que ele tem como base a conquista por meio de esforço, exclusivamente pessoal, sem qualquer apoio.

Ressalta-se, neste ponto, conforme exposto na seção anterior, que se defrontam com elevadas limitações impostas pela deficiência de transporte, segurança, educação (vagas insuficientes em creches e escolas no bairro), por exemplo, problemas que afetam as mulheres de forma ainda mais acentuada. Entretanto, vislumbra-se, como o problema mais emblemático, o preconceito sentido em processos seletivos privados, diante do estigma imputado à população do bairro.

No que se refere à percepção referente aos efeitos da crise pandêmica sobre os trabalhadores entrevistados, pode-se notar que suas percepções dependiam da situação e do tipo de trabalho que realizavam, se havia membro da família com emprego estável, se tinham acesso a apoio governamental, como o Auxílio Brasil, e de seu nível de informação em relação à forma como a Covid-19 atingia as pessoas das diversas classes sociais. Assim, de modo geral, quem se encontrava em situação de menor instabilidade em relação ao orçamento familiar expressou a percepção de indiferença dos efeitos negativos da pandemia entre classes sociais, compreendendo que, independentemente desta classe, todas as pessoas que tiveram o seu trabalho e sua renda comprometidos durante o período de maior gravidade da crise sentiram mais os efeitos dela do que aquelas que não passaram por este problema. Em linha com este raciocínio, os participantes da pesquisa que afirmaram ter sentido mais os efeitos da crise perderam a ocupação durante a pandemia e se encontravam com grande dificuldade financeira.

Diante do exposto, cabe, a partir deste ponto, aglutinar os resultados e discutir, de forma mais detalhada, sobre a filiação discursiva e ideológica dos discursos dos sujeitos entrevistados, aspecto central da proposta metodológica do estudo.

7.3.1 Filiação discursiva e ideológica dos discursos dos sujeitos entrevistados

O presente estudo foi norteado pelo problema: qual(is) sentido(s) é(são) atribuído(s) ao trabalho por moradores de um bairro de baixa renda do Nordeste do Brasil em consonância com suas experiências laborais e com o contexto recente do capitalismo no país?

Por conseguinte, partiu-se da hipótese de que os sentidos do trabalho para os participantes da pesquisa tendem a se filiar a uma formação discursiva crítica à hegemônica, capitalista neoliberal, uma vez que esta promove, estruturalmente, injustiças socioespaciais, principalmente ligadas à dimensão trabalho.

No caminhar da pesquisa, constatou-se, nos enunciados dos sujeitos, apresentados nas subseções anteriores, que suas visões sobre trabalho/trabalhar incorporam, inconscientemente, a ideologia hegemônica como a principal norteadora de seus discursos, conferindo-lhe sentido com base nos princípios liberais institucionalizados no país, na religiosidade e também na satisfação das necessidades materiais de sobrevivência, que têm o mercado como principal meio de atendimento. Daí verem também o trabalho como fonte de dinheiro, uma vez que ele é o meio circulante necessário para realizar as trocas de mercadorias. Por conseguinte, percebe-se que, em suas ações e planos, eles assimilam, inconscientemente, princípios basilares da lógica, imposta pela ideologia capitalista contemporânea, como as ideias de conquista das coisas, do trabalho e de uma vida melhor pela meritocracia, liberdade de ação/decisão/escolha, propriedade privada, como exemplo.

Neste particular, descortinou-se que os sujeitos reconhecem que, para sobreviverem a partir de um trabalho formal e, assim, terem inserção mais ativa na dinâmica do capital e da cidade, com vistas ao exercício de fato da cidadania, precisam se submeter a certos critérios e regras ligadas ao perfil de trabalhador, este exigido pelo mercado de trabalho. Daí, por um lado, muitos deles agirem e planejarem suas ações futuras no sentido de melhorar o seu grau de instrução e a sua qualificação profissional. Por outro lado, há aqueles que sentem como estratégia mais exequível para a sua sobrevivência a adoção de ações ligadas ao comércio de mercadorias ou à prestação de serviços.

Outrossim, diante dos contextos que se inserem, pôde-se verificar ideias nos seus discursos que se contrapõem, de modo inconsciente, ao hegemônico, revelando que reconhecem o quão limitadas são as suas chances de competição no mercado de trabalho e de efetiva transformação de suas vidas. Fato que indica a percepção de desigualdade de oportunidades, sendo a sua realidade, em particular, o seu lugar na cidade, um dos fatores cruciais para a manifestação da desigualdade.

Revelou-se, nas falas, a percepção negativa gerada pela segregação socioespacial, marcada por inúmeros elementos, e entre eles se sobressai o estigma ligado ao bairro 17 de Março, entendido como de grande relevância no contexto social

da cidade. Um problema sentido como importante entrave para o acesso ao trabalho, principalmente aos que têm relação de subordinação, sejam eles formais ou informais. Este elemento apresenta-se, ainda, mais relevante para os trabalhadores domésticos.

Outros elementos importantes são ligados ao perfil dos trabalhadores, como baixo grau de instrução e falta/fraca qualificação profissional, e àqueles ligados ao acesso precário a serviços públicos eficientes, como é o caso do transporte público, segurança, educação e creche para os filhos. Notou-se que a deficiência de tais serviços afeta mais gravemente as mulheres, não obstante atingir os homens também.

Outro ponto merecedor de destaque é que há percepções de que ações do poder público, ligadas à capacitação/qualificação para o trabalho, têm um enfoque que não privilegia mudança significativa da situação de trabalho dos sujeitos. Ou seja, na visão dos entrevistados, os cursos de qualificação/capacitação oferecidos são básicos, muitos com foco no trabalho por conta própria. Nesta perspectiva, salienta-se a ideia de que não há espaço/oportunidade fora daquele lugar (na sociedade). Fato que evidencia a visão de que não há muitas opções para o exercício da liberdade de escolha, previsto institucionalmente (Constituição Federal de 1988), em linha com os princípios liberais (ideologia hegemônica).

A dificuldade de acesso a direitos fundamentais, tais como a um trabalho e vida dignos, afronta a legislação e princípios previstos internacionalmente, o que é previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

As descobertas do estudo se afinam com aquelas presentes na literatura, indicando que sair da condição de pobreza e obter uma efetiva ascensão social é algo muito difícil para os pobres no Brasil (MARSON 2018; PEREIRA et al, 2020; OCDE, 2018).

Notou-se que os sujeitos entrevistados percebem que uma efetiva transformação de suas vidas não depende apenas de seus esforços. Para que ela ocorra tem de haver intervenção governamental, em especial, no mercado de trabalho. Pensamento que se contrapõe à ideologia neoliberal, uma vez que esta advoga, como princípio basilar, a liberdade dos agentes no mercado.

Neste ponto, urge explicar-se que, de forma diferente das sociedades de classes passadas, a ideologia hegemônica que rege a formação social capitalista se sustenta em pressupostos de igualdade social e liberdades individuais, que têm a finalidade de silenciar a desigualdade, ainda que ela esteja latente (MAGALHÃES, 2000).

Assim, por força da interpelação da ideologia hegemônica, busca-se garantir a sustentação da sistemática de funcionamento do modo de produção capitalista, inclusive do espaço, metamorfoseado em mercadoria. Ideologia que traduz o sucesso pessoal e até o acesso a direitos sociais (instrução, trabalho digno entre outros ligados à cidadania) como uma conquista meritocrática, uma vez que todos são livres e têm igualdade de oportunidades. Esta é a ideia enraizada na materialidade e institucionalidade vigentes, incluindo os direitos constitucionais brasileiros e os preceitos internacionais.

No entanto, o conceito de meritocracia é ambíguo e sua prática é injusta socialmente, uma vez que privilegia certos segmentos da sociedade na distribuição do trabalho e gera concentração social e espacial da riqueza produzida socialmente (ABRANTES, 2020). Não se verifica, de fato, igualdade de condições para acesso a oportunidades (e a direitos²⁵). A competição com base em processos, que têm como premissa a ideia de meritocracia, é injusta diante da disparidade de condições de instrução, qualificação, disponibilidade de recursos, local de moradia, nutrição, saúde, apoios pessoais, familiares e externos, inclusive os governamentais (MAGALHÃES, 2000; MARICATO, 2015; CARLOS; ALVES; PADUA, 2017 e outros).

Nesta linha de raciocínio, Abrantes (2020, p. 5) afirma que:

[...] as diversas mudanças ocorridas nas últimas décadas no mercado de trabalho formal não deixam de revelar a contradição fundamental entre capital e trabalho, em seus aspectos materiais e ideológicos. O mesmo ocorre com a intensificação da desigualdade social, posta em nosso contexto material e simbólico. Nesse cenário, a meritocracia carrega em seu cerne a função de proteger os valores burgueses e atuar na manutenção do instituído. Para isso, carrega seu aspecto ilusório em que é premissa a ideia de que o sucesso do sujeito é diretamente proporcional ao seu mérito. Esses aspectos caracterizam a dimensão subjetiva do processo de recrutamento e seleção no mercado de trabalho formal.

Vale salientar que a injustiça social ligada à forma como ocorre a divisão social do trabalho e a distribuição da riqueza produzida socialmente é geradora de conflitos de interesses, uma vez que, na arena sociopolítica, prevalecem as forças que privilegiam certa classe ou capitais em detrimento das(os) demais. Assim, tais forças precisam agir no sentido de naturalizar a lógica de funcionamento da sociedade para justificar/mascarar a prevalência dos interesses hegemônicos. Conforme já explicado, o discurso e suas narrativas, vinculadas à ideologia hegemônica e sua veiculação através dos aparelhos ideológicos, são essenciais neste processo.

²⁵ O não acesso a direitos é fato grave, gerador de conflitos sociais legítimos, uma vez que eles são institucionalizados e necessários ao gozo da cidadania.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se compreender os sentidos do trabalho, contidos nos discursos de moradores do bairro 17 de Março, Aracaju/SE. Tal empreitada foi norteada pelo problema: qual(is) sentido(s) é(são) atribuído(s) ao trabalho por moradores de um bairro de baixa renda do Nordeste do Brasil em consonância com suas experiências laborais e com o contexto recente do capitalismo no país?

Conforme previsto, para a consecução do estudo, considerando a natureza qualitativa do seu objetivo principal e de sua questão norteadora, empregou-se a metodologia da Análise Materialista de Discurso, concatenada com pesquisa de campo por meio de entrevistas. Outrossim, o estudo apoiou-se, também, em pesquisa bibliográfica, documental e em dados das bases do CadÚnico.

Com a finalidade de alinhar o objetivo da Tese a esta proposta de AD, buscou-se reconhecer o contexto sócio-histórico que deu suporte ao processo de significação do vocábulo trabalho para os sujeitos desta pesquisa e a qual formação discursiva e ideológica os discursos destes sujeitos se filiavam.

Como hipótese principal do estudo, considerou-se que os sentidos do trabalho para os participantes da pesquisa tendiam a se filiar a uma formação discursiva crítica à hegemônica, capitalista neoliberal, uma vez que esta promove, estruturalmente, injustiças socioespaciais, principalmente ligadas à dimensão trabalho. Contudo, tal hipótese confirmou-se apenas, parcialmente, pois não se percebeu aversão à ideologia hegemônica nas falas dos entrevistados.

Ou seja, a partir da pesquisa empírica, constatou-se que os sujeitos analisados têm experiências laborais e histórias de vida, marcadas por uma realidade de privação de direitos sociais e do exercício da cidadania. Apesar do seu acesso precário, conferem um sentido vital e positivo ao trabalho.

Ademais, suas ideias sobre trabalhar filiam-se à ideologia hegemônica, assimilando, inconscientemente, princípios basilares vigentes da sociedade brasileira como norteadores dos seus discursos e de suas ações sobre o seu presente e o seu futuro no mundo do trabalho. Citem-se, como exemplos, a lógica da meritocracia e da liberdade de decisão/escolha no mercado.

Porém, considerando as suas vivências e experiências laborais, diante da realidade material, histórica a que estão submetidos, verificaram-se desencontros, também inconscientes, dos seus enunciados com o discurso hegemônico, revelando

que reconhecem as suas limitadas chances de competição no mercado de trabalho e, assim, de efetiva transformação das suas vidas. Tais sujeitos percebem que uma efetiva transformação de suas vidas não depende apenas de seus esforços. Para que ela ocorra tem de haver intervenção governamental, principalmente no mercado de trabalho. Ideia que se contrapõe à ideologia neoliberal, uma vez que esta advoga, como princípio basilar, a liberdade dos agentes no mercado.

Para o alcance de cada objetivo específico foram utilizados procedimentos metodológicos distintos, segundo a sua característica. Para atingir o primeiro, fez-se uso de pesquisa bibliográfica. Para o segundo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, através de entrevistas e análise dos dados empíricos. Para o terceiro, utilizou-se a base de dados do CadÚnico e análise descritiva dos mesmos, bem como análise de documentos e dos discursos dos trabalhadores entrevistados. Por fim, para o alcance do quarto objetivo específico, buscaram-se evidências nos discursos de trabalhadores residentes no bairro 17 de março.

Assim, para atender ao primeiro objetivo, procuraram-se evidências, principalmente, na literatura socioeconômica crítica, a partir da discussão a respeito do contexto histórico do capitalismo contemporâneo e suas implicações no mercado de trabalho; da centralidade do trabalho para a sociedade e para o ser humano, em especial para quem dispõe apenas da sua energia para o labor como única fonte de sustento da vida; e de fatores influenciadores do processo de significação do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo (Capítulo 3 da Tese).

O segundo objetivo específico foi alcançado a partir de duas ações. A primeira, realizada por meio de pesquisa e discussão teórica sobre a relação morar e trabalhar no contexto da periferia urbana, em áreas de baixa renda no Brasil. Relação esta experienciada por trabalhadores que moram em áreas urbanas de baixa renda, onde se constata a face precária da urbanização desigual e sua forma de distribuir, espacial e socialmente, a vida urbana e o gozo de direitos. Trata-se da materialização do processo de segregação socioespacial, inerente ao capitalismo contemporâneo. Nesta perspectiva, vale salientar que a literatura retrata situações como esta e informa que moradores de áreas de baixa renda têm dificuldade para acessar direitos essenciais ao exercício da sua cidadania, indicando grave injustiça social. Tais áreas são mal servidas por serviços públicos e privados e as oportunidades de trabalho são mais escassas e precárias, contexto bem diferente daquele de áreas urbanas centrais, conforme discutido no capítulo 4 da Tese.

A segunda ação em busca do atingimento do segundo objetivo específico teve base empírica e foi realizada por meio de pesquisa de campo com o intuito de encontrar evidências na análise dos discursos de 18 trabalhadores que são moradores antigos do bairro 17 de Março, Aracaju/SE. Dessa forma, os achados da pesquisa confirmaram o que é apontado pela literatura, posto que foram identificadas relações entre o local de moradia e a dificuldade de acesso a direitos básicos, como trabalho, transporte, educação, segurança, saúde e alimentação dignos (Seção 7.2 da Tese).

Não obstante o enfrentamento dessa realidade perversa, os entrevistados revelaram surpreendente otimismo com o futuro, esboçando esperança numa vida com menos agruras. No entanto, ponderaram que mudanças substantivas de suas condições de vida e de trabalho dependem da mudança de concepção dos empregadores sobre os trabalhadores do bairro e da ajuda do Estado, ou de organizações privadas, parentes ou amigos com melhores condições de vida ou que possam intermediar o acesso a trabalho por meio de indicação.

O terceiro objetivo específico, ou seja, traçar o perfil dos trabalhadores do bairro 17 de Março, Aracaju/SE, foi alcançado a partir da análise de dados, extraídos da pesquisa documental e do CadÚnico, base de dezembro de 2020. Entre os principais pontos extraídos, constatou-se que parcela expressiva da população do bairro 17 de Março usufrui de moradias que possuem melhores condições de habitabilidade do que aquelas do seu passado. Porém, conforme dados do CadÚnico, dos 6.605 moradores cadastrados, 67,6% encontravam-se na faixa de rendimento que caracteriza a extrema pobreza e 10,0%, na faixa da pobreza. Da parcela restante, 16,4% constituíam-se de pessoas consideradas de baixa renda e 6% percebiam acima de meio salário mínimo como renda *per capita* familiar (Seção 6.4 do trabalho).

O rendimento do trabalho é insuficiente para sustentar dignamente a vida do trabalhador e de sua família, conforme indicam os dados extraídos do CadÚnico e as conversas preliminares informais, no campo, com servidoras do CRAS que atuam no bairro e com pessoas que exercem liderança neste bairro. De acordo com as informações obtidas, há moradores que têm dificuldade para manter despesas básicas de consumo, como as contas de energia, água, gás de cozinha e outros gastos que não tinham antes, quando viviam na informalidade das invasões e das favelas. Portanto, o peso dessas despesas no orçamento é insustentável para várias famílias.

O quadro de dificuldades, relacionadas ao padrão de trabalho e de vida dessas

peçoas, está ligado à forma de inclusão dos trabalhadores ao mercado de trabalho, que, por sua vez, está associada ao perfil do trabalhador que mora no bairro e às dificuldades encontradas, ligadas à relação entre morar e trabalhar.

Outrossim, ao se analisar o perfil dos entrevistados e seus discursos, foram reveladas histórias de vida marcadas pela falta de acesso a direitos básicos, como restrições de recursos para sobrevivência durante a infância e a adolescência, dificuldades ou desestímulo para estudar, trabalho infantil, entre outras dificuldades. Um contexto que desfavorece, sobremaneira, o acesso desses sujeitos ao mercado de trabalho, principalmente quando competem com aqueles que, de fato, têm acesso aos direitos expressos na Carta Magna Brasileira, por exemplo (Seção 7.1 da Tese).

Em relação ao quarto objetivo específico, ou seja, compreender as experiências e identidade(s) com o trabalho de moradores deste bairro, buscaram-se evidências nos discursos de 18 trabalhadores que são moradores antigos do bairro, nos termos indicados na metodologia utilizada (Seções 7.3 e 7.3.1 da Tese). Nas análises dos seus discursos, percebeu-se que elas atribuem sentido vital e positivo ao trabalho, sendo este uma dimensão central em suas vidas. Na falta dele, manifestam o sentimento de tristeza, angústia e incapacidade por não poderem fornecer uma vida digna para os seus filhos, bem como de dependência, principalmente de assistência governamental.

Conforme dito anteriormente, de modo geral, suas visões sobre o trabalho alinham-se à concepção de trabalhador no contexto do capitalismo atual. Porém, afirmam ser essencial a ação do Estado, no tocante à geração de emprego e renda, e de incentivos, neste sentido, em especial, para as pessoas que se encontram na situação que elas vivenciam, uma vez que as suas chances são limitadas em relação a quem mora nas áreas centrais da cidade.

Diante do exposto, nesta Tese partiu-se da ideia de que o lugar de moradia da pessoa é fator fundamental para a sua concepção sobre o vocábulo trabalho, tendo em vista que a dificuldade de acesso dos pobres das periferias às áreas centrais da cidade, onde se localizam a maior quantidade dos melhores empregos e de outras possibilidades de ocupação e de geração de renda, reduz expressivamente as suas chances de acessarem um trabalho digno e de saírem da condição de pobreza. Tal concepção encontrou evidências na análise dos discursos dos entrevistados e na literatura (MARICATO, 2015; SANTOS, 2013; CARLOS; ALVES; PADUA, 2017, MARSON, 2018, PEREIRA et al, 2020, OCDE, 2018, entre outros), o que foi discutido

no trabalho.

Diante do exposto, compreende-se que esta Tese contribui para a discussão a respeito do tema trabalho no Brasil, envolvendo um problema social e urbano de grande relevância científica e social. Nesta perspectiva, colabora, de forma diferenciada, na área do Planejamento Regional e Urbano, principalmente no tocante à discussão do problema a partir do método de análise teórico-empírica privilegiado. Além do mais, revela dificuldades enfrentadas pelas pessoas do lugar e que afetam seu exercício à cidadania e o acesso a direitos sociais, salientando a necessidade de ação do Estado no sentido de resolvê-las, como se percebe, principalmente, no capítulo 7 da Tese.

Vale ressaltar que a realização deste estudo foi de grande relevância para o pesquisador, uma vez que pôde ampliar e aprimorar seu conhecimento em relação ao tema estudado, ao método de estudo e ao conhecimento obtido a partir do contato com as experiências das pessoas que se dispuseram a contribuir com a consecução da pesquisa. Aqui, vale destacar as contribuições das pessoas entrevistadas, das lideranças da comunidade e das servidoras do CRAS do bairro. Salienta-se que o contato com o ser humano revela a realidade, de forma diferenciada, em comparação com as estatísticas. Estas são importantes porque vão revelar um retrato geral de um fenômeno, entretanto, a frieza dos números não revela os sentimentos que são essenciais para expressar os sentidos atribuídos ao fenômeno.

Diante do exposto, sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas qualitativas no âmbito dos programas de Planejamento/Desenvolvimento Regional e Urbano, privilegiando a proposta teórico-metodológica da Análise Materialista de Discurso. Trata-se de um grande desafio para quem costuma lidar mais com as estatísticas, como era o caso do autor da presente Tese. No entanto, à proporção que mais pesquisadores assumam tal desafio e mais trabalhos com este perfil sejam publicados, será possível um acervo bem maior de material para consulta, aprendizado e obtenção de dicas de como fazer a pesquisa e a análise dos dados.

Por fim, vale dizer que o pesquisador sentiu dificuldades para a consecução de sua pesquisa. A principal delas foi motivada pelas restrições impostas no contexto da pandemia da Covid-19, que resultou em significativo atraso no cronograma do estudo. Ressalte-se que a parte mais sensível dos dados desta pesquisa só foi obtida após a flexibilização das restrições sanitárias em 2022. Dados estes obtidos por meio de entrevistas, o que tornava imprescindível a aproximação com as pessoas

entrevistadas.

No entanto, apesar de ter provocado atraso no cronograma do estudo, o advento da pandemia evidenciou a oportunidade/necessidade de se considerar o efeito dessa crise sobre os participantes da pesquisa. Dessa forma, foi agregado ao estudo este aspecto atual e importante para a ciência e à sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. **Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social**. Genebra: OIT, 2015
- ABRANTES, C.G. **A meritocracia imbricada na dimensão subjetiva do mercado de trabalho formal**. 2020, São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - PUC-SP, São Paulo, 2020.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. *In*: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. 5. reimp. Ribeiro. V. Tradução. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.
- ALVAREZ, I. P. Produção do espaço em tempos de crise. *In*: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.
- ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista da RET**, ano V, n. 8, 2011
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. A sociedade da terceirização total. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, jan./jun. 2015.
- ANTUNES, R; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.
- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, maio/ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200004. Acesso em: 15 jul. 2019.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. 10.reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R.; POCHMANN, M. Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil. **InterfacEHS**, v.3, n.2, abr./ ago. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/view/119/135>. Acesso em: 15 jul. 2019
- ARACAJU. Início das obras de construção do Conjunto Irmão Dulce dos Pobres. Aracaju. **Agência Aracaju de Notícias**, 13 jan. 2023. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/98604/convite_inicio_das_obras_de_construcao_do_conjunto_irma_dulce_dos_pobres.html. Acesso em: 13 fev. 2023.
- ARACAJU. **Mapa das áreas de interesse social**. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/pddu/arquivos/2021_ANEXO_IX_-_Mapa_das_Areas_de_Interesse_Social.pdf. Acesso em: 02 out. 2022.
- ARACAJU. **Prefeitura inicia reforma do Terminal DIA**. Aracaju: Secom/PMA, 14

set. 2020. Disponível em:

https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/87776/prefeitura_inicia_reforma_do_terminal_dia.html. Acesso em: 02 out. 2022.

ARACAJU. Infraestrutura da segunda etapa do 17 de Março proporciona qualidade de vida aos moradores. Aracaju: **Agência Aracaju de Notícias**, 10 jul. 2019.

Disponível em:

https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/82067/infraestrutura_da_segunda_etapa_do_17_de_marco_proporciona_qualidade_de_vida_aos_moradores.html. Acesso em: 14 abr. 2021.

ARACAJU. **Lei Nº 4024, de 15 de abril de 2011**. Cria no município de Aracaju o bairro 17 de Março. 2011. Disponível em:

https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/emurb/licenciamento_de_Obras/legislacao_municipal/Lei_4024_2011.pdf. Acesso em: 17 jun. 2017.

ARAUJO, P. H. F. Dissolução dos laços sociais mediados pelo valor: crise estrutural da sociedade do capital e o fim do seu processo civilizatório. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 46., 2022, Campinas. **Anais [...]**:Campinas, Unicamp, 12 a 19 de out., 2022.

AREOSA, J. Comentário ao artigo “A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho” - Christophe Dejours e a psicodinâmica do trabalho. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, v.33, n.2, p. 29 – 41, 2013.

BANDEIRA, M. **O Bicho**. 1947. Disponível em:

<https://www.culturagenial.com/poema-o-bicho-manuel-bandeira/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BARBOSA, M. Isso a imprensa não mostra. *In: BRUNO, F et al. Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. 2020. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8CPgDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=%22guerra+de+narrativas%22&ots=iZJtyjGLEy&sig=-ZSUquyjbSHUNtUG4uwF3XeMQ4k#v=onepage&q=%22guerra%20de%20narrativas%22&f=false>. Acesso em: 20 set. 2022.

BETIM, F. Ser preterido em oportunidades de emprego por viver longe do centro de São Paulo. **El País Brasil**, São Paulo, 20 jan. 2020. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-20/ser-preterido-em-oportunidades-de-emprego-por-viver-longo-do-centro-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1988 Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/579494/publicacao/16434817>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Cadastro Único do Governo Federal: CECAD 2.0**, base de 12/2022.

Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/> Acesso em: 20 jan. 2023.

CARLOS, A.F.A. A privação do urbano e o “Direito à Cidade” em Henry Lefebvre. *In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F (org.). Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017.

CARVALHO, L. N. **As políticas públicas de localização da habitação de interesse social induzindo a expansão urbana em Aracaju-SE**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – USP, São Paulo, 2013.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. Tradução: Silvana FinziFoá. São Paulo: Xamã, 1988

CORACCINI, R. Fotógrafo retrata em imagens do alto a desigualdade social no Brasil e no mundo. **CNN Brasil**, 16/12/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/fotografo-sul-africano-retrata-em-imagens-do-alto-a-desigualdade-brasileira/>. Acesso em: 20 out. 2021.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.

CROCCO, F. L. T. Trabalho material e imaterial e transferência de expertises do trabalhador à maquinaria tecnológica. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 32, p. 21-37, ed. esp. 2018.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Salvador: **Caderno CRH**, 2011.

ESPERIDIÃO, et al. Desconcentração produtiva regional, políticas estaduais de desenvolvimento industrial e sua interiorização: o caso de Sergipe. *In*: SANTANA, J. R.; HANSEN, D. L. (org.). **Planejamento e estratégias para o desenvolvimento: a agenda econômica de Sergipe**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2014.

FILGUEIRAS, L. A. M. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, set./dez. 2018

FILGUEIRAS, V. A. **"É tudo novo", de novo**: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo: Boitempo, 2021. (Mundo do trabalho). Edição do Kindle.

FIRJAN. **IFDM 2018**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2018. Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm2018/2/#zoom=z>. Acesso em: 01 ago. 2020

FONTANELLA, B. J. B; RICAS, J; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.17-27, jan. 2008.

FONTES, L. Pandemia, crise e periferias – uma sobreposição de crises. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/pandemia-crise-e-periferias> Acesso em: 01 ago. 2020.

FRANÇA, V. L. A. (coord.). **Diagnóstico da cidade de Aracaju** – Relatório final – etapa 3. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 2014.

FREDERICO, C. Ideologia e cultura: notas para uma pesquisa. **Matrizes**, v. 16, n. 1, p. 101-118, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1430/143071289021/html/> Acesso em: 20 abr. 2023.

FREIRE, S. **Análise de discurso: procedimentos metodológicos**. 2. ed. Manaus: EDUA, 2021.

GOULART, P. M. Adaptação do questionário sobre significados do trabalho - QST - para o Brasil. **Estudos de Psicologia**, v.14, n.2, p. 123- 131, maio-ago. 2009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/epsic/a/TjQKQM4QLKHYLKp8ntSmrJz/?lang=pt#>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GUIMARÃES, J. P. **Imagens devastadoras em lixão dão rosto à fome no Brasil. Metrôpoles**, 14 nov. 2021. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/imagens-devastadoras-em-lixao-dao-rosto-a-fome-no-brasil>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GUIMARÃES, N. A. et al. Os pobres e o acesso ao trabalho: entre a ação pública e o interesse privado. **Novos estudos**, São Paulo: CEBRAP, v.36, n.2, p. 83-105, jul. 2017.

GUIMARÃES, J. R. S. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação**. DF: OIT. 2012. Disponível em:

<http://www.oit.org.br/node/880>. Acesso em: 11 fev. 2017.

GURGEL, F.A. (coord.). **Glossário de Engenharia de Produção**. 8. ed. São Paulo: Fundação Vanzolini. 2002.

IBGE. **Censo Demográfico de 2022**, dados prévios. Disponível em: <https://ibge.gov.br> Acesso em: 31 out. 2021.

IBGE. **Cidades**. 2022. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>. Acesso em: 01 jun. 2022.

IBGE. **Contas Regionais do Brasil**. 2018. Disponível em: <https://ibge.gov.br> Acesso em: 31 out. 2021.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2019. Disponível em: <https://ibge.gov.br> Acesso em: 31 out. 2021.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. 2018. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/regic/#/home>. Acesso em: 01 jun.2022.

IBGE. SIDRA. **Contas nacionais trimestrais: tabela 5932**. Disponível em: <https://ibge.gov.br> Acesso em: 31 out. 2021.

IBGE. SIDRA. **PNADC mensal: tabela 6381**. Disponível em: <https://ibge.gov.br> Acesso em: 31 out. 2021.

LONGO, I.S. O estigma dos três ps: pobre, preto, da periferia. A visão de adolescentes da Comunidade Heliópolis. *In*: COLOQ. INT. CULT. JOVENS AFRO-BRAS. AM., ENCONTROS E DESENCONTROS, 2012. **Anais [...]** 2012. Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000132012000100017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17/ mar. 2023.

MAGALHÃES, B. As marcas do corpo contando a história. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Petrópolis. **Anais [...]** Petrópolis – RJ, 23 a 27 de outubro de

2000. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/24-encontro-anual-da-anpocs/gt-22/gt21-16>. Acesso em: 02 out. 020.

MARGINALIZADO. *In.*: DICIO. Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/marginalizado/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MARSON, N. G. **Que faz as famílias superarem a extrema pobreza?** Um estudo a partir do Cadastro Único. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas E Desenvolvimento) – IPEA, 2018

MATOS, E. N; ESPERIDIÃO, F. Desconcentração produtiva regional e fluxos migratórios: o caso de Sergipe. Toledo. **Revista Informe Gepec**, v. 15, n. 3, 2011.

MELO, R. O. L. Sergipe no Século XXI: expansão, crise e reposicionamento da estratégia de desenvolvimento econômico. **BNB. Conjuntura Econômica**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ed. esp. 15 anos, 2019

MELO, R. O. L. de. Ascensão e crise do desenvolvimento em Sergipe: 1970-2000. *In*: SANTANA, J. R.; HANSEN, D. L. (org.). **Planejamento e estratégias para o desenvolvimento: a agenda econômica de Sergipe**. São Cristóvão: Ed. UFS. 2014. p. 83-142.

MAYNARD. A. Vista aérea do Bairro 17 de Março, em Aracaju. **Minha Terra é Sergipe**, Aracaju, 26/12/2018. Disponível em: <http://blogminhaterraesergipe.blogspot.com/2018/12/vista-aerea-do-bairro-17-de-marco-em.html>. Acesso em: 10 nov.2022.

NASCIMENTO, M. M. P.; ARAÚJO. H. M. A urbanização extensiva de Aracaju e a formação de novos aglomerados habitacionais: avaliação a partir da desagregação de dados dos CENSOS/IBGE. **Caderno de Geografia**, v.28, n.52, pp. 166-196, 2018.

OCDE. **Um elevador social quebrado?** Como promover a mobilidade social: como o Brasil compara? 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/brazil/social-mobility-2018-BRA-PT.pdf> Acesso em: 1 dez. 2021.

OIT. **O que é trabalho decente**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente> Acesso em: 1 dez. 2021.

OIT. **Weso Data Finder**. Disponível em: <https://www.ilo.org/wesodata/?chart=Z2VuZGVyPVsiVG90YWwiXSZ1bml0PSJOdW1iZXliJnNIY3Rvcj1bXSZ5ZWVhbnR5bW9uPVsiV29ybGQiXSZjb3VudHJ5PVtdJndvcmtpbmdQb3ZlcnR5PVtdJnllYXJUbz0yMDI0JnZpZXdGb3JtYXQ9IkNoYXJ0liZhZ2U9WyJBZ2UxNXBsdXMiXSZsYW5ndWFnZT0iZW4i>. Acesso em: 1 dez. 2021.

OLIVEIRA, I.T.M.; CARNEIRO, F.L.; SILVA FILHO, E.B. **Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2017.

ORLANDI. E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. E.P. Orlandi (tradução). Campinas: Pontes Editores, 2015.

PEREIRA, R. H. M. et al. **Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras**: 2019. Brasília: IPEA, 2020. (Texto Para Discussão, 2535).

PNUD BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: Ipea; FJP, 2022

RIBEIRO, F.N.B.; VIANNA, Herbert; SILVA, J.A.B. **Alagados**. Rio de Janeiro: EMI Records, 1986. (5 min).

RIST, G. **El desarrollo**: história de una creencia occidental. Madrid: Catarata, 2002.

RODRIGUES, A.O. Estigma territorial em foco – cidade simbolicamente dividida e atraso no desenvolvimento. *In*: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: DESAFIOS À DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E BENS DE CONSUMO, 6., 2018, Montes Claros/MG. **Anais [...]**Montes Claros/MG, 15 a 16 ago. 2018.

Disponível em:

https://congressods.com.br/sexta/anais_sexta/ARTIGOS_GT10/ESTIGMA%20TERRITORIAL%20EM%20FOCO%20CIDADE%20SIMBOLICAMENTE%20DIVIDIDA%20E%20ATRASSO%20NO%20DESENVOLVIMENTO.pdf. Acesso em: 17 mar.2023.

RODRIGUES, J. Narrativas políticas, produção de vulnerabilidades e convulsão social no Brasil e no mundo, no contexto do Novo Coronavírus. **Paper do NAEA**, v. 29, n. 1, 2020. (Dossiê Crise e Pandemia). Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8725/6231>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ROLNIK, R. **20 anos do estatuto da cidade**: entrevista com Raquel Rolnik.

[Entrevista cedida ao] Instituto Pólis em 18/06/2021. Disponível em:

<https://polis.org.br/noticias/20-anos-do-estatuto-da-cidade-entrevista-com-raquel-rolnik/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, 18, p. 23 – 49. 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a02v1851.pdf>. Acesso em: 19 ju. 2017.

SANTOS, M. Guerra de lugares. **Jornal Folha de São Paulo**, caderno Mais, p. 5- 3, 08 ago.1999.

SANTOS, M. J. S. **A (re)produção da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju(SE)**: interfaces da ação do estado e do capital. 2018. São Cristóvão. Tese (Doutorado em Geografia) – UFS, São Cristóvão, 2018.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2013.

SANTOS, M.J.S; SANTOS, A.R. A ação do Estado e da política habitacional na produção socioespacial da região metropolitana de Aracaju (SE). **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n.1, p. 284 – 297, out. 2015.

SANTOS, D. M. **Assentamentos habitacionais sustentáveis e o desenvolvimento sustentável: a realidade do bairro 17 de março**. 2014. São Cristóvão. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFS, São Cristóvão, 2014.

SANTOS, S.; NORONHA, R. Mãe solo. *In*: InformaSUS/UFSCAR. **Enciclopédia discursiva da Covid-19: gênero e sexualidade**. Disponível em: <https://informasus.ufscar.br/mae-solo/>. Acesso em: 25 mar.2023.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Companhia de Bolso. 2018. E-book. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ohlDwAAQBAJ&pg>. Acesso em: 11 maio 2020.

SERGIPE. **Lei 3.140, de 23 de dezembro de 1991**. Institui o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, cria o Fundo de Apoio a Industrialização – FAI, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=163974> Acesso em: 11 maio 2020.

SERGIPE. **Lula, Déda e Edvaldo entregam 522 unidades habitacionais no bairro 17 de Março**. 10 jun. 2010. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/governo/lula-deda-e-edvaldo-entregam-522-unidades-habitacionais-no-bairro-17-de-marco>. Acesso em: 11 maio 2020.

SERGIPE. **Mapa político do estado de Sergipe**. Sergipe: Observatório de Sergipe. Disponível em: <https://www.observatorio.se.gov.br/app/mapascartogramas>. Acessado: 14 maio 2021.

SOUZA, L.N. **Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS**. 2007. Salvador. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 2007.

TST. **50 perguntas e respostas sobre trabalho infantil, proteção ao trabalho decente do adolescente e aprendizagem**. Brasília: TST, 2016. Disponível em: [https://www.tst.jus.br/documents/2237892/21583082/Cartilha+50+perguntas+e+resp+ostas+sobre+o+trabalho+infantil#:~:text=%C3%89%20considerado%20trabalho%20infantil%2C%20no,de%2014%20\(catorze\)%20anos](https://www.tst.jus.br/documents/2237892/21583082/Cartilha+50+perguntas+e+resp+ostas+sobre+o+trabalho+infantil#:~:text=%C3%89%20considerado%20trabalho%20infantil%2C%20no,de%2014%20(catorze)%20anos). Acesso em: 16 fev. .2023.

UNITED NATIONS. **Universal Declaration of human Rights**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 10 mar. 2019.

VELÁZQUEZ, M. A.; ALCALÁ, J. R. G. Las estrategias de sobrevivencia de los pobres: Un repaso a su estudio en las ciencias sociales (concepto, perspectivas teóricas y acciones que implican). **Realidades**, Nuevo León, México, año 3. n. 2, nov., 2013 – abril, 2014. Disponível em: <http://realidades.ftsydh.uanl.mx/wp-content/ejemplares-realidades/A3-N2.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

VIEIRA, E. C. J. **Políticas urbanas e imagens da cidade: da Terra Dura ao bairro de Santa Maria em Aracaju**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - São Cristóvão: UFS, 2011.

ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. 5 reimp. V. Ribeiro ,Tradução. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de doutorado “O TRABALHO PARA ALÉM DAS ESTATÍSTICAS: os sentidos da experiência laboral de moradores de um bairro de baixa renda do Nordeste brasileiro”, cujo objetivo é compreender os sentidos do trabalho contidos nos discursos de moradores do bairro 17 de Março, situado no município de Aracaju/SE.

Esta pesquisa é desenvolvida por Ulisses Pereira Ribeiro no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, da Universidade Salvador (UNIFACS), sob orientação dos professores Laumar Neves de Souza (orientador) e Ana Licks Almeida Silva (coorientadora).

Os participantes da pesquisa têm a oportunidade de compartilhar suas opiniões sobre o(s) sentido(s) do trabalho em um estudo que deverá ser publicado, conforme determina o regulamento do Programa de Pós-graduação em referência. Vale observar que tal estudo tenderá a ser útil para a comunidade acadêmica que lida com as questões relacionadas às transformações do mundo do trabalho, bem como, muito provavelmente, para os planejadores de políticas públicas que visem mitigar problemas que afetam comunidades fragilizadas socioeconomicamente, como é o caso da que reside no bairro 17 de Março.

Assim, solicitamos ao senhor(a) que nos conceda uma entrevista que deverá durar cerca de uma hora e trinta minutos sobre a temática do estudo mencionado. Nesta oportunidade, o(a) senhor(a) será inquirido(a) sobre questões relacionadas às suas experiências laborais e de vida, bem como lhe será solicitado que emita sua opinião a respeito do tema trabalho no contexto do lugar onde vive. Salientamos que sua participação é voluntária e que, caso aceite este convite, o(a) senhor(a) não incorrerá em nenhum custo financeiro, bem como não sofrerá nenhum tipo de prejuízo, caso desista de participar desta pesquisa, em qualquer uma das suas fases.

Cabe ressaltar que sua identidade e todas as informações que forem fornecidas pelo(a) senhor(a) ficarão sob o mais absoluto sigilo e serão utilizadas somente pelo pesquisador, por meio de recursos informacionais que as protejam. Enfatize-se, neste ponto, que lhe será facultado o acesso aos resultados do estudo, bastando, para tanto, uma manifestação da sua parte através dos contatos que serão fornecidos na sequência.

Destaque-se que esta pesquisa oferece risco mínimo de os participantes sentirem algum desconforto de ordem subjetiva, diante das indagações que lhes serão feitas. Alguns exemplos de desconforto que podem ser sentidos são os seguintes: ocupação do seu tempo durante a realização da entrevista; sentimento de que sua privacidade esteja sendo invadida; incômodo no sentido de responder a questões sensíveis, como atos ilegais, de violência ou sexualidade; e discriminação e estigmatização, caso o conteúdo de sua entrevista seja revelado. Porém, se porventura o(a) senhor(a) sentir qualquer tipo de desconforto no decorrer da entrevista, lhe será, obviamente, facultada a possibilidade de desistir de participar automaticamente da mesma.

Com o objetivo de minimizar tais riscos, buscaremos: i) garantir o seu acesso aos resultados do estudo; ii) minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder a certas questões; iii) assegurar sua confidencialidade e privacidade, a proteção da sua imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; iv) ter atenção a possíveis sinais verbais e não verbais de desconforto. Em linha com essas condutas, nós garantimos a divulgação pública dos

resultados da pesquisa e que sempre serão respeitados seus valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, e, de igual modo, seus hábitos e costumes.

Em tempo, vale salientar que caso sofra algum prejuízo em decorrência de sua participação na pesquisa, o(a) senhor(a) poderá solicitar a devida indenização ao pesquisador, que fará o encaminhamento necessário para garantir a devida assistência.

Importante registrar que diante da pandemia da Covid-19 e dos riscos relacionados à transmissão dessa doença, informamos que o pesquisador responsável pela pesquisa está vacinado e utilizará máscara durante a entrevista, condições essas que são imprescindíveis para mitigar os referidos riscos.

Vale salientar que o projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFACS, que está situada à Rua Dr. José Peroba, 251 - Stiep, Salvador - BA, 41770-235, e que pode ser contactado pelo telefone: (71) 3021-2800.

Caso necessite de quaisquer outros esclarecimentos sobre a pesquisa em foco e a sua participação na mesma, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone: (XX) XXXX-XXXX²⁶, ou e-mail: ulissesribeiro.professor@gmail.com, bem como com o orientador da pesquisa pelo telefone (XX) XXXX-XXXX, ou e-mail laumar.souza@unifacs.br. Além disso, se preferir, o contato poderá ser estabelecido diretamente com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFACS através do endereço ou telefone indicados anteriormente.

Eu _____, RG _____, declaro que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, dos seus procedimentos e riscos lhes são inerentes. Assim, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos no estudo sejam utilizados para fins científicos.

Declaro que recebi cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando outra via com o pesquisador.

_____, _____, de _____ de 20_____.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador (Ulisses Pereira Ribeiro)

²⁶ Os números dos telefones do pesquisador e de seu orientador estão omitidos aqui. Nos TCLE assinados pelos participantes da pesquisa e que estão sob a guarda do pesquisador constam tais números.

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ENTREVISTA

(i) Dados pessoais do participante e do seu domicílio

Entrevistado(a):

1 – Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	3 - Cor ou raça: <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Indígena	4 - Situação conjugal: <input type="checkbox"/> Solteiro (a) <input type="checkbox"/> Casado(a)/União consensual <input type="checkbox"/> Separado(a), desquitado(a), divorciado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a)	5 – Você tem filhos? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim.
2 - Idade: (____) anos			6 - Se marcou sim na questão anterior, quantos filhos são?

7 – Seu grau de instrução: <input type="checkbox"/> Nunca frequentou a escola (analfabeto) <input type="checkbox"/> Nunca frequentou a escola. Mas, sabe ler e escrever. <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo	8 - Estuda atualmente? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
9 - Se estuda, qual o curso que frequenta?	

10 - Posição no domicílio: <input type="checkbox"/> Chefe <input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Filho(a) <input type="checkbox"/> Outro. Qual?	13 – Faixa de renda familiar por pessoa, por mês? <input type="checkbox"/> Até R\$105,00 <input type="checkbox"/> Entre R\$105,01 até R\$210,00 <input type="checkbox"/> Entre R\$210,01 até 1/2 salário mínimo <input type="checkbox"/> Acima de 1/2 salário mínimo
11 - Convive com quantas pessoas no domicílio?	14 – Recebe auxílio do governo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
12 - Qual é a principal fonte de recursos para sua sobrevivência e de sua família?	15 – Se não, você entende que deveria receber? Por quê?

16 – Qual é a sua profissão?	19 – Função principal da ocupação realizada 1 () Trabalhador por conta própria (bico, autônomo) 2 () Trabalhador temporário em área rural 3 () Empregado sem carteira assinada 4 () Empregado com carteira assinada 5 () Trabalhador doméstico sem carteira assinada 6 () Trabalhador doméstico com carteira assinada 7 () Trabalhador não remunerado 8 () Militar ou servidor público
17 - Quanto tempo trabalhou nos últimos 12 meses?	
18 - Se marcou menos de 12 meses na questão anterior, por que não trabalhou todo o ano?	

(ii) Aspectos da trajetória de vida ligados às atividades que dedicava a maior parte do tempo na infância e na adolescência e à formação educacional e profissional.

1. Em quais tipos de atividades você ocupava a maior parte de seu tempo durante a sua infância e adolescência?

2. Você se sentia bem com elas? Por quê?
3. Fale sobre a sua formação educacional e profissional, identificando as facilidades e dificuldades que você encontrou nos processos dessa formação.
4. Você está satisfeito com a sua formação educacional e profissional? Por quê?

(iii) Aspectos ligados às experiências de trabalho

5. Fale sobre suas experiências de trabalho.
 - a. O que motivou cada experiência?
 - b. Elas ocorreram sob quais circunstâncias de sua vida?
 - c. O que você destaca como pontos positivos e negativos dessas experiências?
 - d. O que essas experiências significam (ou significaram) para você?
6. A ideia de **trabalhar** gera que tipo de sentimento em você, considerando as opções de trabalho que você pode ter acesso? Por quê?
7. Como a sua atual situação de trabalho influencia na sua vida pessoal, familiar e social?
8. Como você vê seu futuro em relação ao trabalho e geração de renda?
9. O que você faz e o que pensa fazer para que o seu futuro de trabalho seja melhor?
10. Quais são as principais dificuldades que você encontra atualmente para a efetiva transformação de sua condição de trabalho?
11. Para você, a melhora de sua condição de trabalho depende de quê e de quem? Por quê?
12. Como a pandemia da Covid-19 afetou a sua situação de trabalho?
13. Considerando as suas experiências de trabalho, formação educacional e profissional, você entende que o efeito da crise pandêmica sobre você foi mais grave do que para outras pessoas com experiências e formações diferentes da sua? Por quê?

(iv) Questões ligadas à relação morar num bairro de periferia de baixa renda e trabalhar

14. Morar no bairro 17 de Março e trabalhar: O que você pensa sobre essa relação?
15. Como o local da sua moradia influencia no acesso a oportunidades de trabalho? Identifique facilidades e dificuldades.
16. Considerando as suas experiências de trabalho, formação educacional e profissional, você imagina que teria melhores oportunidades de trabalho se morasse em outra área da cidade?
 - a. Se sim, qual seria esta área? Por quê?
 - b. Se não, por quê?

ANEXO A – LEI 4.024/2011 – CRIAÇÃO DO BAIRRO 17 DE MARÇO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Governo

LEI Nº. 4.024
DE 15 DE ABRIL DE 2011

Cria no Município de Aracaju o Bairro 17 de Março, com área desmembrada do imóvel constituído por Terreno Nacional Interior, localizado no Bairro Santa Maria, cedida pela União, através da Portaria nº. 347, de 21 de dezembro de 2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, aprova o partido urbanístico da área, autoriza a transferência de área através da Concessão de Direito Real de Uso oneroso ou não, bem como adota medidas para a sua implantação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU:

Faço saber que a Câmara Municipal de Aracaju aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fic a criado o Bairro 17 de Março, com área desmembrada do imóvel constituído por Terreno Nacional Interior, localizado no Bairro Santa Maria, cedida pela União, através da Portaria nº. 347, de 21 de dezembro de 2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e seu respectivo contrato de Cessão sob regime de aforamento gratuito.

Parágrafo único. O referido bairro destinar-se-á, preferencialmente, à execução de projeto de Habitação de Interesse Social visando ao atendimento de famílias carentes e de baixa renda.

Art. 2º Fica também aprovado o partido urbanístico que define o parcelamento e uso do solo da referida área, conforme memoriais descritivos do projeto e da área constantes nos anexos I e II, integrantes da presente lei.

Art. 3º O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Planejamento, fica autorizado a transferir frações da área do terreno cedido, transferindo o domínio útil dos mesmos, através de Concessão de Direito Real de Uso, nas seguintes formas:

Centro Administrativo "Prefeito Alotásio Campos" - Rua Fiel Luiz Canelo de Noronha, 42 - Conjunto Costa e Silva
Bairro Siqueira Campos - CEP: 49075-270 - PL nº. 55/2011 - Autoria: Poder Executivo.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Governo

LEI Nº. 4.024
DE 15 DE ABRIL DE 2011

I - a título não oneroso, para as famílias carentes e de baixa renda que vierem a ser assentadas de acordo com o caráter social do empreendimento, limitado a uma unidade imobiliária por família, e ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - para empreendimentos habitacionais de interesse social.

II - a título oneroso, as áreas que não se enquadrarem nas disposições do inciso I deste Artigo, devendo as receitas advindas das alienações do domínio útil ser partilhadas entre o Município e a União, conforme dispõe o Art. 4º da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998.

Art. 4º A Concessão de Direito Real de Uso, a título não oneroso, a que se refere o inciso I do Artigo 3º desta Lei, somente será efetuada às famílias de baixa renda (com renda de até 03 salários mínimos) e ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - para empreendimentos habitacionais de interesse social.

§ 1º O título de Concessão de Direito Real de Uso não oneroso deverá ser registrado, preferencialmente, em nome da mulher.

§ 2º Na vigência de casamento ou de união estável a que se refere o § 3º do Art. 226 da Constituição Federal, o Direito Real de Uso será concedido ao homem e à mulher simultaneamente, sendo que, em havendo separação de fato após a concessão do direito, terá preferência para continuar a beneficiar-se dela o membro do casal que conservar a efetiva guarda dos filhos menores e/ou incapazes.

§ 3º Os títulos de Concessão de Direito Real de Uso, na forma não onerosa, terão cláusulas de inalienabilidade, conforme o disposto no Art. 249 da Lei Orgânica do Município.

Art. 5º A Concessão de Direito Real de Uso a título não oneroso será efetivada diretamente com as famílias que vierem a ser assentadas de acordo com o caráter social do empreendimento, por dispensa de licitação, em virtude da existência de interesse público, tendo em vista se tratar de matéria de relevante interesse social, conforme disposto no § 8º do Art. 23 da Lei Orgânica do Município de Aracaju e no Projeto de Urbanização anexo a esta Lei.

Parágrafo único. Quando se tratar de empreendimentos habitacionais de interesse social, com recursos de programas federais que necessitem da cessão de terreno ao



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Governo

LEI Nº. 4.024
DE 15 DE ABRIL DE 2011

FAR, e transferência posterior às famílias, serão obedecidos os critérios estabelecidos no caput deste Artigo.

Art. 6º A Concessão de Direito Real de Uso a título não oneroso resolver-se-á antes de seu término, em favor da Administração Municipal, se o beneficiário transferir, transmitir ou ceder o imóvel a terceiro a qualquer título, ou não obedecer ao disposto no contrato de Concessão.

Parágrafo único. Nas situações previstas no caput deste Artigo ou em caso de desuso, abandono ou renúncia do beneficiário, ficará reservado à Administração Municipal o direito de decidir sobre a nova concessão, nos termos desta Lei.

Art. 7º As transferências de domínio útil procedidas sobre os lotes individualizados ficarão sujeitas à averbação, por parte dos adquirentes, na GRPU/SE, no prazo de sessenta dias, contados a partir de sua efetivação.

Art. 8º Compõem a presente Lei o Projeto de Urbanização, o Memorial Descritivo, o Mapa da área e o quadro de áreas, todos em anexo.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de verba própria do Orçamento vigente.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Aloisio Campos" em Aracaju, em Aracaju, 15 de abril de 2011. 190º da Independência; 122º da República e 156º da Emancipação Política do Município.


EDVALDO NOGUEIRA
Prefeito Municipal


TÂNIA SOARES DE SOUSA
Secretária Municipal de Governo



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Governo

LEI Nº. 4.024
DE 15 DE ABRIL DE 2011

JEFERSON DANTAS PASSOS
Secretário Municipal de Finanças

DULCIVAL SANTANA DE JESUS
Secretário Municipal de Planejamento

LUIZ CARLOS OLIVEIRA DE SANTANA
Procurador-Geral do Município



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Governo

LEI Nº. 4.024
DE 15 DE ABRIL DE 2011

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

APRESENTAÇÃO

Sobre uma área demarcada cedida pela União, a Prefeitura Municipal de Aracaju, através da Secretaria de Planejamento - SEPLAN projetou-se o "Bairro 17 de Março" localizado no Bairro Santa Maria, nesta Capital conforme planta anexa.

A referida área, localizada ao longo do canal Santa Maria, será cortada pela "Avenida Gasoduto", facilitando a acessibilidade de transportes coletivos.

A grande extensão do terreno permite que ocorra a redução do déficit habitacional de Aracaju em grandes proporções. O Empreendimento "Bairro 17 de Março" visa favorecer a uma considerada parcela da população, tornando-se propício sua inclusão nos programas habitacionais do Governo Federal.

O projeto se constitui imperioso ao ponto em que objetiva prover melhores condições de qualidade de vida à população contemplada, otimizando uma demanda capaz de minimizar os parâmetros da realidade habitacional e dos serviços no processo de urbanização da cidade.

DESCRIÇÃO DO PARCELAMENTO

Por se tratar de um projeto de grande escala, a área foi dividida em blocos e os mesmos serão implementados em etapas, as quais serão implantadas de acordo com a disponibilidade de recursos.

Este memorial subdivide as áreas do "Bairro 17 Março", de acordo com as finalidades, quais sejam:

QUADRO DE ÁREAS	
Habitacional:	486.479m ²
Comercial:	55.559m ²



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Governo

LEI Nº. 4.024
DE 15 DE ABRIL DE 2011

Misto:	14.004m ²
Sistema Viário:	917.514m ²
Área Verde:	401.942m ²
Equipamentos Públicos:	63.520m ²

A concepção do projeto privilegia um sistema viário voltado para o transporte coletivo, que circulará através de largas avenidas projetadas. As demais vias delimitadas estão projetadas ao atendimento local. O projeto inclui vias locais e principais, sendo que todas serão dotadas de ciclovias, arborização e fluxo viário para transportes coletivos, e em algumas daquelas há previsão de implantação de canais de drenagem. As inclinações serão compatíveis com as necessárias ao escoamento das águas pluviais.

O Projeto "Bairro 17 de Março" contemplará em todas as suas fases a infra-estrutura de pavimentação e drenagem e a necessária de esgotamento sanitário, energia, água, dentre outras.

Com relação ao fornecimento dos serviços urbanos prestados, relativos às concessionárias de água e energia, a área do projeto disponibiliza a seu favor, de redes já instaladas na proximidade do empreendimento, contribuindo para o fornecimento dos serviços e facilitando a demanda operacional. Vale ressaltar que a área, a exemplo da cidade como um todo, não possui rede de esgotamento sanitário, para o que o projeto prevê em sua concepção um moderno sistema de tratamento.

CONCLUSÃO

Simultaneamente à execução da obra, a Prefeitura de Aracaju desenvolverá módulos ambiental e social do projeto, de forma integrada com as intervenções físicas, proporcionando uma significativa mudança na área, no sentido de uma melhoria nas condições de vida da população. A preservação ambiental e o atendimento social do projeto, no qual se insere o Programa de Geração de Emprego e Renda dará sustentabilidade à área, otimizando o espaço e desenvolvendo o potencial do mesmo.

Este memorial técnico traduz a intenção do uso do solo e ocupação na área e se explica ainda mais no conjunto de peças gráficas anexas.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Governo

LEI Nº. 4.024
DE 15 DE ABRIL DE 2011

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA

1. ÁREA A SER DESMEMBRADA:

Área de terreno próprio em forma de um polígono irregular, situada no Bairro Santa Maria, Aracaju-SE. Encontra-se formado por um polígono de 10 pontos, tendo o seu ponto de partida no ponto 34, localizado pela frente Leste com a Rua H, formando um ângulo de $243^{\circ}31'29''$, encontrando o ponto 35 a uma distância de 93.368m (noventa e três metros e trezentos e sessenta e nove centímetros), confrontando com a Rua H; do ponto 35, tomando-se o sentido horário encontra o ponto 36 por um segmento formado por um ângulo interno de $251^{\circ}37'29''$ e distancia de 1197.583m (mil cento e noventa e sete metros e quinhentos e oitenta e três centímetros), confrontando com o ponto 36, formando um ângulo de $272^{\circ}40'47''$, encontrando o ponto 37 a uma distância de 54.431m (cinquenta e quatro metros e quatrocentos e trinta e um centímetros), confrontando com a Av. Gasoduto; do ponto 37, numa deflexão em relação ao ponto 38, forma um ângulo de $201^{\circ}46'44''$, encontrando o ponto 38 a uma distância de 55,372m (cinquenta e cinco metros e trezentos e setenta e dois centímetros), confrontando com a Av. gasoduto; do ponto 38 ao ponto 39, formando um ângulo de $206^{\circ}51'19''$, encontrando o ponto 39 a uma distância de 1819.80m (mil oitocentos e dezenove metros e oitenta centímetros), do ponto 39, numa deflexão à sudoeste em relação ao ponto 40, formando um ângulo de $297^{\circ}27'58''$, encontrando o ponto 40 a uma distância de 594,716m (cinquenta e três metros e noventa e um centímetros), do ponto 40, numa deflexão à noroeste em relação ao ponto 41, formando um ângulo de $296^{\circ}58'19''$, encontrando o ponto 41 a uma distância de 230.900m (duzentos e trinta metros e novecentos centímetros), confrontando a nordeste com o ponto 42, formando um ângulo de $110^{\circ}00'26''$, encontrando com o ponto 42 a uma distancia de 8.991m (oito metro novecentos e noventa e um centímetros), numa deflexão a sudoeste em relação ao ponto 43, formando um ângulo de $26^{\circ}28'34''$; encontrando o ponto 43 a uma distancia de 174.232 (cento e setenta e quatro metros e duzentos e trinta e dois centímetros), numa deflexão a norte em relação ao ponto 43 encontrando o ponto 34, formando um ângulo de $108^{\circ}27'25''$, fechando a poligonal a uma distancia de 1542.449m.